

**UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL/ULBRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**



**O Dispositivo de Racionalização da Pobreza nas Pedagogias  
Contemporâneas: um Estudo Sobre as Representações dos  
Sem-Terra no Livro Didático de História.**

**ANDRESA SILVA DA COSTA**

**Canoas**

**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Andresa Silva da Costa**



**O Dispositivo de Racionalização da Pobreza nas Pedagogias Contemporâneas: um Estudo Sobre as Representações dos Sem-Terra no Livro Didático de História.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marisa Vorraber Costa

**Canoas**

**2009**

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL

Reitor: Marcus Fernando Ziemer

Vice Reitor: Valter Kuchenbecker

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Erwin Francisco Tochtrop Júnior

Orientador: Marisa Vorraber Costa

---

C8373 Costa, Andresa Silva da

O dispositivo de racionalização da pobreza nas pedagogias contemporâneas: um estudo sobre as representações dos sem-terra no livro didático de história/ Andresa Silva da Costa; orientadora Marisa Vorraber Costa – Canoas: ULBRA, 2009 .

129 p. : il. ; color.

1. Ensino de História. 2. Livro didático. 3. Movimento sem-terra. I. Nome da orientadora. II. Título

CDU 372.893

---

Departamento de Educação

Rua: Avenida Farroupilha, 8001

Campus : Canoas

Bairro : São José

Canoas RS

CEP: 92425-900

Telefone: 51-3477.4000

Fax: 51-3477.1313

*Essa cova em que estás  
Com palmas medidas  
É a conta menor  
Que tiraste com vida*

*É de bom tamanho,  
Nem largo nem fundo  
É a parte que te cabe  
Deste latifúndio*

*Não é cova grande,  
É cova medida,  
É a terra que querias  
Ver dividida*

*É uma cova grande  
Para teu pouco defunto  
Mas estarás mais ancho  
Que estavas no mundo.*

**João Cabral de Melo Neto**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Criador e meu *Deus*, minha adoração e obediência.

Pela existência, pelo sentido da vida, pela salvação.

Aos meus pais *Adair e Eva*.

Por terem sonhado meu sonho e assim possibilitado que se tornasse real.

À minha orientadora *Marisa Vorraber Costa*.

Pela acolhida que me dá segurança para arriscar-me por percursos que me eram desconhecidos. A admiração que sinto por ti me inspira a continuar por esses sinuosos caminhos investigativos.

Aos professores *Alfredo Veiga Neto, Maria Lúcia Wortmann e Mariângela Momo*.

Pelas contribuições teóricas acerca de meu objeto de pesquisa que deslocaram algumas de minhas certezas e me forçaram a realizar novas leituras e problematizações.

Às professoras *Iara Tatiana Bonin e Rosa Maria Hessel Silveira*.

Pelos apontamentos e sugestões sobre minha escrita que têm me convidado a buscar um amadurecimento teórico e metodológico acerca das questões mais complexas deste trabalho.

Ao professor *Jorge Ramos do Ó*.

Pela disponibilidade em participar da banca examinadora desta dissertação. Motivo de alegria para mim que, à distância, já admirava seu trabalho.

Aos professores *Nilton Mullet Pereira e Marcus Justo Tramontini* (in memoriam).

Pelas idéias que me seduziram e motivaram a aceitar novos desafios ainda quando percorria meus primeiros passos em direção à pesquisa, como aluna na graduação do curso de História.

À *Associação Sul-Rio Grandense da Igreja Adventista do Sétimo Dia*.

Por apostarem em minhas idéias concedendo-me auxílio financeiro para o curso de mestrado.

Às colegas *Tânia, Dorcas e Isabel*.

Pela amizade que tem se traduzido na forma de companheirismo e cumplicidade.

Ao meu companheiro *Márcio Vergílio Mutz*.

Pela compreensão, pela ajuda e pelo carinho.

E a *todos* aqueles que se alegram comigo por essa etapa de realização pessoal e profissional.

***Meu muito obrigado!***

## SUMÁRIO

### **1. Introdução**

#### **Levantando Cercas**

*(Ou sobre o pertencimento ao tema)*

- 1.1 Sobre o corpus da pesquisa ..... 5  
1.2 Sobre a estrutura do trabalho ..... 6

### **2. Abertura do Processo**

*(Ou sobre a racionalização da pobreza no interior da cultura)*

- 2.1 As primeiras tentativas de demarcação dos limites do território em disputa..... 10  
2.2 As ferramentas utilizadas nesse trabalho..... 13

### **3. A demarcação de alguns palmos de história**

*(Ou sobre a vontade de saber e poder)*

- 3.1 A vontade de saber e poder no judiciário e na mídia..... 23  
3.2 As ambigüidades da identidade sem-terra na contemporaneidade..... 46

### **4. Embargo do processo por litígio**

*(Ou sobre o currículo e o governo dos escolares)*

- 4.1 Na escola moderna, o currículo inventa..... 50  
4.2 A História legítima..... 53  
4.3 Os livros didáticos ensinam..... 55

### **5. Fronteira fixada é fronteira limitada**

*(Ou sobre as lições que aprendemos através dos livros didáticos de História)*

- 5.1 No cenário de problemas históricos e atuais do Brasil, realizar a Reforma Agrária é uma urgência ..... 59  
5.2 Os sem-terra têm marcas específicas: andam descalços e parecem famintos, estão sempre em movimento e quando se fixam em algum lugar, tornam-se logo indesejados..... 81  
5.3 São alimentados por uma promessa de salvação e acariciam o desejo de possuir a “Terra Prometida” ..... 95  
5.4 São mesmos muitos os olhares lançados sobre esses sujeitos..... 100  
5.5 Uma coisa parece certa: enquanto o lugar dos sem-terra estiver marcado junto ao território da pobreza, a morte será seu fim ..... 103

### **6. Conclusão**

#### **As muitas farpas das cercas que levantamos**

*(Considerações finais)*..... 120

### **REFERÊNCIA**

<i>Bibliografia</i> .....	123
<i>Livros Didáticos</i> .....	128
<i>Filmes</i> .....	129

## LISTA DE FIGURAS

Fig. 1	O Grande avanço na recente história do Brasil.....	60
Fig. 2	Canto dos lavradores de Goiás.....	61
Fig. 3	Tensões no campo e na cidade.....	63
Fig. 4	O sertão nordestino assolado pela seca.....	67
Fig. 5	Os prisioneiros de Canudos.....	69
Fig. 6	O problema da terra no Brasil.....	70
Fig. 7	A Lei de Terras (1850).....	71
Fig. 8	O MST em Brasília.....	74
Fig. 9	Gráfico: Divisão de terras.....	76
Fig.10	Gráfico: Indústria x Agricultura.....	77
Fig.11	Gráfico: De quem é a terra?.....	79
Fig.12	O problema da terra no Brasil e o MST.....	80
Fig.13	A organização urbana .....	82
Fig.14	O contraste com a desolação rural.....	82
Fig.15	Reforma agrária é comida na mesa.....	84
Fig.16	Hora do almoço entre os bóias-frias.....	85
Fig.17	Produção agrícola voltada para a exportação.....	86
Fig.18	Bóias-frias fazendo sua refeição.....	87
Fig.19	Família sem terra na Roma Antiga.....	88
Fig.20	Ilustração: Acampamento sem-terra .....	89
Fig.21	A utilização da terra pelos seres humanos ao longo do tempo.....	90
Fig.22	Acampamento do sem-terra em Getuliana.....	90
Fig.23	Indústria automobilística .....	91
Fig.24	O imperativo da marcha.....	92
Fig.25	Marcha: a luta pelo direito à terra.....	93
Fig.26	Marcha: êxodo rural.....	94
Fig.27/31	Ilustração: Messianismo.....	97
Fig.32	O sem-terra escrevem ao papa.....	98
Fig.33	Martírio que reforça a esperança.....	99
Fig.34	Ilustração: Os sem-terra contidos por uma cerca .....	100
Fig.35	Os sem-terra presos por uma cerca.....	101
Fig.36	Jeca Tatuzinho.....	104

Fig.37	Assassinatos dos sem-terra.....	107
Fig.38	Massacre.....	108
Fig.39	Massacre de sem-terra em Rondônia.....	109
Fig.40	Segundo turno das eleições para presidência do Brasil em 1990.....	110
Fig.41	Sexta-feira, 13.....	111
Fig.42	Sangue na terra.....	113
Fig.43	Tempos modernos.....	114
Fig.44	Produtos da grife do MST anunciados na internet.....	115
Fig.45	Acampamento Araras.....	116
Fig.46	O mundo do trabalho e a exclusão I.....	117
Fig.47	O mundo do trabalho e a exclusão II.....	118

## RESUMO

Este estudo pretende mostrar um *dispositivo de racionalização da pobreza* que opera na regulação de sujeitos, através de narrativas que circulam em livros didáticos de História, sobre homens e mulheres sem-terra, sendo parte de uma trama discursiva que atravessa a sociedade e tem na mídia um de seus fios mais densos e poderosos. O foco são as narrativas sobre sujeitos pobres envolvidos nas disputas por terra nos últimos 20 anos no Brasil. O *corpus* de análise é composto por vinte e três livros didáticos de História publicados no país entre 1985 e 2005, que apontam também para um conjunto de enunciados acerca dos sem-terra que circulam em revistas semanais, jornais, documentários e sites na internet, chamando a atenção para a produtividade discursiva do dispositivo quando operacionalizado pela mídia. As ferramentas teóricas ou conceitos que orientam a pesquisa – *representação, identidade, diferença, poder, currículo, governamentalidade, dispositivo, pobreza* – provêm da vertente pós-estruturalista dos Estudos Culturais em Educação. No caminho investigativo procuro mostrar como as narrativas que circulam no espaço escolar sobre os sem-terra – uma parcela do contingente de pobres no Brasil – posicionam tais sujeitos na sociedade, marcando sua identidade como criminosos, vagabundos, baderneiros, e também como heróis, mártires, sonhadores, miseráveis dignos de pena, entre outros atributos. Verifiquei que algumas linhas de força desse dispositivo, que racionaliza a pobreza na sociedade brasileira, estão dispostas de modo a legitimar o imperativo do progresso econômico como razão suficiente para a realização de uma política de reforma agrária, marcando, assim, um lugar definido no espaço para os sem-terra. Ao mesmo tempo, percebi uma vontade de saber operando de modo a marcar também um lugar no tempo para esses sujeitos, de modo que os manuais escolares e demais artefatos culturais analisados os identificam como miseráveis descalços e famintos, que ao longo da história vêm se movimentando em direção às cidades, o que coloca em cheque a segurança do espaço urbano. Sugiro ainda a existência de mais uma linha de força que procura naturalizar a existência dos sem-terra a partir de sua relação com a esperança, quase religiosa, de alcançar a salvação neste mundo através da posse da terra. E, por fim, pude verificar como o dispositivo racionaliza a pobreza do campo, fixando à identidade sem-terra o signo trágico da morte como o fim esperado para aqueles que se conduzem nos limites da aceitação numa sociedade capitalista de consumo. Para um indivíduo do campo, não ter terra significa não ter emprego e, por conseguinte, estar fora do mercado de consumo. Sujeitos nessa condição se tornam alvos de novas linhas de força do dispositivo que os reabilitarão, caso se deixem seduzir pelos enunciados que associam consumo à produtividade e individualização, à condição de cidadãos dotados de direitos e deveres em nossa sociedade. Procuro evidenciar, assim, a produtividade dos jogos de poder que atravessam a política cultural de identidade a qual estão relacionados os múltiplos discursos sobre os sujeitos sem-terra em um país de dimensões continentais como o Brasil.

**Palavras-chave:** *Ensino de História, Livro Didático, Reforma Agrária, Movimentos Sociais, Sem-terra, Identidade, Governamentalidade.*

## ABSTRACT

This study aims to show a poverty *rationalization dispositif* that operates in the subjects' regulation through the circulating narratives in History textbooks, in which landless men and women have been showed as a part of a discursive frame that crosses the society. In this case, the focus is on the narratives about poor subjects who have been involved in land disputes during the past 20 years in Brazil. The *corpus* for analysis consists of twenty-three History textbooks published in this country between in the years 1985 – 2005. These publications pointed to a number of enouncements about landless people in magazines, newspapers, documentaries and websites on the internet. These enouncements draw the attention to the discursive productivity of the recourse when it is operationalized by media. The theoretical tools or concepts that guide the research - representation, identity, difference, power, curriculum, condition of government, recourse and poverty - are used according the post-structuralist approach of analysis conventionally called Cultural Studies. Aiming to investigate, I want to show how the school narratives on the landless people - a smaller portion of the largest contingent of poor people in Brazil – position these individuals in society by marking their identity as criminals, vagabonds, troublemakers and also as heroes, martyrs, dreamers, miserable worthy of piteousness, among other attributes. I noticed that some lines of force of this *dispositif*, which rationalize poverty in Brazilian society, are arranged as legitimate the imperative of economic progress as a reason for conducting a policy of agrarian reform in the country by marking a defined place in the space for the landless people. At the same time, I perceived a desire to learn that also marks a place in time for these subjects, school textbooks and other analyzed cultural artifacts identify them as miserable, barefoot and hungry that throughout history they have been moving toward to the cities, which puts in danger the security of urban space. I suggest the existence of another line of force that seeks to naturalize the existence of the landless people by its relationship with the hope, almost religious hope, to achieve salvation still in this world. And finally, I could verify how the *dispositif* rationalizes the countryside poverty fixing to landless people identity a probable coming tragic death for those that lead the limits of acceptance in a capitalist society of consumption. For an individual from countryside, the fact of not having any land means to be unemployed and therefore to be beyond the consumer market. This individual becomes target of new lines of force of the recourse that will rehabilitate it, if no longer it is seduced by itself statements which associate consumption to productivity and individual to the condition of citizens endowed with rights and duties in our society. The purpose of this dissertation is to clarify, therefore, the productivity of the power games that cross the identity cultural politic which is related to the many speeches on the landless subject the landless in a country of continental dimensions like Brazil.

**Key-words:** History Teaching, Textbook, Agrarian Reform, Social Movements, Identity, Gouvernamentalité

## **1. Introdução**

### **Levantando cercas**

*(Ou sobre o pertencimento ao tema)*

Era meu primeiro ano como professora. Apresentei o tema Reforma Agrária para as crianças das turmas de 6ª série do ensino fundamental, conforme o currículo escolar previa. O que eu não previ foi o impacto que minha prática pedagógica teria sobre alguns pais de meus alunos. Posteriormente à discussão ocorrida em aula sobre o problema da má distribuição de terras no Brasil, fui convocada para uma reunião administrativa junto ao serviço de supervisão escolar. Era preciso que eu justificasse mais detalhadamente e talvez até repensasse minhas opções teóricas, afirmavam-me os administradores. As aulas de história estavam parecendo “revolucionárias demais” e as crianças haviam voltado naquela semana para casa “defendendo a invasão de terras”, acusavam-me alguns pais de alunos.

Minha identidade docente fora construída, até aquele momento, sob forte influência da esquerda marxista presente em minha formação como professora de História. Embora já não fosse mais dominante no meio acadêmico esse tipo de análise no período em que me graduei, no fim dos anos 90 e início do século XXI, me deixei arrebatar com paixão por ela. Não sem razão.

Passei boa parte de minha adolescência tentando entender os motivos para tanta diferença social em meu País. Sempre fui uma criança pobre, mas somente quando fui *incluída* em um programa institucional filantrópico é que passei a me sentir *excluída* por ser assim tão carente.

Cursei as séries finais do ensino fundamental e todo o ensino médio em uma grande escola privada de Porto Alegre como aluna bolsista. O uso do uniforme escolar não foi suficiente para esconder as marcas da diferença. A oportunidade que me fora dada através da gratuidade de meus estudos parecia-me uma dívida enorme com a instituição escolar e comigo mesma, que se traduzia na obrigação de alcançar boas notas e ter sempre um comportamento exemplar. Eu estava dentro da escola, mas me sentia fora dela toda vez que, por falta de dinheiro, perdia uma excursão de final de semana ou compras no shopping com as colegas da sala de aula.

De maneira que o curso de História acabou sendo uma escolha forjada ainda quando adolescente em meio à complexidade das relações escolares, afinal, ele me parecia umas das profissões com maior potencial de transformação da realidade entre todas as outras que me foram apresentadas pelos professores do colegial. A análise marxista significou uma esperança de compreensão de uma história que eu conhecia, mas que não me satisfazia. A profissão docente seria em espaço para minha ação política em favor da construção de uma sociedade que eu desejava menos desigual. Se eu não compreendia meu passado e estava infeliz com meu presente, restava-me o futuro a ser construído.

Talvez em decorrência de tudo isso que relatei acima é que acabei entendendo as atitudes tomadas no referido incidente ocorrido entre mim, a equipe diretiva e os pais de alunos na escola, naquele meu primeiro ano de atuação profissional, como uma espécie de cerceamento da sociedade aos meus ideais políticos. Quando fui “convidada” pela direção escolar a repensar minha teoria e prática pedagógica tive a sensação de que se levantavam cercas ao meu pensamento e minha ação, tais como obstáculos ao cumprimento de uma missão ou dever que, como docente, eu supunha ter.

Ainda incomodada com essas farpas de cerca que, imaginava eu, limitavam minha participação social em detrimento da vontade de uma classe dominante, passei a prestar mais atenção nos diversos discursos sobre os movimentos sociais envolvidos na questão agrária brasileira. Interessei-me pelas narrativas que circulavam em jornais, revistas e programas televisivos acerca dos sujeitos sem-terra<sup>1</sup>. Foi quando percebi que eram muito semelhantes, em seu conteúdo, àqueles que eu ouvira na escola.

---

<sup>1</sup> Utilizo a expressão *sem-terra* para fazer referência aos homens e mulheres que, assumindo a falta de uma terra pra se fixarem, se filiam ao Movimento Sem-Terra (MST) no Brasil. Os integrantes de tal movimento são narrados cotidianamente assim na sociedade brasileira. Nos mais diferentes veículos de comunicação, nas escolas e demais espaços culturais, são chamados de sem-terra. Esses sujeitos assumem tal identidade e ainda lançam mão de outros símbolos que, juntamente ao nome “sem-terra” costumam evidenciar a sua filiação ao movimento e às lutas pela Reforma Agrária, como o uso de camisas, bandeiras e bonés vermelhos, por exemplo. Por vezes utilizo outro termo, os *sem terra*, grafado sem hífen. Faço isso sempre que me refiro a outra identidade, aquela dos sujeitos pobres do campo que não estão necessariamente vinculados a algum movimento social. Percebi que a definição de uma nomenclatura era questão complexa e muito produtiva para os fins a que me proponho nessa dissertação. Fiquei atenta a esse fato quando, ao manusear o material de pesquisa selecionado, como livros didáticos, revistas, jornais e filmes. No caso, corria uma utilização indiscriminada de um ou outro termo em tais produções. Uma ação aparentemente inocente por parte de quem está narrando esses sujeitos mas, se considerarmos que a linguagem institui realidades, pode-se perceber que não foi por acaso que tais escolhas foram feitas. São todas produzidas no interior da cultura e submetidas a relações de poder. Ainda em relação ao MST, é necessário destacar que, como ensina Eduardo Scolese (2005) embora o movimento tenha surgido em Cascavel (PR) no dia 20 de janeiro de 1984, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Sem-Terra, num contexto histórico marcado por muitas lutas camponesas que vinham ocorrendo nos estados do Rio Grande do sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, o movimento “preferiu não se oficializar, temendo eventuais intervenções federais” (p.59). O autor prossegue afirmando que o próprio “nome MST, aliás, não está registrado em nenhum cartório do país. As verbas públicas e doações que recebem chegam por meio das contas bancárias de suas cooperativas” (Idem). De modo geral, pode-se dizer que o MST e os sem-terra são

A incriminação dos sujeitos sem-terra era entendida por mim como evidência da dominação ideológica das elites que, preocupadas com o *status quo*, os mantinham sob seu controle através da mídia, dos saberes escolares, do poder judiciário.

Julguei necessário fazer todos esses apontamentos, até aqui, como uma referência à posição de sujeito que eu estava assumindo quando estabeleci minhas primeiras aproximações com o tema deste estudo que agora apresento. Tudo de maneira a compartilhar algumas das inquietações que direcionaram meu interesse para o foco desta pesquisa. E também para marcar as transformações que eu, na posição de pesquisadora, fui sofrendo ao longo desses vinte e quatro meses de trabalho. São fragmentos de uma memória selecionada e significada pelo que penso hoje, enquanto escrevo esta dissertação. Foram sendo costurados como fios de uma teia na medida em que eu inventava minha própria história de maneira que fizesse algum sentido o fato de ter dedicado meus últimos cinco anos de estudos acadêmicos ao mesmo tema: a questão da terra no Brasil.

Mas, apesar de ter exposto algumas de minhas posições teóricas adotadas quando no início da profissão docente, é necessário sublinhar ainda que, ao longo dos últimos anos, fui sendo atravessada por outros tantos discursos que me permitiram ajustar de outras formas minhas lentes e enxergar meu problema de pesquisa de maneira menos reducionista.

Meus primeiros passos nessa direção foram dados ainda no curso de graduação em História. Um período em que tive contato pela primeira vez com os escritos de Michel Foucault. Sugestão de um professor que percebeu minha ansiedade em encontrar a ‘verdade’ sobre os movimentos sociais brasileiros. Reconheço a sabedoria daquele mestre em levar-me para próximo de um autor que “revoluciona a história” e que transformaria a concepção de verdade que eu tinha até aquele momento.

Iniciei a lição de casa proposta pelo docente. A paixão foi imediata. Também urgente uma aproximação com os demais teóricos que se alinhassem, de alguma forma, com as discussões que Foucault propunha em suas obras. Passei a procurar, em seguida, os trabalhos realizados por pesquisadores que tivessem se apropriado das ferramentas conceituais fornecidas pelo filósofo na área da educação.

Como professora de História não estava satisfeita com a verdade de meu tempo acerca dos homens e mulheres sem-terra em meu País. O que pretendia propor era tão somente mais uma forma, entre outras já existentes, de olhar para esses sujeitos que pareciam merecer a

---

narrados, no interior da sociedade brasileira, como sinônimos da luta pela Reforma Agrária há pelo menos 25 anos. De modo que, nessa dissertação, a expressão sem-terra será adotada para referir-se aos pobres do campo alinhados a movimento de luta pela redistribuição das terras como o MST, por exemplo.

atenção da sociedade apenas quando realizavam caminhadas sem fim, atrapalhando o trânsito de veículos e pedestres que não têm tempo a perder ou quando deflagravam a vulnerabilidade dos sistemas de segurança pública e privada; colocando em ação estratégias de pressão pela reforma agrária, como acampamentos ao longo de rodovias e invasões de terras.

Outro passo significativo em direção à estruturação desta pesquisa foi a experiência como bolsista de iniciação científica do Conselho Nacional de Pesquisa na área de concentração da História Agrária, o que possibilitou me aproximar mais efetivamente das questões teóricas ligadas à distribuição fundiária em nosso país.

Ao examinar alguns processos criminais do século XIX, decorrentes das disputas pela posse de terras no Rio Grande do Sul, pude vislumbrar parte da complexa rede de relações sociais que esteve envolvida na modernização do Estado brasileiro através da privatização da terra. Os personagens que encontrei na leitura daquelas páginas amareladas pelo tempo me remeteram as representações de alguns grupos que, na atualidade, vinham se organizando para garantir seus direitos na luta por uma distribuição mais justa das terras.

Finalmente, freqüentando aulas como aluna do Programa de Educação Continuada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e matriculada como aluna regular no curso de Mestrado em Educação da Universidade Luterana do Brasil, obtive um contato maior com o campo teórico em que minha pesquisa viria a se inscrever, a vertente pós-estruturalista dos Estudos Culturais. Nessa linha são comuns os trabalhos que desnaturalizam verdades estabelecidas. Não na intenção de nos mostrar outra verdade “mais verdadeira”, mas, de forma mais modesta, apenas nos levar a pensar como determinados enunciados se constituíram na cultura.

De fato, após significativas leituras acerca das relações entre poder e saber, quando finalmente iniciei o trabalho de garimpagem de material empírico para a dissertação, eu já não me interessava mais em provar a inocência dos sem-terra frente às acusações de ilegalidade de seus atos. Para o bem ou para o mal, o desejo de contribuir com a construção de uma sociedade pautada por ideais mais alinhados ao socialismo – como o de utilização coletiva da terra – foi ficando para trás. Passei a entender meu papel político como cidadã para além da função de denúncia ou de luta direta contra o sistema neoliberal de organização da sociedade.

Nos rastros de Foucault, o que eu desejo agora é entender a história das lutas em torno daquilo que chamamos “a verdade” sobre os sem-terra em nosso país. Acredito no potencial político decorrente de um tema de pesquisa como esse. A maneira como foram negociadas as múltiplas identidades que esses sujeitos assumiram ao longo dos últimos vinte anos me parece objeto fecundo para um exercício intelectual e um espaço muito produtivo para a ação crítica

no nosso presente, pois possibilita, em última análise, atentar para os usos que fazemos da pobreza em uma sociedade globalizada.

### 1.1 Sobre o corpus da pesquisa

Minhas atenções se voltaram para a escola e o currículo. Optei por analisar um conjunto de vinte três livros didáticos da área de História, publicados ao longo das duas últimas décadas no Brasil. Uma amostragem que procurava dar conta do recorte temporal selecionado – 1985 a 2005 – com exemplares utilizados em séries finais do ensino fundamental e médio. A opção por tal volume de manuais escolares, por alguns considerado demasiado grande para os limites de tempo impostos ao pesquisador envolvido na produção de uma dissertação, justifica-se pela raridade do tema em cada publicação didática. A investigação acadêmica exige-nos proceder a determinadas escolhas. Optei por problematizar meu objeto de pesquisa a partir de um conjunto mais amplo de obras, atentando para as recorrências, deslocamentos e rupturas que as poucas páginas destinadas à questão dos sem-terra apresentavam.

Entre tantos recursos presentes no universo escolar utilizados para ensino pelos professores, escolhi olhar preferencialmente para o manual didático por tratar-se de um artefato de uso mais ou menos diário em um grande número de escolas privadas e públicas, normatizado por órgãos governamentais da área da educação e muito rico como campo discursivo no exercício de instituição de verdades e produção de subjetividades.

E foram os próprios manuais que ao longo do caminho investigativo, remeteram-me a incursões por outros espaços pedagógicos - revistas, jornais, documentários e sites da internet, por exemplo. Toda essa produção cultural compõe, em seus enunciados acerca dos sem-terra, um discurso relativo aos pobres na sociedade capitalista e aos usos que nossa sociedade de consumo faz da pobreza.

Durante o exercício de análise percebi que no *corpus* de pesquisa existiam elementos suficientes apontando para o que optei chamar de um dispositivo de racionalização da pobreza<sup>2</sup> que, entre outras estratégias, incrimina os sujeitos que protestam contra a concentração fundiária e lutam pela posse da terra no Brasil. Sublinho que, em um país de

---

<sup>2</sup> O dispositivo de racionalização da pobreza é o operador conceitual central de minhas investigações. Embora discorra sobre ele no capítulo dedicado a apresentação do referencial teórico adotado, acredito ser útil antecipar que a idéia de dispositivo foi tomada seguindo o sentido que lhe atribui Michel Foucault. Isto posto, procuro no conjunto heterogêneo de enunciados que formam um discurso relativo aos usos que a sociedade contemporânea faz da pobreza a fim de racionalizar a existência desses sujeitos fora da ordem do consumo, elementos que apontem para as representações que me permitam problematizar os ditos e não ditos acerca de uma parcela específica dos pobres no País – no caso os homens e mulheres sem terra – de modo a entender a dinâmica e complexa rede de relações de poder estabelecidas ao longo do processo de privatização da terra e modernização do Estado em direção ao estabelecimento do capitalismo no Brasil.

dimensões continentais como o Brasil, o problema das identidades desses sujeitos toma mais relevo na medida em que o ato de definir ou classificar o Outro seja tomado como fruto de investimentos de poder, numa relação assimétrica de forças.

E assim fui armando minhas perspectivas de investigação ao longo do processo de revisão bibliográfica, de contato com os livros didáticos, das discussões no grupo de orientação, dos apontamentos de minha orientadora. Tudo isso me pôs, finalmente, a pensar a racionalidade histórica que tem orientado o processo atual de concentração fundiária e a conseqüente exclusão social de milhares de brasileiros e brasileiras e como tal se relaciona com a escola, principalmente, no que diz respeito à organização do currículo e seleção dos livros didáticos de história.

## **1.2 Sobre a estrutura do trabalho**

O trabalho que apresento foi organizado seguindo a estrutura dos antigos processos de medição, demarcação e legitimação de terras. Eles eram instaurados pelo poder judiciário para dirimir conflitos ou demarcar posse. O encantamento pessoal por estes processos – em seus detalhes, componentes técnicos, subterfúgios discursivos, múltiplas interpretações – ocorreu durante o período em que trabalhei com estas peças jurídicas relativas à área de imigração alemã no sul do país ainda como bolsista de iniciação científica.

À onda de imigrantes que chegam ao Brasil por ocasião da instalação do Império, corresponde um intenso processo de distribuição das terras brasileiras e, por conseqüente, uma série de disputas pela posse das mesmas. Quando havia dúvida sobre limites de algum lote, o processo era instaurado e descortinava-se, então, uma espécie de “palco” onde se movimentam muitos personagens utilizando-se de uma variedade de estratégias a fim de assegurar que seus interesses fossem atendidos pelo poder público.

De modo muito breve é possível descrever o procedimento: o pedido de uma das partes interessadas para que se procedesse à mediação e demarcação das terras pretendidas para efetivação de posse era requisito inicial para que se abrisse o processo. Tinha início, então, o trabalho prático de medição dos lotes por um agrimensor e sua equipe. Ao final dessa etapa, um mapa do território em questão era produzido. Nele estavam fixadas as fronteiras do requerente. No prazo determinado pela lei, se houvesse interesse em fazer oposição às pretensões do autor do processo, a parte litigante deveria apresentar documentos de prova para embargo e revisão do processo.

No século XIX, em algumas regiões do Brasil, como nessas áreas de imigração alemã já referidas ou na região fluminense, por exemplo, tais passos do processo em direção à sentença final eram, com certa freqüência, marcados por violentos conflitos sociais. Alguns

deles, inclusive, acabavam por ser denunciados à justiça criminal por envolverem acusações de assassinatos.

Penso ser possível, diante disso, criar uma metáfora dessas lutas do passado comparando-as à escrita desta dissertação. Por isso, no *Capítulo 2 - Abertura do Processo (ou sobre a racionalização da pobreza no interior da cultura)*, dei início aos procedimentos pela posse, levantando as primeiras cercas em territórios contestados e, com isso, delimitando meu olhar para a questão da racionalização da pobreza no Brasil, em especial, atentando para uma categoria de miseráveis – aqueles sem terra envolvidos na luta por um espaço para se fixarem. Assim pretendi anunciar meus caminhos investigativos expondo as ferramentas teóricas que permitiram construir meu problema de pesquisa.

No *Capítulo 3 – A demarcação de alguns palmos de história (ou sobre a vontade de poder e saber)* utilizando a metáfora do processo crime como figura de linguagem, procedi à medição e demarcação dos territórios. Ou melhor, procurei apresentar algumas questões problematizadas pela historiografia acerca da posse da terra pelos pobres, no Brasil, no século XIX. Sabendo que esse momento de medição era decisivo para que se alcançassem os objetivos de posse, os interessados na terra procuravam acompanhar o procedimento, por vezes fazendo até intervenções ilegais nessas operações formais realizadas pelos membros do judiciário. Por isso apresento também, nesse capítulo, a mídia e o judiciário como espaços de luta em que diferentes discursos sobre os sem-terra circulam e produzem significados.

A seguir, no *Capítulo 4 - Embargo do Processo por Litígio (ou sobre o currículo e o governo dos escolares)*, procurei mostrar como no interior da escola, o currículo contribui para a formação de uma suposta identidade nacional. A memória é utilizada como recurso pedagógico que ajuda a constituir a consciência /identidade cidadã. Afinal, era ao longo dessa etapa de encaminhamento da documentação necessária para a legitimação dos territórios demarcados, no passado, que as partes envolvidas no processo tratavam de apresentar suas provas de posse sobre a terra: documentos, testemunhas, e até o uso da força ou violência contra a o litigante compunham o conjunto de recursos utilizados com mais frequência a fim de embargar o processo e contestar os limites estabelecidos pelas autoridades públicas.

Já no *Capítulo 5 – Fronteira fixada é fronteira limitada (ou sobre as lições que aprendemos através dos livros de História)* considero o fato de que, no passado, tomar posse de determinada porção de terra significava, aos latifundiários, mais do que legitimar uma propriedade, como previa o estatuto legal. Fixar uma fronteira era o mesmo que limitar as possibilidades de ampliação dos territórios pretendidos. Assim, a Lei de Terras de 1850, um

recurso supostamente idealizado pelas elites agrárias a fim de ampliar suas posses através da medição e demarcação exigidas, deflagra a ambivalência dessa produção cultural. Ela acabou também sendo utilizada pelos pequenos posseiros a fim de frear os desejos expansionistas dos donos de terras limítrofes a suas pequenas propriedades. De modo que pude apresentar, finalmente, as ambivalências encontradas nos livros didáticos no que diz respeito à identidade dos homens e mulheres pobres do campo, evidenciando o caráter atual das lutas políticas em torno da construção dessas identidades. Mais especificamente neste capítulo, procurei indicar como os livros didáticos podem ser entendidos como linhas de força de um dispositivo de racionalização da pobreza que parece estar operando ao coordenar os sem-terra envolvidos em movimentos ligados à reforma agrária. Tentei problematizar a tensão e os conflitos que se estabelecem quando entram em disputa outros interessados na posse dos territórios já cercados e demarcados. Considerei a dinâmica dos jogos de poder que envolvem as relações entre a escola e a mídia quanto aos sem-terra, tornando a política de representação desses sujeitos alvo de um dispositivo de racionalização da pobreza.

Pretendo mostrar com esta dissertação, portanto, como se constituem, ao longo dos últimos vinte anos, múltiplas representações identitárias para personagens envolvidos nas questões agrárias brasileiras. Penso que seja possível evidenciar a existência de um dispositivo de normalização da pobreza através do estudo de um determinado grupo de pobres, os sem terra. Tais sujeitos tiveram fixados a si uma identidade criminosa que por algum tempo parecia hegemônica. As ambivalências da contemporaneidade, porém, permitiram também a identificação desses sujeitos a partir de outros marcadores, como heróis ou mártires.

Despeço-me do leitor com o *Capítulo 6 - As muitas farpas das cercas que levantamos*, onde procurei fazer algumas amarras nessa complexa rede de significados à qual estão submetidos os sujeitos sem-terra no Brasil. Pessoas que representam uma pequena parcela no grande contingente de pobres nesse País. Consumidores falhos que precisam ser administrados no interior de uma cultura que nos dirige para o consumo, eles se tornam cada vez mais um importante alvo dos mecanismos de racionalização da pobreza. Espero que esses palmos de história – medidos, demarcados e cercados por meus próprios paradigmas – possam de alguma forma parecer convidativos, instigando a percorrê-los.

## 2. Abertura do processo

### *(Ou sobre a racionalização da pobreza no interior da cultura)*

Em uma metáfora que compara o trabalho dos funcionários da Repartição Geral das Terras Públicas<sup>3</sup> criada em meados de 1850 com o objetivo de dirimir conflitos resultantes das disputas por terra no Brasil Imperial, apresento a seguir minhas ferramentas de análise para construção dessa dissertação.

Competia àquela Repartição, instituição subordinada ao Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios do Império, dirigir a medição, a divisão e a descrição das terras devolutas contribuindo dessa forma com a colonização nacional e estrangeira, fornecendo assim o registro de terras possuídas e atentando também para a reserva de terras destinadas aos indígenas, à fundação de povoações e à abertura de estradas, entre outras execuções da competência pública referentes à utilização das terras brasileiras.

Os empregados nomeados por tal repartição, entre eles os fiscais, os oficiais amanuenses (funcionário que faz, à mão, cópias, registros, correspondências oficiais, etc.) e os desenhistas agrimensores (responsável pela medição das terras), por exemplo, dispunham de uma série de ferramentas utilizadas em seu trabalho de discriminação das terras públicas e privadas quando da implantação do projeto de modernização do Estado brasileiro ainda no século XIX.

Ora, em um cenário social marcado pelas decorrentes disputas por terra e poder político entre os nacionais e colonos, tais instrumentos de medição e demarcação das regiões em litígio eram de valor significativo. Talvez não merecessem a atenção devida pelos moradores da Colônia até que por ordem do Imperador Dom Pedro II, conforme expunha a Lei n.º 601 de setembro de 1850 – também conhecida como a *Lei de Terras* – tornaram-se indispensáveis e obrigatórios no processo técnico necessário para efetivar a conquista de interesses dos pequenos e grandes proprietários.

Portanto, eram esses instrumentos essenciais nos longos processos judiciais instaurados por qualquer interessado em legitimar posse. De maneira semelhante ao que ocorria no cotidiano de trabalho daqueles que estiveram envolvidos nas antigas disputas por

---

<sup>3</sup> Maiores detalhes sobre a composição dessa repartição, vide a coletânea *Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul* Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Secretaria da Agricultura, 1961.

terra no Brasil Império, os conceitos que se seguem neste capítulo são indispensáveis para se alcançar os objetivos dessa dissertação. Eles são ferramentas teóricas de que dispus para tentar compreender o dispositivo de racionalização da pobreza, partindo do estudo da construção de representações dos sem terra – uma parcela do grande contingente de pobres existentes no Brasil.

### **2.1 As primeiras tentativas de demarcação dos limites do território em disputa**

As observações que apresento a seguir são resultantes das primeiras investigações que realizei quando, ainda na escrita do projeto dessa dissertação, entrei em contato com o referencial teórico e procurei delimitar meu problema de pesquisa. Foram os primeiros passos dados em direção à construção de meu objeto de investigação e às delimitações das principais questões a serem analisadas nas fontes empíricas com que desejava trabalhar.

Seguindo um referencial teórico foucaultiano, desejava desnaturalizar o caráter criminoso dos homens e mulheres sem-terra no Brasil. Atraía-me o fato de que essa pesquisa me possibilitaria pensar essa identidade criminosa problematizando-a a partir de seu caráter emergente, histórico, cultural.

A década de 1990 parecia ser o momento específico em que se tornaram mais regulares e intensos no interior da cultura os discursos que circulavam na mídia atribuindo uma identidade criminosa aos sem terra. Até então, a questão da má distribuição fundiária em nosso país parecia ser tratada como conseqüência direta da exploração colonial portuguesa de modo que os embates a favor da Reforma Agrária eram considerados legítimos, justos e necessários por grande parte da população. A redistribuição das terras amenizaria as diferenças sociais atenuando as conseqüências decorrentes da exploração realizada desde o século XVI pela metrópole lusitana sobre a colônia brasileira.

De modo que teria sido no período pós-ditadura militar, considerado como de redemocratização do Brasil – entre os anos de 1980 e 1990 – que a questão social dos sem terra teria passado a ser narrada como caso de polícia<sup>4</sup>. Havia sido nessa mesma época que se

---

<sup>4</sup>Scolese (2005) afirma que “o ritmo de conquista dos trabalhadores rurais, apesar de ainda pequeno, mas visivelmente ascendente, seria interrompido em 1964, com o golpe dos generais ao governo de João Goulart” (p.35). O que não significa que a questão ficou esquecida naquele período. Ao contrário, os ditadores arregimentaram forças a fim de exercer um controle mais efetivo sobre as primeiras movimentações dos pobres do campo em direção à conquista de seus direitos. O autor explica que “apenas oito meses após o golpe, em novembro de 1964, o governo militar aprovou o Estatuto da Terra (Lei 4.505), uma opção preventiva para tentar controlar eventuais problemas políticos e sociais no meio rural” (p.37). E mais, ele complementa que junto à legislação agrária o projeto de colonização evidenciava uma vontade de poder do governo sobre os movimentos sociais no período ditatorial, de modo que “com o apoio do Incra, era uma forma de buscar o controle dos focos de tensão agrária sem fazer a reforma agrária” (p.38). Diante disso, optei por trabalhar nessa dissertação com o período histórico que tem início ao final do regime militar. Foi na redemocratização que as lutas tornaram-se mais produtivas, pelo menos no campo simbólico.

organizara no país o chamado *MST* (Movimento Sem-Terra). Especialmente nesse caso, os integrantes do movimento passaram a merecer a atenção da mídia, valendo-se da própria imprensa para divulgar imagens de suas ações coletivas como mais uma estratégia para alcançar seus objetivos.

Partindo da idéia de que “os marcos e os acontecimentos considerados originais da memória histórica são criações que escondem pistas de toda a luta e os embates entre vários projetos de sociedade, que possibilitou que eles emergissem” (Albuquerque, 2007, p. 157), considero, portanto, a hipótese de que as invasões de terras – que é apenas uma entre tantas outras ações coletivas promovidas pelo MST – precisam ser entendidas a partir da complexidade histórica em que se tornou dizível. A escolha dessa ação, como marca do movimento, teria contribuído com a instituição da identidade *sem-terra* não escolhida ao acaso. Por que não mereciam a mesma atenção, nas narrativas midiáticas, passeatas ao longo das estradas também realizadas por esses sujeitos? Ou então os comícios que mobilizaram multidões?

Se a linguagem não apenas representa, mas também cria realidades, posso pensar a identidade invasora atribuída ao movimento e, logo mais tarde, o caráter criminoso do movimento, deflagrava uma luta entre diferentes projetos sociais propostos à época no País. Viviam-se um período marcado pelo fim da ditadura e pela novidade da democracia. Um tempo em que finalmente voltávamos a participar de eleições diretas mediante o amadurecimento das instituições legais e da legitimação de determinadas garantias jurídicas aos cidadãos. Nesse cenário, polarizavam-se os planos de governo da direita e da esquerda política que se pretendiam, cada um a seu modo, possuidores da melhor “receita” para transformar o Brasil em um país “verdadeiramente” democrático.

No interior do discurso<sup>5</sup> no qual se articula um conjunto complexo de enunciados<sup>6</sup> referentes ao sem-terra no Brasil, a *invasão* é uma das práticas mais referidas. Como ato ilegal, na medida em desrespeita o direito à propriedade privada, bem tão caro ao Estado Moderno, a identidade invasora logo será marcada por seu caráter criminoso. Considerando

---

<sup>5</sup> Entendo discurso segundo o que ensina Foucault, no obra *A Arqueologia do Saber* (2008), como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva” (p.132).

<sup>6</sup> Ainda na mesma obra, o filósofo afirma que “examinando o enunciado, o que se descobriu foi uma função que se apóia em conjunto de signos, que não se identifica nem com a ‘aceitabilidade’ gramatical, nem com a correção lógica, e que requer, para se realizar, *um referencial* (que não é exatamente um fato, um estado de coisas, nem mesmo um objeto, mas um princípio de diferenciação); *um sujeito* (não a consciência que fala, não autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos indiferentes); *um campo associado* (que não é o contexto real da formulação, a situação na qual foi articulada, mas um domínio de coexistência para outros enunciados); *uma materialidade* (que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um status, regras de transcrição, possibilidades de uso ou reutilização)” (p.130) (grifo meu).

que, na concepção foucaultiana, teoria e prática estão sempre juntas, ou como explica Rosa Maria Bueno Fischer (2007) “as coisas ditas são sempre históricas, isto é, funcionam em práticas muito concretas” (p.42). Em outras palavras, o conjunto de textos que investigo está associado a algumas práticas e deve ser analisado como tal, afinal, são constituidores de sujeitos.

Antes, a Reforma Agrária com a redistribuição das terras era objeto de política social, nomeada na Constituição; já nos anos 90, período em que ocorrem as maiores invasões por parte dos sem-terra, o movimento é demonizado e passa a ser narrado por ser caráter criminoso. A marcação da criminalidade das ações que envolviam desrespeito à propriedade privada – no caso, os latifúndios invadidos pelo MST – parece responder a uma função estratégica no conjunto de medidas políticas adotadas a fim de garantir a implantação definitiva de um modelo econômico neoliberal no Brasil.

Interessa aqui, portanto, a raridade histórica<sup>7</sup> – no caso, a associação do MST à invasão de terras e, portanto, à ilegalidade – que precisa ser problematizada considerando-se as relações de poder que permitiram objetivar o sem-terra como criminoso naquele contexto histórico específico. Essa identidade criminosa precisava ser historicizada para que fosse possível mapear os caminhos que a tornaram visível e dizível. Longe de uma característica natural dos homens e mulheres pobres sem terra, que vinham sendo narrados desde muito tempo como injustiçados ou pessoas dignas de pena, em algum momento histórico e de algum modo não natural, foi fixada a esses sujeitos uma identidade criminosa.

---

<sup>7</sup> E mais uma vez recorro a Foucault (2008) para esclarecer o que entendo por raridade. Como já fiz referência, tenho a intenção nessa dissertação de entender como foi possível emergir na linguagem a subjetividade criminosa fixada à identidade sem-terra. Com isso, não estou tentando encontrar “a origem” desse discurso que racionaliza a pobreza, incriminando os sem-terra. Estou apenas tentando seguir nos rastros da aquilo que, no pensamento foucaultiano, chamamos de “análise enunciativa” (p.134). Esse tipo de análise leva em conta, entre outras coisas, o efeito de raridade dos enunciados. Nas palavras do autor “Essa raridade dos enunciados, a forma lacunar e retalhada do campo enunciativo, o fato de que poucas coisas, em suma, podem ser ditas, explicam que os enunciados não sejam, como o ar que respiramos, uma transparência infinita; mas sim coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos; para as quais preparamos circuitos preestabelecidos e às quais damos uma posição dentro da instituição; coisas que são desdobradas não apenas pela cópia ou pela tradução, mas pela exegese, pelo comentário e pela proliferação interna do sentido. Por serem raros os enunciados, recolhemo-los em totalidades que os unificam e multiplicamos os sentidos que habitam cada um deles” (p.136). Outra passagem significativa de Foucault (2003) que aponta para essa mesma direção a que tenho feito referência até aqui pode ser acrescentada. Na obra em questão o autor explica que “história ‘efetiva’ faz ressurgir o acontecimento no qual ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na área singular do acontecimento” (p.138).

Assim, penso ser oportuno perguntar: como foi possível que tal objeto, a identidade criminosa sem-terra, se tornasse natural, a-histórico? A que regime de verdade a educação brasileira estaria sujeitando essas pessoas? Estariam esses saberes submetidos a relações de poder no interior de um dispositivo que administra a pobreza em nossa sociedade capitalista, globalizada e de consumo? Que linhas de força desse dispositivo pode se ver nas produções didáticas com o qual estão em contato permanente em nossas escolas os estudantes brasileiros? Há uma uniformidade no conjunto de enunciados acerca do sujeito sem-terra na história agrária brasileira ensinada às crianças e adolescentes? Que rupturas ou desvios dessa identidade seria possível observar nos livros e manuais escolares? Que outras possibilidades de ser sem-terra se tornaram visíveis e dizíveis ao longo desses últimos vinte anos, reatualizando a identidade dos homens e mulheres pobres sem-terra no Brasil?

## **2.2 As ferramentas utilizadas nesse trabalho**

Emprego com frequência, nessa dissertação, o conceito de *representação*. Tomo o sentido que lhe atribuem pesquisadores brasileiros no campo da Educação que em seus estudos se apropriam das idéias de teóricos pós-estruturalistas como Gilles Deleuze, Jacques Derrida e Michel Foucault, por exemplo.

Assim, valendo-me da discussão de Maria Lucia Wortmann (2001), pesquisadora da vertente pós-estruturalista dos Estudos Culturais, entendo que “a representação participa da constituição das coisas, não sendo vista como um mero reflexo dos eventos que se processam no mundo” (p.156). Seguindo o mesmo referencial teórico, Marisa Vorraber Costa (2004) acrescenta que “neste caso, quem tem o poder de narrar o outro, dizendo como está constituído, como funciona, que atributos possui, é quem dá as cartas da representação, ou seja, é quem estabelece o que tem ou não, estatuto de realidade” (p.77).

Dessa forma, tratar da questão dos sem terra e suas representações em livros didáticos, significa lidar com a questão da *política cultural da identidade*. A expressão política cultural, em geral, explica Costa (2002) “vem sendo utilizada para referir-se às estratégias políticas implicadas nas relações entre o discurso e o poder” (p.139). Nesse caso, diz respeito à maneira como foi produzida a identidade sem-terra e as subjetividades criminosas, entre outras atribuídas mais recentemente a esses sujeitos no interior da cultura.

Hall (2005) explica o processo de mudança a qual estiveram submetidas nossas concepções de sujeito desde o Iluminismo, quando se pressupunha o indivíduo como “totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (p.10); passando pelo momento em que a Sociologia possibilitou pensar a identidade a partir das relações interativas que ligavam o interior do indivíduo ao exterior da coletividade;

chegando ao momento atual, marcado pelo entendimento de um caráter cultural a qual estaria submetido o processo de identificação.

Nesse caso, portanto, o currículo escolar e o livro didático, por exemplo, são tomados como espaços onde se dão as lutas ou embates identitários em torno dos sujeitos sem-terra. Sublinho, mais uma vez, que não foi intenção desta pesquisa buscar “uma” identidade sem-terra ou a mais verdadeira. E sim verificar como algumas subjetividades são produzidas e se tornam mais homogêneas, fixando-se em determinados grupos sociais em um tempo histórico específico.

Voltando à questão da marcação de identidade, evoco ainda uma idéia decorrente da chamada virada lingüística<sup>8</sup> proposta por teóricos pós-estruturalistas. Destaco o fato de que na estrutura de nossa linguagem, para cada afirmação que fazemos, assumimos implícita ou explicitamente uma série de negações que nos permitirão marcar pela *diferença* a identidade de determinado sujeito. Tomaz Tadeu da Silva (2007) reforça essa idéia quando afirma que “em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido” (p.75).

Esse deslocamento das discussões da pesquisa para questões ligadas a identidade, diferença e poder me parece ser fundamental e muito produtivo. Senão, consideremos o próprio uso da expressão *sem-terra* para designar o movimento social brasileiro de luta pela reforma agrária. Nada é inocente na escolha dessa nomenclatura para designar o movimento. Sublinho os comentários feitos por Bertol (2003) sobre o tema

(...) sem-terra, sem chão, em lugar nenhum, um não lugar, portanto uma utopia (do grego *u*=não, *topos*=lugar). Utopia, expressão de quimera, ilusão, miragem, sonho, imaginário. Nela se encerra a própria alucinação das cidades, onde se vive no ar ou no asfalto, longe da terra, eternamente sem terra. Expressão também da perfeição, do mundo ideal – como o de Thomas Morus –, mas ainda do terror, da violência e da opressão (também presentes na ilha de Morus) impostos para se concretizarem as utopias totalitárias, nunca alcançadas, que deixaram marcas de fracasso e humilhação na história. (p.6).

Assim, ao refletir sobre como os sem-terra são apresentados às crianças e jovens escolares, essa pesquisa pretende atentar para as identidades atribuídas a eles, bem como para os processos classificatórios que essa identificação pressupõe, afinal, como ensina Silva

---

<sup>8</sup> Segundo Costa (2002), “a expressão *virada lingüística* refere-se às movimentações no campo da filosofia em que o discurso e a linguagem passam a ser considerados como constituidores da realidade. Segundo as concepções que se afinam com a virada lingüística, nosso acesso a uma suposta realidade é sempre mediado por discursos que não apenas a representam, falam dela, mas a instituem. Quando se fala de algo também se inventa este algo” (p.140).

(2007) “a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e excluir” (p.83).

Ao pensar as ações relacionadas à marcação de uma identidade – dividir, classificar, hierarquizar – todas produzidas na cultura pela linguagem e, portanto, submetidas à arbitrariedade das relações de poder, pressuponho justificável a opção, entre os múltiplos artefatos culturais<sup>9</sup> que compõem a maquinaria escolar<sup>10</sup>, por trabalhar com a análise dos livros didáticos, pois me permite problematizar a questão social dos sem-terra operando com os conceitos de representação, identidade e diferença.

As publicações escolares são entendidas, nesse caso, como parte de um conjunto maior de saberes que valida e legitima determinadas verdades, instituindo realidades acerca dos sujeitos e objetos desse mundo. Faço referência aqui à noção de *currículo*, segundo o que afirma Silva (1996) “o nexos íntimo e estreito entre educação e identidade social, entre escolarização e subjetividade, é assegurado precisamente pelas experiências cognitivas e afetivas corporificadas no currículo” (p.184).

Ao me referir ao currículo estou entendendo-o, segundo Costa (1998), como “um conjunto articulado e normatizado de saberes, regidos por uma determinada ordem, estabelecida em uma arena em que estão em luta visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo” (p. 41).

Nesse sentido, fiz breves incursões sobre outros artefatos culturais que compõem um conjunto de saberes acerca dos homens e mulheres sem-terra no Brasil, como revistas semanais, filmes ou sites da internet, privilegiando os manuais didáticos de história.

Justifico a opção por centralizar minha pesquisa na análise de materiais empíricos que relacionam História e Currículo valendo-me de afirmação de Alfredo Veiga-Neto (2002). Ele discorre sobre a importância do currículo na engenhosa maquinaria escolar em funcionamento há mais de cinco séculos, e alerta para o fato de que

(...) o currículo funcionou – e certamente ainda funciona – como o grande dispositivo pedagógico que recolocou, em termos modernos, a invenção grega da fronteira como o limite a partir do qual começam *os outros*; não propriamente o limite a partir do qual nos perdemos, mas o limite a partir do qual *os outros* passam a existir para nós, o limite a partir do qual *a diferença* começa a se fazer problema para nós (p.2). (grifo do autor)

<sup>9</sup>Como lembra Elí Henn Fabris, “artefato cultural é qualquer objeto que possui um conjunto de significados construídos sobre si” (FABRIS, 2004, p.258).

<sup>10</sup> Tomo emprestado esse conceito, *Maquinaria Escolar*, explicitado por Julia Varela e Fernando Alvarez Uria (1992) em um artigo no qual os autores esboçam as condições históricas e sociais que contribuíram no processo de estruturação da escola como a concebemos hoje: uma instituição inventada com o objetivo de fabricar determinados tipos de sujeitos.

Parece-me que a História e os artefatos culturais a que os livros didáticos de História remetem, se prestam bem a esse fim a que faz referência o autor. As narrativas presentes nos livros didáticos – desde aqueles com caráter mais reducionista e determinista até as produções que apresentam problematizações mais complexas e atentas para as ambigüidades dos tempos de modernidade tardia em que vivemos – são discursos que pretendem dizer aos estudantes quem eles são e quem são os outros.

Diante disso, penso ser indispensável articular aos conceitos até aqui utilizados como ferramentas na construção de meu objeto de pesquisa um operador conceitual significativo no entendimento do processo de constituição da identidade sem-terra: o *poder*, entendido aqui não como um objeto, mas como uma relação.

Foucault (1995) explica que nas relações entre indivíduos livres “o exercício do poder seria uma maneira para alguns de estruturar o campo de ação possível dos outros” (p.245). De modo que as questões a serem problematizadas nesta dissertação estão relacionadas a uma concepção do poder como rede a ser mapeada em seu funcionamento.

Como lembra Silva (2007)

a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (p.81)

Importa então, considerar os efeitos do exercício do poder quando um determinado saber histórico é apresentado nos livros didáticos influenciando a conduta dos estudantes em relação a si mesmos e em relação aos outros<sup>11</sup> – no caso, os homens e mulheres pobres, do campo, sem terra para plantar e morar.

O governo de si e dos outros, Foucault teria chamado de *governamentalidade*<sup>12</sup>. O que, no campo da política, segundo o pesquisador português Jorge Ramos do Ó (2003) “corresponderia (...), ao desencadear de toda uma arte caracterizada pela heterogeneidade de autoridades e agências, empregando igualmente uma variedade de técnicas e formas de

<sup>11</sup> Sobre o “governo de cada um e dos outros”, aprendi com Ramos do Ó (2001) que o conjunto das obras de Michel Foucault (textos publicados nas fases da “arqueologia”, “genealogia” e “ética”) se condensa em torno do termo governamentalidade, na medida em que tal conceito “estabelece um *continuum* entre: (i) a ‘microfísica do poder’, ligada às tecnologias do corpo e à aplicação de técnicas disciplinares nas prisões; (ii) as preocupações gerais da soberania política, direcionadas para gestão das nações, populações e sociedades no quadro de relações institucionais; (iii) as estratégias estabelecidas para a direção e conduta de indivíduos livres, fazendo equivaler as ‘práticas do eu’ com as ‘práticas do governo’” (p.14).

<sup>12</sup> Sobre o uso do termo governamentalidade, não dicionarizado na língua portuguesa, ver Alfredo Veiga Neto (2002). O autor explica como utilizar tal expressão que no original francês está grafada como *gouvernementalité*.

conhecimento científico destinadas a avaliar e melhorar a riqueza, a saúde, a educação, os costumes e os hábitos da população” (p.5) e no campo da ética refere-se “ao conjunto de técnicas performativas de poder que incitaram o sujeito a agir e a operar modificações sobre a sua alma e seu corpo, pensamento e conduta, vinculando-o a uma atividade de constante vigilância e adequação aos princípios morais em circulação em sua época” (p.5).

Isto posto, passo a explicitar como dispus cada um dos conceitos anteriormente apontados em torno de um operador conceitual chave na construção e entendimento de meu objeto de pesquisa: a idéia de um *dispositivo de racionalização da pobreza*. Tomo dispositivo<sup>13</sup> no sentido que lhe atribui Michel Foucault (2003) como um conjunto heterogêneo de elementos da cultura devidamente agenciados através das múltiplas ligações estabelecidas entre si e disposto de maneira a alcançar um objetivo estratégico ou responder a uma determinada urgência. Ou, nas próprias palavras do autor “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (p. 246).

Essas relações a que o autor faz referência são rearticuláveis, o que confere uma certa dinâmica aos elementos que a constituem. Foucault (2003) explica melhor isso ao afirmar que: “entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes” (p.243).

Gilles Deleuze (1990) reforça o caráter dinâmico do dispositivo comparando-o a

uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear (...) composto por linhas de natureza diferente (...) que não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras (p.151).

De modo que, ao mapear o funcionamento deste dispositivo estou atentando para a complexidade das relações que esse conjunto de enunciados acerca dos sem-terra apresenta ao longo da história. O funcionamento desta “máquina de fazer ver e de fazer falar” (Deleuze, 1990, p.151) não é estável e são as regularidades e irregularidades de tal sistema que me atraem nessa pesquisa.

---

<sup>13</sup> Outras obras de pesquisadores que também se valeram dos estudos de Michel Foucault acerca do conceito de *dispositivo* foram consultadas a fim de verificar como operarem, cada um em sua especificidade, com tal ferramenta teórica. Entre elas, a Proposta de Tese (Doutorado em Educação) de Vera Regina Serezer Gerzson (2004) *A mídia como dispositivo de governamentalidade neoliberal - os discursos sobre educação nas revistas Veja, Época e Isto É*; a Dissertação (Mestrado em Educação) de Jacqueline Martins (2006) *Tudo, menos ser gorda: a literatura infanto-juvenil e o dispositivo da magreza*; o artigo de Fabiana de Amorim Marcello (2005) *Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade*; e o dispositivo de medievalidade apresentado por Nilton Mullet Pereira (2007), entre outros documentos, no artigo *Representações da Idade Média no Livro Didático*.

Outra característica do dispositivo, como operador conceitual, é que a formação dos elementos em conjunto se dá a fim de responder à urgência em um determinado momento histórico e que, a essa gênese, segue-se um duplo processo. Segundo o autor:

por um lado, processo de sobredeterminação funcional, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro lado, processo perpétuo de preenchimento estratégico (p.245).

Penso que posso fazer uso de um exemplo mais prático daquilo que venho tentando apresentar de forma teórica quanto à complexidade desse dispositivo que tenho tentado mapear até o momento. Um dispositivo que administra a pobreza no interior da cultura conferindo-lhe racionalidade.

Estou pensando em um comercial exibido recentemente em diferentes horários ao longo do dia na Rede Record, emissora brasileira de televisão. Um pequeno filme, de aproximadamente trinta segundos, que faz parte de uma série de outros filmes criados pela empresa televisiva numa campanha pela inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Diferente de outras peças publicitárias, produzidos com a finalidade de anunciar determinados bens de consumo, essa série de filmes se pretende como meio de promoção da cidadania. Vamos ao filme. Ele inicia com uma imagem de um jovem, que visivelmente é portador da Síndrome de Down, trabalhando de forma muito eficiente no cumprimento de suas atividades. A imagem aproxima, em close, a face sorridente desse protagonista enquanto ele realiza suas funções como funcionário de um supermercado e, finalmente, ouve-se a narração de uma sentença “*Dá pra viver com Dow. Mas não dá pra viver sem trabalho*”<sup>14</sup>.

A lição que a TV nos ensina é essa: parece que não ter trabalho, uma das causas da pobreza, é uma anormalidade mais assustadora para a atual sociedade de consumo do que os *estranhos* portadores de Down<sup>15</sup>.

Entendo essa peça publicitária como mais um dos muitos textos culturais que nos ensinam algo sobre a cidadania. Isso na intenção de mostrar como um currículo que racionaliza a pobreza não se restringe às formalidades da escola e seus artefatos. Como afirma

<sup>14</sup> Vídeo disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=LbXHja7GU-I>

<sup>15</sup> Estou consciente dos riscos que corro em utilizar os termos *anormal* e *estranho* sem apresentar previamente as considerações devidas em relação ao referencial teórico que tomo para entender tais conceitos. Adianto que estou me valendo dos estudos de Veiga Neto (2001). Seguindo um referencial foucaultiano para pensar a questão da construção moderna da *normalidade*, o autor afirma “estou usando a palavra *anormais* para designar esses cada vez mais variados e numerosos grupos que a Modernidade vem, incansavelmente e incessantemente, inventando e multiplicando: os *sindrômicos*, *deficiente*, *monstros* e *psicopatas* (em todas as suas variadas tipologias), os *surdos*, os *cegos*, os *aleijados*, os *rebeldes*, os *pouco inteligentes*, os *estranhos*, os *GLS*, os ‘*outros*’, os *miseráveis*, o *refugio*, enfim” (p. 105).

Costa (2002), “pode referir-se a uma variada e ampla gama de artefatos que nos ‘contam’ coisas sobre si e sobre o contexto em que circulam e em que foram produzidos” (p.138).

O enunciado que narra aqueles que não têm trabalho e, por conseqüência, não consomem também, como anormais, se relaciona a enunciados que narram os homens e mulheres do campo que não tem terra, portanto, não tem trabalho, como sujeitos também anormais. Quer seja por pena, por medo ou por raiva, no campo ou na cidade, os outros são sempre pessoas fora da norma das quais devemos, no mínimo, desconfiar.

Justifico assim, de forma breve, mas não conclusiva, a razão por que ao apresentar um estudo que se propõe a fazer uma análise de livros didáticos, puxo um fio que me conduzirá pela tessitura do dispositivo que racionaliza a pobreza a que tenho feito referência até aqui, de modo a fazer incursões por outros artefatos da cultura, devidamente indicados nos manuais escolares analisados e que me levam a entender de que forma a pobreza tornou-se alvo de racionalidades específicas na configuração atual de nossa sociedade.

Por fim, quando penso, então, em um dispositivo que racionaliza a pobreza para melhor administrá-la, tomo o conceito pobreza no campo de análise sociológico, considerando as idéias de Anthony Giddens (1996) e Zygmunt Bauman (2000).

Giddens analisa a pobreza considerando-a como alvo de controvérsias teóricas entre pensadores da direita e esquerda política. No contexto de fortalecimento nos Estados Unidos daquilo que chamamos de Estado de Bem Estar Social ou *welfare state*, Giddens argumenta que, ainda que pareça contraditório, pesquisas na área indicaram um aumento da pobreza exatamente no mesmo período histórico em que as ditas “subclasses”, ou seja, “pessoas que não compartilham do bem-estar confortável do americano prototípico” (p.165) mais estiveram sob o alvo de programas assistenciais do governo norte americano – meados da década de 1970. De modo que a condição de pobreza, além dos marcadores materiais, também é uma questão que deve ser analisada levando-se em conta os marcadores culturais.

Citando Charles Murray, Giddens nos põe a pensar “O que há de errado em ser pobre (uma vez que as pessoas estejam acima dos níveis de subsistência)? Por que deveria haver essa preocupação geral com o combate a pobreza? Nós procuramos combater a pobreza, argumenta ele (no caso, Charles Murray), a fim de expandir o conjunto da felicidade humana” (p.189). Em outras palavras, “a posse de riqueza não necessariamente torna alguém feliz, não mais do que a pobreza enquanto tal é origem de tristeza” (p.189).

Ser pobre não é, necessariamente, sinônimo de infelicidade. Basta lembrar que, já houve momentos específicos de nossa existência onde a pobreza era louvada, como nobre traço de caráter de alguns medievais, por exemplo.

O discurso capitalista neoliberal parece nos ensinar que o acúmulo de bens materiais é sinônimo de felicidade. Aos pobres, por predisposição ou acaso, caberia uma existência infeliz.

Bauman vai além dessas considerações realizadas por Giddens. Seguindo a mesma linha de pensamento, que relaciona a ética do trabalho à felicidade no discurso moderno, o autor analisa a etapa mais contemporânea do capitalismo, sob a estética do consumo. Ele explica que na chamada sociedade de produtores – capitalismo industrial – a fim de que todos suportassem o ambiente e rotina de uma indústria, o trabalho era postulado por aquilo de bom, moral e ético que pode fazer por alguém.

Era necessário, naquele período inicial de estruturação do capitalismo, produzir os produtores. Estar desempregado era anormal e apenas alguns direitos mínimos eram garantidos aos pobres. Mais tarde, estar empregado não era mais suficiente, e uma nova ética pautada pelo prestígio que maiores salários traziam vai acirrar a disputa por melhores empregos.

Novas condições sociais se apresentam na dita sociedade de consumidores. Ensinar como deve se comportar um consumidor envolve apostar na liberdade de escolha e autonomia dos indivíduos, portanto, as instituições que moldavam os sujeitos – ditas panópticas – caíram em desuso. Afinal, o consumo é uma atividade a ser exercida de forma individual. As necessidades que nos levam ao consumo são construídas com base na multiplicidade de desejos que se pode despertar em cada indivíduo. Não consumir significa não experimentar o novo, não aproveitar oportunidades, não exercer o obrigatório direito de ser livre para escolher.

Nesse período vemos proliferar programas assistência que tentam reabilitar para o consumo aqueles indivíduos que Bauman irá chamar de “consumidores falhos”. De modo que, tanto na sociedade de produtores como na de consumidores, os pobres receberam marcações específicas, ora pela falta de condições materiais, ora por uma suposta existência infeliz. Nas palavras de Bauman “de acuerdo com el modelo de orden y de norma que tuviera, cada sociedad moldeó a sus pobres a su propia imagen, explico su presencia em forma diferente y les dio uma diferente función, adoptando estrategias distintas frente al problema de la pobreza” (p.134).

Procuo estar alerta também às advertências ou precauções feitas por Foucault (1995) quanto ao uso da palavra racionalização, pois ele afirma “considero a palavra racionalização perigosa” (p.233) e por isso, propõe uma saída metodológica para a questão: “o que devemos

fazer é analisar racionalidades específicas mais do que evocar constantemente o processo da racionalização geral” (p.233).

De maneira que, quando me refiro a racionalização, estou entendendo mesmo um conjunto de racionalidades que têm um mesmo alvo, no caso a pobreza. Estou pensando em um conjunto de saberes que, estabelecidos no interior da cultura e, portanto, submetidos a um jogo de forças ou relações de poder, permite ao adolescente e jovem estudante brasileiro aprender sobre a pobreza em seu País, ou pelo menos sobre parcela dos pobres, e pensar e agir sobre si mesmos para que conduzam suas vidas de maneira que não venham a se tornar como esses sujeitos – quer seja pelo medo da violência das ações do movimento, quer seja pelo fracasso do que uma conduta dessas implica em nossa sociedade.

### **3. A demarcação de alguns palmos de história**

*(Ou sobre a vontade de saber e poder)*

Ainda me valendo do uso de uma metáfora para apresentar os resultados dessa investigação acadêmica, sigo com a execução de um dos mais importantes passos necessários nos antigos processos judiciais<sup>16</sup> instaurados quando da contestação de um determinado território: a medição e, conseqüente, demarcação das terras. Operado pelo Poder Público a pedido dos interessados na posse, o procedimento envolvia a apresentação de documentos probatórios como as cartas de sesmarias – o que significava remontar supostamente à origem da posse, ou seja, a quem verdadeiramente ocupara pela primeira vez aquela região por meio de uma doação real – e o próprio ato de medir e colocar marcos que identificassem os limites da requerida porção.

A aparente simplicidade da questão – apresentação do documento e efetuação da medição que comprova o que o documento anuncia por posse – esconde a complexidade que tal tarefa exigia. Entre os processos crime que tive oportunidade de conhecer, em outra ocasião na qual trabalhava com esse tipo de fonte histórica<sup>17</sup>, pude compreender o quanto essa etapa da disputa significava no quadro mais amplo de passos a se seguir para legitimar terras nos século XIX.

Primeiro porque as cartas de sesmarias não apresentavam limites bem definidos das terras doadas. Um riozinho que servia de fronteira quando da doação, ainda nos séculos XV e XVI, poderia nem existir mais por causas naturais ou por força da vontade de um ambicioso posseiro que vai alargando seus domínios sobre terras públicas até que algum outro de igual forma resolva questionar suas intenções. Depois porque a medição envolvia longas horas, dias e semanas para se encerrar. Grandes extensões requeridas, poucos funcionários disponíveis,

---

<sup>16</sup> Sobre a utilização dos processos criminais como fontes de pesquisa, recomendo a leitura dos artigos de Karyne Johann, disponível em [http://www.sle.br/rohialartigos/artigo\\_karyne\\_johann.pdf](http://www.sle.br/rohialartigos/artigo_karyne_johann.pdf) e também o texto das autoras Fabiana Luci de Oliveira e Virgínia ferreira da Silva, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n13123563.pdf> Ambos os trabalhos transitam entre um referencial foucaultinano e as idéias de Roger Chartier, pesquisador da área da História Cultural no que diz respeito à abordagem e problematização das fontes de pesquisa, o objeto de investigação e o referencial teórico de análise.

<sup>17</sup> Trabalho realizado como bolsista de Iniciação Científica vínculo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) da UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul na temática da História Agrária sob a orientação do Dr. Profº. Marcus Justus Tramontini entre os anos de 2001 a 2004.

intempéries e a própria má intenção de algum envolvido na questão que, à noite, alterava ou colocava fogo nos marcos de madeira fincados no chão pelos agrimensores são fatores que tornavam extremamente difícil e delicado esse processo demarcatório. De forma semelhante, posso perceber nas narrativas acerca dos conflitos por terra no Brasil que circulam na mídia e no judiciário, uma vontade de saber sobre o homem do campo e uma vontade de poder sobre o homem da cidade.

### **3.1 A vontade de saber e poder no judiciário e na mídia**

Nas muitas identidades que os sujeitos do campo e da cidade podem assumir na contemporaneidade sempre tive interesse por aqueles que eram subjetivados como pobres e sem terra no século XIX. Eles pareciam compor um grupo invisível em uma sociedade do tipo disciplinar<sup>18</sup> como a que se configurava a época. Mas, no modelo de sociedade a que atualmente estamos conformados, a de controle<sup>19</sup>, novas subjetividades emergem e, por sua vez, novos mecanismos de disciplina surgem no contexto de constituição do sujeito, chamando minha atenção que se volta agora para os sem-terra, subjetivados por vezes como criminosos, baderneiros e vagabundos.

Seguindo essas considerações iniciais pretendo apresentar a seguir algumas nuances das linhas de força do dispositivo de racionalização da pobreza quando ele é operacionalizado no campo jurídico e no espaço da mídia. De modo que, nas complexas relações entre o direito e a norma, ainda acrescento a mídia como espaço discursivo para fabricação de indivíduos, experimentando pequenos bocados em diferentes momentos históricos a fim de tornar mais produtiva à análise dos livros didáticos que apresento posteriormente nesta dissertação.

Seguindo um referencial foucaultiano, entendo verdade como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (Foucault, 2003, p.14). Dessa forma, a verdade está relacionada a sistemas de poder, que legitimam um saber como válido ou verdadeiro em nossa sociedade. Do que decorre aquilo que Foucault (2003) chamará de regime de verdade, como explica a seguir

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu

---

<sup>18</sup> De modo muito sucinto, pode-se caracterizar a concepção foucaultiana de *sociedade disciplinar* como aquela que tem como objetivo a formação de corpos dóceis. Para tal, se procedia a uma distribuição dos indivíduos no espaço e no tempo. Instituições como a escola, o hospital, o quartel foram organizadas para fabricar um tipo de indivíduo normalizado com o menor custo possível. A vigilância hierárquica era a marca desse sistema panóptico de subjetivação.

<sup>19</sup> Deleuze prossegue a discussão iniciada por Foucault e inaugura o conceito de *sociedade de controle*. Aquela na qual a fabricação de indivíduos dóceis ocorre fora dos muros das instituições. A auto-vigilância é uma marca desse sistema sinóptico de subjetivação. A coerção das instituições agora é substituída pela sedução. Não há substituição dos sistemas, eles se sobrepõem e se intensifica a disciplina sobre o sujeito. Sobre isso, ver HARDT (2000).

regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (p12)

No que diz respeito às relações existentes entre o estatuto jurídico e os jogos de poder em torno da terra, envolvendo homens livres sem recursos que desejavam garantir sua posse nas áreas de imigração alemã no sul do Brasil, pude aproximar-me um pouco do regime de verdade que parece ter configurado a sociedade brasileira que emerge no século XX. Tal investigação me possibilitou mapear, naquelas páginas amareladas pelo tempo que compunham uma infinidade de processos criminais recheados de detalhes do cotidiano colonial, micro relações de poder que atravessam todo o tecido social naquele período.

Na ocasião acompanhei o caso de Dona Maria Engrácia de Jesus<sup>20</sup>, viúva de Francisco Ferreira Bastos. Ela encaminhara uma queixa crime contra os réus Vicente Batista Orsi, João Lourenço Torres, Antonio Ferreira Tavares Leiria, Catharina Bach e Gabriel Carlsson, acusando-os de assassinarem seu marido: os primeiros como mandantes e os dois últimos como executores, no crime que ocorrera em 5 de julho de 1867.

O que chama a atenção nesse crime é uma carta anexada ao processo e que fora depositada pela vítima, Ferreira Bastos, em uma espécie de cofre na Santa Casa de Misericórdia em Porto Alegre. A vítima, temendo por sua vida, tratara de denunciar seus inimigos através da escritura de um documento lacrado e protegido devidamente em um órgão público afim de que se fizesse uso do mesmo pela justiça caso atentassem contra sua vida.

De fato Bastos foi assassinado e, tendo anteriormente em conversas íntimas, alertado sua esposa do risco que estava ocorrendo, agora a cômputo anunciava a existência de tal documento aos agentes do judiciário.

Essa carta mostrou-se uma fonte preciosa para análise historiográfica contendo indicações acerca dos conflitos em torno da terra. Percebe-se uma complexa rede de relações sociais a organizar a Colônia e o cotidiano daqueles sujeitos. Entendendo o poder como relação, podemos afirmar que o assassinato de Ferreira Bastos tenha sido motivado pelo fato de que ele, nas relações que exercia com a imprensa, toda vez que tomava a palavra em um veículo de comunicação e passava a narrar seus inimigos, deixava evidente quem estava dando as cartas nesse jogo de representações.

---

<sup>20</sup> São Leopoldo/ Processo Crime/ Cartório Júri,/Estante 12/Maço 4/ Auto nº 87/Apelção Criminal/Apelante: A Justiça e Apelados: Vicente Batista Orsi e Gabriel Carlsson..

O dono do jornal Rio Grandense, chamado Eudoro Berlink, no qual Bastos costumava publicar suas cartas, denuncia, afirmando em juízo durante a investigação do assassinato do amigo – como assim o considerava – que:

O fato de ter Bastos escrito no jornal dele testemunha diversos artigos contra João Lourenço por causa da morte de um trabalhador da mediação (das terras) das colônias por ocasião de ser recrutado sendo aquele João Lourenço subdelegado, e apesar de ter sido o processo julgado improcedente, (Bastos) dois dias antes de ser assassinado e em resposta a um artigo de um outro jornal (Jornal do Comércio) que censurou a demissão de João Lourenço, o defendia, e declarava que ela tinha sido proveniente de uma representação do conselheiro Lopes, feita contra João Lourenço, escreveu um artigo virulento contra este justificando a demissão, sendo este artigo publicado dois dias antes do assassinato; e que ela testemunha em seu jornal Rio Grandense, e no mesmo dia do assassinato de Bastos, declarou no mesmo jornal que João Lourenço seria analisado da cabeça aos pés por alguém, e que o alguém a quem se referia era Francisco Ferreira Bastos que o mesmo havia prometido no último artigo que escreveu” (APERGS, São Leopoldo, Cartório Cível e Crime, Maço 4, Auto nº 87, p.110 ).

Esta testemunha ainda declarou que Bastos tinha intenção de – tão logo se proferisse a sentença em um processo que estava envolvido e no qual era acusado por Orsi, Tavares e Torres de ter falsificado uma ata da Câmara Municipal – entraria com um processo judicial contra eles: contra o juiz municipal e escrivão Leiria, por crimes de responsabilidade; contra Orsi e Torres, por terem vendido terras que não possuíam.

Trouxe esse exemplo apenas para mostrar o quanto esses processos e também a imprensa da época puderam se mostrar produtivos na constituição do conhecimento e de que forma podemos hoje relacionar outro espaço de produção de *verdade* – a escola e todos os discursos especializados que a compõem e circulam em livros, avaliações, prescrições – com as narrativas que a mídia tem feito circular acerca da identidade sem-terra.

Não é de meu interesse fazer afirmações a respeito da objetividade destes processos. Considero-os apenas como indícios. Pistas para entender o cotidiano das relações de poder no Rio Grande do Sul oitocentista. Na intenção, sim, de historicizar os atuais conflitos por terra no Brasil.

Prosseguindo nas considerações acerca da história desses sujeitos envolvidos nas disputas por terra no sul do Brasil no século XIX, recorro mais uma vez ao processo crime de Ferreira Bastos. Em carta denúncia publicada em jornal da época questiona as autoridades judiciárias. Usando de certas metáforas diz:

E a quem se atira o cão?

Será ao empregado da alfândega obrigado a pedir demissão pelas ladroerias cometidas à bordo e pelos contrabandos passados?

Não, é a um homem honrado.

Será a um promotor que por duas onças (de ouro) vendeu um processo, sendo demitido pelo juiz de direito por essa causa?

Não, é a um homem honrado.

(...) Tirem a máscara, não ataquem pelas costas. Quem não deve não teme!!! (Anexo Jornal Rio Grandense de 11 de novembro de 1886, p. 2).

Decorre, portanto, dessa alternância nas funções administrativas, também uma espécie de rede de relações de dependência e troca de favores. O então escrivão de um cartório pode ter ajudado um advogado no furto de um corpo de delito em troca de algum dinheiro ou outro benefício. Mais tarde, esse mesmo escrivão aparece como subdelegado na vila e então tem o poder de agilizar o inquérito ou não contra o réu daquele advogado com quem negociara antes.

Essas disputas de poder podiam chegar a níveis de violência física e assassinato além dos furtos de documentos, espancamentos, ameaças nos meios de comunicação, entre outros. Mas, como ensina Foucault (1995), em relação ao poder e a violência, convém lembrar que

Governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros. O modo de relação próprio ao poder não deveria, portanto, ser buscado ao lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária (que não podem ser mais do que instrumentos); porém, do lado deste modo de ação singular – nem guerreiro nem jurídico – que é o governo (p.244).

O autor está se referindo aqui ao governo dos sujeitos, de modo que, o que realmente importa nessa dissertação não é necessariamente a prática criminosa que circundava o judiciário brasileiro no século XIX, tampouco a violência física a que estavam submetidos os sujeitos que enfrentassem disputas por terra naquele período e sim, o micropoder e seus efeitos verificados nas relações sociais que se estabeleciam em torno da questão da terra. Esses efeitos do poder podem ser percebidos nas narrativas que o jornal da época publicava e que eram reforçadas na instância jurídica, por meio do inquérito. O poder de narrar o outro, por carta ou no jornal, se viu exercido numa relação de forças entre sujeitos que, de onde estavam, tinham legitimidade para fazê-lo.

Um elemento importante para o exercício do poder é a liberdade. Foucault (1995) é quem alerta para o fato de que “não há relações de poder onde as determinações estão saturadas (...) é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça” (p.244). Em última instância, a força discursiva do conjunto de saberes que ele, Ferreira Bastos, tinha acerca de seus inimigos e que fora cuidadosamente preservado como documento escrito e como memória na mídia da época, certamente teve uma influência significativa na conduta de seus

inimigos. Os efeitos de poder se fizeram notar mesmo após seu assassinato, quando todos os envolvidos passaram pela exposição de suas condutas diante de um tribunal, um inquérito e um exame de suas condutas.

E ainda, o que dizer da ação do judiciário e das autoridades policiais em um caso como esse? As provas fornecidas pela polícia levavam aos criminosos: Orsi e Carlsson. A carta de Bastos pré-anunciava sua morte e nomeava esses mesmos assassinos. Os testemunhos evidenciavam a inimizade entre os envolvidos. A lista de processos crime anteriores deflagrava o caráter dos réus ao júri. E, mesmo assim, o júri decide pela absolvição deles.

Penso tratar-se aqui de um caso de submissão do judiciário aos poderes locais. Examinado a lista dos jurados quando do segundo julgamento dos réus, já que o primeiro tinha lhes sido favorável, mas houve apelação ao Tribunal de Relação, pode-se perceber que, três já haviam estado envolvidos em processo jurídicos em que Bastos, e um de seus inimigos ou amigos destes, também constavam.

Esses apontamentos resultantes da observação empírica das fontes serviram, portanto, para ensejar discussão a cerca da estrutura administrativa do segundo império, inclusive a nível local, para se compreender as relações de poder que se davam na Vila e, inclusive, no Império.

José Murilo de Carvalho (2003)<sup>21</sup> põe em evidencia uma tendência na historiografia de polarizações a sociedade do período imperial brasileiro. De um lado a elite dos senhores do engenho e de outro uma massa de escravos e sujeitos explorados por tal elite. A tendência a que o autor faz referência é explicada a seguir, quando ele afirma que

Houve, assim, quem visse na elite imperial simples representante do poder dos proprietários rurais e no Estado simples executor dos interesses dessa classe. Outros, ao contrário, veriam na burocracia e na elite um estamento solidamente estabelecido que se tornava, por via do estado, árbitro da nação e proprietário da soberania nacional ( p.41).

Fugindo de tal simplificação, Carvalho passa a listar uma série de agentes que, na sua maioria letrados, figuram como elite imperial. No grupo de funcionários públicos, os que diretamente cuidaram da construção do Estado ao desempenharem suas atividades, temos os magistrados, militares, diplomatas, padres e professores. Alguns profissionais liberais como advogados e jornalistas também fazem parte da elite. E ainda, proprietários rurais, comerciantes, banqueiros e alguns poucos industriais.

---

<sup>21</sup> A obra utilizada neste trabalho é uma edição que reúne dois títulos do autor, quais sejam *A Construção da ordem: a elite política imperial* e *Teatro de sombras: a política imperial*. Estes títulos representam a totalidade da tese de doutorado defendida por ele na Stanford University em dezembro de 1974.

Até 1850, quando empenhados num projeto de manutenção da unidade nacional e estabelecimento de um governo legítimo, predominou no Brasil, aquilo que Murilo de Carvalho chama de “elite burocrática”. Sobre essa elite, confirmando aquilo que as fontes por mim utilizadas – naquela pesquisa anterior com arquivos do judiciário – pareciam indicar sobre o revezamento em diferentes funções pelos elementos sociais, o autor diz que o Brasil, seguiu o exemplo da prática portuguesa de fazer circular agentes da administração por vários postos e regiões: “A elite circulava pelo país e por postos no Judiciário, no Legislativo, e no Executivo” (Idem, p.121).

O resultado desse processo era a formação de carreiras extensas, com larga experiência administrativa e política, também a nacionalização da elite. Para o Império Brasileiro, preocupado com as rivalidades regionais, causadas pelas desigualdades entre províncias nesse imenso país, a constante tentativa de unificação da elite era um meio de evitar a fragmentação, via rebeliões regionais, como na vizinha América espanhola.

Essa elite burocrática, resumida em três setores: judiciário, militar e clero, “disputavam entre si, e em alianças com setores externos a eles, maior peso nas decisões políticas e maior parcela dos benefícios do poder” (Idem, p.166).

Nesse aspecto, pode-se falar em patrimonialismo. O uso do conceito sem maiores cuidados é perigoso, mas vou considerar aquilo que já é aceito sem maiores questionamentos pela historiografia como significado do mesmo: a indistinção entre o privado e o público. E tal prática parece recorrente no período final do século XIX no Brasil. Os números apresentados por Carvalho indicam um grande compromisso entre o governo central e elites locais quando da nomeação e promoção em cargos públicos.

Essa prática fora acompanhada de uma centralização política e administrativa, principalmente entre os anos de 1841 até 1871. Nesses 30 anos o controle do governo central sobre as elites locais, passando poderes dos juizes de paz eleitos aos delegados e subdelegados nomeados por tal governo. Em nível local, e tomo como exemplo a Vila de São Leopoldo, palco do assassinato de um advogado que denunciava a prática de certas autoridades em relação ao poder que pareciam possuíam ao administrarem um órgão público para benefício privado, parece que se alargaram as possibilidades da prática do uso e distribuição dos bens públicos como patrimônios pessoais e o jogo de influências políticas se acirrou, principalmente entre a pequena e média burocracia.

Se estive até aqui a pensar a questão dos jogos de poder entre as elites locais no Império, período significativo da história agrária, trago agora para discussão o papel dos homens e mulheres pobres que não faziam parte desse grupo de elite, mas que, de um modo

ou de outro, conseguir se valer da Lei de Terras para garanti seus interesses. Isso na intenção de mapear no tempo um lugar onde os pobres do campo que lutavam por terra possam ser identificados.

Primeiro é preciso considerar os significados da Lei de Terras. Carvalho (2003) afirma que “O projeto era basicamente do interesse dos cafeicultores do Rio de Janeiro” (p.336). Isso se dava, principalmente, por conta da necessidade de suprimento de mão-de-obra nos cafezais. As restrições econômicas, pressupostas pelos altos custos dos procedimentos de legitimação, bem como o estatuto da venda, como meio de obtenção de novas paragens, forçaria os imigrantes a buscarem outro meio de sustento até conseguirem obter terras para a subsistência.

Mas isso trouxe à tona a falta de unidade ou homogeneidade da classe dos grandes proprietários no Império. Os senhores de terra nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, entendiam os gastos que a lei que ensejaria a atração de braços livres para o país, como uma “socialização” dos custos, visto que, para eles, o problema da falta de mão-de-obra ainda não era tão significativo (a expansão da lavoura cafeeira nessas regiões era menor que aquela que ocorria no Rio de Janeiro) e, por que, os valores dos procedimentos legais, como revalidação, demarcação e medição, seriam altos demais, por tratar-se de áreas de ocupação mais recente.

Ainda sobre os interesses que envolviam a lei de 1850, sabe-se que a mesma atendia aos anseios de outras elites, como as do centro do país, na medida em que a quase totalidade das cartas de sesmarias em comisso, ou seja, que tinham perdido a validade, foram revalidadas e a posse legitimada. No entanto, isso não permite que se diga que tão somente à elite proprietária o estatuto legal trouxe benefícios<sup>22</sup>.

É essa idéia que Márcia Maria de Menendes Motta (1998) apresenta em um trabalho no qual partiu da análise de fontes primárias relativas a conflitos de terra ocorridos entre os anos de 1830 e 1860 na região fluminense de Paraíba do Sul para entender que usos se fizeram desse estatuto legal. A autora acredita ser significativo para o debate atual no campo da história, o fato de figurarem nos embates por terra naquela região não apenas os já esperados grandes proprietários, mas também outros personagens que a princípio a

---

<sup>22</sup> Até por que, segundo Motta (2006) “o sistema de posse não produzia documento capaz de definir os limites territoriais de uma área ocupada. O sistema sesmarial tampouco conseguia determinar os limites das áreas concedidas. Em outras palavras, ao menos no caso brasileiro, a ocupação territorial era operada de forma elástica; as posses e sesmarias não possuíam delimitações territoriais precisas e definiam – por si sós – um jogo de forças na determinação das fronteiras” (p.250).

historiografia tradicional<sup>23</sup> considerava como excluídos do processo de estruturação agrária no país em função da sua condição financeira que, supostamente, os impossibilitaria mediante exigências inauguradas pela Lei de Terras de ter acesso e posse de uma porção de terra.

Motta (1998), discorrendo sobre a participação nas disputas travadas entre grandes proprietários contra posseiros, lavradores ou arrendatários, a autora afirma em relação ao último grupo:

Esses homens não agiam apenas porque tinham fome ou por se sentirem oprimidos mas, fundamentalmente, porque suas ações tinham a ver com suas experiências de luta e suas tradições culturais acerca do acesso à terra. Esses homens, aos trancos e barrancos, tinham lá seus poderes. (p.53).

A autora defende a idéia de que a Lei de Terras – que a princípio significaria para aqueles teóricos que polarizam a sociedade entre escravos e senhores um meio de opressão das elites agrárias brasileiras contra o povo mais pobre – serviu também aos interesses de outros agentes sociais, como pequenos posseiros nacionais ou colonos europeus, por exemplo. Não sendo, portanto, apenas e tão somente a consagração dos interesses dos grandes latifundiários na letra da lei.

Valendo-se do estudo de E. P. Thompson sobre o judiciário e os significados da Lei na Inglaterra do século XVIII, Motta (1998) destaca o uso que muitos posseiros fizeram da lei, valendo-se da mesma, através da interpretação de pontos de tal estatuto, como aquele que garantia propriedade aos que comprovassem a posse com cultura efetiva. Da mesma forma, aponta para o medo dos grandes proprietários, de se verem, a partir da Lei de 1850, impossibilitados de manter sua prática de incorporação progressiva de terras não ocupadas (devolutas), já que a lei tratava de garantir as mesmas como patrimônio público. Terra demarcada é expansão limitada. Sobre isso, a autora acrescenta com preciosismo:

A luta pela terra expressava, em suma, não somente a possibilidade de obter domínio sobre a mesma, mas também sobre os homens que ali habitavam ou desejavam habitar. Nesse sentido, resistiam em medir e demarcar suas terras porque tal limitação territorial implicava um limite ao exercício de seu poder sobre vizinhos e posseiros e uma subordinação ao poder externo, representado pela Coroa. ( p.39).

Além da natureza dúbia da Lei de Terras, visto que palco de disputas susceptível a intervenções de diferentes agentes sociais – inclusive daqueles a que se pretendia pelo próprio estatuto legal limitar a participação nas questões agrárias – deve-se considerar ainda que, na

---

<sup>23</sup> Ruy Cerne Lima e Caio Prado Júnior, por exemplo, vêem a sociedade como que polarizada entre os grandes proprietários, opressores, e no noutro extremo, os escravos ou cativos. Totalmente submetidos ao poder daqueles estariam os homens livres, “espremidos” entre um pólo e outro.

prática, são improcedentes os pressupostos de que a elite tenha criado tal estatuto como que maquiavelicamente e, ainda mais se pode acrescentar. Segundo Carvalho (2003)

A leitura dos relatórios dos ministros do Império (até 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (de 1860 a 1889) é um contínuo reafirmar das frustrações dos ministros e dos funcionários das repartições encarregadas de executar a lei frente aos obstáculos de vária natureza que se lhes antepunham. No que se refere especificamente a terras, os pontos mais importantes eram o registro paroquial, a separação e medição das terras públicas, a revalidação de sesmarias e a legitimação de posses com as respectivas medição e demarcação (p.342).

As frustrações a que se refere o autor dizem respeito à maneira como, heterogeneamente, a Lei foi recebida pelos grandes proprietários. Por vezes a estratégia de dominação não consistia na utilização das medidas legais e sim, pelo contrário, a negação das mesmas, com aponta Motta (1998)

Para alguns fazendeiros e lavradores, talvez tivesse sido mais fácil registrar sua terra, vê-la reconhecida pelos seus confrontantes e, por conta disso, ser otimista em relação às conseqüências de tais atos. Para eles, os registros seriam o primeiro passo para a regularização de sua propriedade. (...) Para outros (...) representava uma ameaça, uma possibilidade real de contestação, por outrem, dos limites de suas terras. (...) Era preferível registrá-la apenas no essencial. (...) Para outros, ainda, era preferível nem sequer registrá-la, apostando no fracasso dos procedimentos legais. (...) Outros para os quais o desejo de registrar uma parcela de terra era impedido por outrem (...) restava-lhe questionar a extensão de suas terras ou da de terceiros. (p.178).

Tal citação se faz necessária a fim de reforçar a idéia de que o estatuto legal referente à questão da terra no Brasil durante o Império representava um palco para os diferentes atores sociais moverem-se em direção à satisfação de seus interesses. O que permite olhar para tal produção cultural considerando mesmo o poder mais como uma relação do que como uma coisa. A lei não se traduz como um objeto de uma classe que deseja oprimir outra tão somente. Os significados que lhe são atribuídos, o são no interior da cultura, portanto, podem ser negociáveis, intercambiáveis, instáveis e até ambivalentes ou contraditórios.

Esse aparente fracasso da lei, pelo menos quanto à racionalização das formas de ocupação das terras, abriu espaço para que se estabelecessem inúmeras disputas conflituosas entre posseiros, lavradores e fazendeiros. Tais conflitos podem estar intimamente ligados às disputas atuais por regiões marcadas pelo litígio.

Ao considerar qualquer embate atual por terra, é preciso levar em consideração que a incorporação daquela área pode ter sido feita pelos ditos proprietários atuais, de forma ilegal –

através de assassinatos ou por meio da grilagem<sup>24</sup> – ou até mesmo legal, na medida em a imprecisão da Lei de 1850 acabava permitindo a invasão de terras por meio de longos e intermináveis debates jurídicos sobre os limites de cada sesmaria a ser legitimada.

A discussão em torno do regulamento jurídico é complexa. Se a idéia mais recorrente entre muitos historiadores até a década de 1980 é a de que a lei foi um instrumento de poder de uma elite latifundiária. Motta (2004) afirma, em um artigo intitulado *História Agrária Brasileira: Um Debate Com a Historiografia* que “os estudos existentes sobre a questão territorial no Brasil, partiram quase sempre, da tese de José de Souza Martins, ou seja, partiram do pressuposto de que a Lei de Terras viera tão somente para assegurar os interesses dos grandes proprietários” (p.17). Isso, principalmente, pela restrição de uso da lei pelos pequenos posseiros devido ao alto custo financeiro do processo legal, exigido pelo regulamento, para efetivação da posse.

Trata-se, como já fiz menção anteriormente, de uma explicação simplista acerca do papel da justiça e que reduzia a complexidade da sociedade no período oitocentista ao binômio grandes proprietários e escravos, excluindo todo o potencial de participação política dos homens livres pobres que, afinal, também faziam parte daquela formação social.

A partir da década de 1980, uma série de novas pesquisas na área trouxe o tema novamente ao debate. Motta (2004), que faz parte desse novo grupo de pesquisadores explica que

(...) na contra-corrente das afirmações consolidadas a partir da obra de José de Souza Martins, investiguei concepções de justiça e embates que fundamentaram a luta pela terra nos oitocentos, a partir das ilações de E. P. Thompson, historiador inglês, responsável por um novo enfoque acerca dos motins ingleses do século XVIII e por uma nova concepção do papel da justiça, do costume e das leis em sua vinculação aos movimentos sociais. Ao ressaltar o papel decisivo da cultura, o pesquisador buscou uma aproximação crescente com as contribuições da antropologia, no intuito de compreender o passado para além dos elementos de natureza sócio-econômica (p.16).

Parece que as pesquisas que a autora vêm realizando<sup>25</sup> evidenciam o fato indicado por E. P. Thompson, pioneiro naquilo que mais tarde virá a se chamar os Estudos Culturais,

<sup>24</sup> “(...) o termo surgiu a partir de uma prática muito antiga de colocar um papel (contendo um tipo de comprovação de propriedade) dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação” (MOTTA, 2001, p.4)

<sup>25</sup> Entre outros estudos, utilizei principalmente as informações fornecidas no livro *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito a terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998. Mas, também é possível consultar os textos: *Movimentos rurais nos oitocentos: uma história em (re)construção*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA, 2001; *A grilagem*

que o campo do direito, como produção cultural, está sujeito a jogos de poder, o que pressupõe aceitar que a lei, de fato, media as relações de classe para proveito dos dominantes mas, não apenas isso, ela por vezes, pode servir para colocar freios aos poderes dos dominantes em favor dos dominados. Sobre isso, Thompson (1997) desafia

se supomos que o direito não passa de um meio pomposo e mistificador através do qual se registra e se executa o poder de classe, então não precisamos desperdiçar nosso trabalho estudando sua história e formas. Uma Lei seria muito semelhante a qualquer outra, e todas, do ponto de vista dos dominados, seriam Negras<sup>26</sup>. O direito *importa* (grifo do autor), e é por isso que nos incomodamos com toda essa história (p.359).

As palavras do autor reforçam a idéia de que importa analisar a complexidade do direito para além de uma representação das vontades de uma elite. Negar tal complexidade resulta na negação da luta por leis mais justas, sua execução pelos órgãos competentes e, em última instância, a negação da lei como reguladora da vida social e conseqüente, apoio à ilegalidade.

Tudo isso possibilita recuperar a historicidade dos atuais movimentos sociais de luta por terra. Não é meu interesse saber *qual é mesmo a origem do MST*, mas, ao dedicar-me ao estudo das configurações atuais desse movimento, faz diferença admitir que os homens pobres do campo, alguns deles hoje filiados a movimentos sociais e identificados como sem-terra, talvez subjetivados como criminosos, são fruto de um projeto datado historicamente, emergiram em uma condição específica de possibilidades que os tornaram dizíveis em nossa cultura.

Se no caso de análise dos enunciados que circulavam no judiciário acerca dos sujeitos envolvidos nas questões de disputa por terras no século XIX, a mídia mostrou-se produtiva como outro espaço de construção das identidades, como demonstrei com a análise do caso de Bastos, ainda estava insatisfeita e fui procurar trabalhos acadêmicos dedicados ao estudo das representações do MST na mídia<sup>27</sup> para pensar essas mesmas questões na contemporaneidade.

*como legado*. Voluntariado e Universo Rural. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2001 e *Sesmarias no Brasil: história e conflito nos oitocentos*. Revista Ler História, nº 45, 2003.

<sup>26</sup> O autor faz referência a Lei Negra, decretada na Inglaterra em 1º de Junho de 1723. Esta lei é o objeto principal de sua análise do livro *Senhores e Caçadores*, que está listado de forma completa na bibliografia ao final deste trabalho.

<sup>27</sup> BERGER, Christa. *Campos em Confronto: Jornalismo e Movimentos Sociais*. Relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora. Tese de Doutorado na ECA, USP- Maio de 1996.

LIMA, Alexandre B. Os sentidos na mídia: o MST em dois jornais diários. *Psicologia & Sociedade*; 18 (3): 97-103 set/dez. 2006.

SOUZA, Eduardo F. *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004

BERTOL, Rachel. Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos de 1990. *Estudos Históricos*, Mídia, nº 31, 2003/1. CPDOC/FGV

Meu foco de pesquisa eram os livros didáticos, mas, o trabalho ficaria mais rico se eu considerasse também as múltiplas linhas de força do dispositivo de racionalização da pobreza, portanto, se eu admitisse a produtividade discursiva da mídia como espaço de subjetivação no caso dos sem-terra.

Tomei como ponto de partida um estudo sobre as representações do MST na Revista *Veja*, de Eduardo de Souza (2004). Apesar de ser uma leitora muito crítica desta revista, acredito no potencial simbólico da mesma. O apreço dos brasileiros pela publicação pode ser conhecido pelos números atingidos por ela no mercado editorial brasileiro<sup>28</sup>.

Em sua obra, Souza analisou 32 matérias jornalísticas publicadas no semanário entre os anos de 1995 e 2001. Os resultados apontaram para quatro fases distintas na imprensa no que diz respeito ao tratamento dispensado ao MST. Inicialmente, argumenta o autor, houve um período de *silenciamento* sobre o movimento e suas ações, que teria sido seguido por uma tentativa de *cooptação* ou domesticação das intenções dos sem-terra.

Como a esperada domesticação do movimento não surtiu o efeito desejado, se seguiu uma fase em que predomina na revista uma tentativa de *isolamento* dos sujeitos envolvidos na questão agrária e, por fim, um ataque às manifestações dos sem-terra e conseqüente *satanização* do movimento.

O silenciamento e cooptação, verificados nas revistas *Veja* analisadas no trabalho anteriormente citado, aparecem também em outro veículo de comunicação em circulação naquele mesmo período de investigação de Souza. No artigo intitulado *Os sentidos da mídia: o MST em dois jornais diários*, Alexandre Lima (2006) afirma em relação às fontes por ele estudadas, no caso, dois jornais diários em circulação na cidade de São Paulo

(...) o jornal localiza a razão da reduzida presença do movimento em suas páginas durante o ano de 1999 na quietude do próprio movimento (foram apenas 20 matérias neste ano, contra 119 em 1998, 260 em 1997 e 216 em 1996), o qual, ainda segundo o jornal, vem se tornando uma organização cada vez mais capturada pelo mercado financeiro e pela burocracia administrativa, assumindo os assentamentos como prioridade e não mais os sem-terra.(...) ao apresentar o MST dessa forma, o jornal o desqualifica como voz crítica do sistema, já que o apresenta como capturado pelo mesmo, pelo sua burocracia (p.99).

---

<sup>28</sup>De acordo com BENETTI (2007) “*Veja*, produzida pela Editora Abril, é a revista semanal de informação com maior tiragem do país, superando 1 milhão de exemplares” (p.01). Ainda segundo a autora, sabemos que de acordo com “os dados mais recentes disponíveis, a circulação média em setembro de 2006 foi de 1.124.571 exemplares por edição, sendo 84% por assinaturas. Há equilíbrio no sexo dos leitores: 53% são homens, 47% são mulheres. Quanto ao perfil socioeconômico, 71% dos leitores pertencem às classes A (30%) e B (41%)” (p.01).

Talvez não haja concordância entre Souza e Lima no que diz respeito ao período em que cada fase teria ocorrido. Por certo até pouco importe os limites temporais entre uma e outra estratégia. O que desejo sublinhar é a idéia de *processo* envolvida aqui.

Entendo por processo, na verdade, uma aparente *metamorfose* pela qual teria passado o Movimento Sem-Terra ao longo das últimas décadas. Não estou com isso tentado postular uma origem do movimento, enfatizando uma suposta identidade a ser resgatada ou algo parecido. Apenas pretendo atentar para a maneira como determinada identidade parece ter tido espaço privilegiado na mídia em determinado momento histórico.

Outra pesquisa acerca das relações entre a mídia e o MST pode ser apontada aqui como contribuição para o argumento que pretendo apresentar. Em seu trabalho intitulado *Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 1990*, Rachel Bertol (2003) afirma que “de 1984 a 1989, os sem-terra viveram uma primeira fase no relacionamento com a mídia, na qual demarcaram seu terreno simbólico. No início da Nova República, período de maior abertura democrática, cresceu o interesse a seu respeito” (p.8).

Ora, isto vai ao encontro do que venho tentando sugerir até aqui. A idéia de que os discursos de incriminação dos movimentos de luta pela reforma agrária na mídia são contingentes. Eles têm uma história. Precisam ser analisados considerando-se os valores de determinada época em que passam a “existir”, ou seja, tornam-se dizíveis pelos seres humanos. Mais uma vez, recorro a Bertol (2003) para marcar essa metamorfose – do silenciamento à satanização – do MST apresentada pela mídia

Em 15 anos (...) houve um giro: de tema secundário, tornou-se assunto de primeiro plano, referência mundial de luta social, tema incontornável em programas de governo, com o qual se questionam presidenciáveis, criam-se atritos sociais, expõem-se contradições (p.3).

Decorre dos trabalhos até aqui mencionados o fato de que os sujeitos sem-terra da atualidade tornaram-se tanto visíveis quanto enunciáveis em meados da década de 80 e início dos anos 90. Não que eles fossem inexistentes até aquele momento<sup>29</sup> mas que, talvez, estrategicamente, estivessem esquecidos.

Conforme nos lembra Alfredo Veiga-Neto (2004) “enquanto coisa deste mundo, o significado não preexiste à sua enunciação. Ele só existe a partir do momento em que foi

---

<sup>29</sup> Motta (2001a) em seu artigo intitulado *Movimentos rurais nos oitocentos: uma história em (re)construção*, chama a atenção para a ausência de pesquisas que atentem para “as formas como os pobres rurais tentaram garantir sua posse da terra e quais foram os mecanismos utilizados para a ocupação em terras devolutas” (p. 01). Ela enfatiza a idéia de que se entendermos a dinâmica dessas manifestações populares recuperando sua historicidade talvez se possa superar uma aparente amnésia social que contribui com a fixação de um olhar sobre o homem do campo “como dócil, passivo e ignorante” (p.17) e que consolida uma tradição inventada acerca de nossa história que seria, dessa forma, marcada por uma suposta ausência de conflitos.

enunciado, passando a fazer parte de um ou mais discursos” (p.56). Assim, os diferentes significados atribuídos ao homem e mulher pobres envolvidos na luta por terra no Brasil não são naturais ou próprios desses sujeitos. Eles se tornam possíveis na relação de significação que estabelecemos cotidianamente dentro daquilo que consideramos como verdadeiro e não-verdadeiro.

É dessa forma que podemos entender como, na década de 1980, o MST ainda é narrado como parte do grande movimento legítimo vivido pela população brasileira em direção à conquista de seus direitos civis. Como parte do processo de redemocratização em nosso país, eram narrados como agentes de mobilização política e podiam aparecer na mídia como sujeitos em quem se podia depositar alguma esperança. Já nos últimos anos da década de 90, período de maior agitação em torno das questões da reforma agrária, tornam-se invasores e desafiam os limites da propriedade privada, bem tão caro à Modernidade. Parecem mais pessoas de quem se deve ter medo. São, no mínimo, um estorvo no cotidiano pós-moderno. Outros tempos. Outras configurações sociais.

Conforme Nilton Mullet Pereira (2008) “os objetos, os conceitos e os temas foram criados, peça por peça, pelos dispositivos de que fazem parte. São todas valorações de uma época determinada” (p.20). Assim, devemos entender que a questão agrária no Brasil precisa ser analisada considerando-se as urgências de cada um dos períodos em que se produziram os discursos acerca dos homens e mulheres envolvidos na disputa por terras, afinal, os enunciados serão proferidos em tal regime de verdade.

Isto posto, ao eleger o período do governo de Fernando Henrique Cardoso como o mais intensamente produtivo no que diz respeito à política de representação criminosa em torno da identidade do MST e, por conseguinte, o momento em que o dispositivo de racionalização da pobreza parece ter sua operacionalidade mais evidente no que diz respeito a tentativa de controle dos sujeitos pobres do campo, preciso antecipar que com isso não estou a marcar uma homogeneidade acerca dessas representações do sem-terra. Procuro seguir a vigilância contra generalizações como a que nos alerta Souza (2004)

A posição da maioria dos pesquisadores voltados para a questão dos meios de comunicação no Brasil atual dava conta de uma imprensa alinhada, incondicionalmente, com o projeto neoliberal e seu discurso. (...) Porém, ficou claro, no decorrer da pesquisa, que as reportagens publicadas ao longo desses seis anos e meio (1995-2001) estão longe da homogeneidade (p.52).

Inicialmente utilizei tal hipótese por que ela me possibilitou uma certa inteligibilidade do tema da pesquisa. Mas destaco que tal critério e período estavam apenas temporariamente assim definidos e, ao longo da pesquisa e do contato com os livros didáticos, foram revistos

merecendo destaque não apenas o recorte temporal mas, principalmente, as regularidades e rupturas verificadas nos enunciados que circulavam nos artefatos culturais selecionados.

Procurando relacionar as considerações encontradas nos trabalhos de análise das representações dos sem-terra na mídia com as representações que encontrei nas produções escolares do mesmo período, intentava mostrar como os livros didáticos se aproximam ou se afastam daquilo que, à época, estava sendo dito sobre o sem-terra pelos jornais e revistas brasileiras. Esse jogo de posições com rearticulações nas disputas pela representação, com já registrei anteriormente, parece ser uma das características mais evidentes do dispositivo.

Por isso penso ser necessário demarcar as (re)articulações que ocorreram ao longo dos anos em que o dispositivo esteve em funcionamento, na medida em que, no período anterior e posterior à esta intensificação da necessidade de controle, outras múltiplas identidades foram atribuídas aos movimentos sociais ligados à questão da terra, talvez até mesmo como preenchimento estratégico do dispositivo.

Um exemplo da dinâmica interna do dispositivo e das (re)articulações entre seus elementos pode-se verificar ao se comparar os documentários *Terra para Rose* (1987) e *O Sonho de Rose* (2000)<sup>30</sup> ambos produzidos por Tetê Moraes<sup>31</sup>. Dez anos depois da gravação do primeiro documentário, a equipe de produção voltou ao Rio Grande do Sul para acompanhar o que havia acontecido com as famílias de sem-terra e para descobrir se o sonho da protagonista havia se tornado realidade.

No primeiro filme, conta-se a história de Rose. Uma agricultora gaúcha sem-terra que, com outras 1.500 famílias, participou da primeira grande ocupação de uma fazenda improdutiva para fins de reforma agrária. Seu filho foi o primeiro bebê nascido em um acampamento. Rose acabou morrendo em um acidente ocorrido em uma das viagens realizadas em caminhões conhecidos como pau-de-arara, portanto, antes ainda de se concretizar o processo da legalização da terra ocupada em seu benefício e dos demais agricultores que a acompanhavam.

As muitas horas de gravação nos acampamentos, dispendidas pela equipe de filmagem que editou o documentário, acompanhando também as marchas, as ocupações de prédios públicos e, finalmente, os assentamentos de lona montados pelos sem-terra enquanto aguardavam a posse da terra, fornecem um riquíssimo material de análise. No entanto, nesta

---

<sup>30</sup> Fiz transcrições dos diálogos realizados no filme respeitando a fala de cada um dos personagens, mas procedi a correção gramatical a fim de facilitar a leitura e compreensão dos mesmos nesta dissertação.

<sup>31</sup> Os dois filmes com narração de Lucélia Santos e música de Chico Buarque. As obras, que são distribuídas pela Produtora Vem Brasil, ganharam juntas mais de 12 prêmios em festivais nacionais e internacionais.

pretendo chamar atenção para tão somente um dos aspectos que evidenciam a transitoriedade das identidades assumidas pelo MST, o que contribui com a idéia de metamorfose do movimento nessas duas décadas, o mesmo período em que estaria em funcionamento o dispositivo de racionalização da pobreza.

Nos minutos iniciais do documentário, vemos traçado um panorama da sociedade brasileira na voz de Lucélia Santos, acompanhada por imagens de Brasília alternadas com imagens de uma bandeira nacional que, vez que outra, conforme aumenta a dramaticidade na voz da narradora, parece inundar o campo de visão do telespectador. Dessa forma se ouve uma descrição do nosso presente, na intenção de resgatar nossa história:

– Brasil. Oito milhões e meio de quilômetros quadrados. Cento e quarenta milhões de habitantes. Oitava economia do mundo capitalista. Quinto exportador de armas. Estrutura fundiária arcaica. Dos quatro milhões e meio de proprietários rurais apenas cento e setenta mil são donos de quase metade da área agrícola do país e contribuem só com dezesseis por cento da produção agropecuária do Brasil. Há, pelo menos doze milhões de famílias de trabalhadores rurais sem-terra. Foram assassinados mais de mil camponeses nos últimos vinte anos. Entre 1970 e 80, vinte e quatro milhões de brasileiros migraram do campo para as cidades. *Este quadro é de tal forma absurdo que hoje em dia praticamente ninguém se diz contra a reforma agrária. Mas cada um quer a sua e ela não acontece.* (Grifo meu).

O relato merece atenção pelo valor de verdade pressuposto. Como documentário, com história do Brasil, como narrativa da vida de Rose, como sentença acerca da Reforma Agrária. Repare na sentença: hoje em dia praticamente ninguém se diz contra a reforma agrária. Esse é o ponto que me chama atenção. Em menos de 10 anos, essa aparente unanimidade pró-MST se reverte em um sentimento de aversão ao movimento como aquele relatado nas linhas iniciais desta dissertação e que faz referência ao posicionamento de estudantes e pais de alunos em uma escola privada de Porto Alegre quando ninguém parece ser contra a Reforma Agrária no Brasil, mas todos parecem ser contrários ao MST e suas ações.

A seguir, o documentário se faz referência ao processo de ocupação da fazenda Anoni pelo MST em outubro de 1985. É o maior acampamento de sem-terra organizado até aquela data. Um latifúndio improdutivo que há mais de 14 anos estava em processo de desapropriação por parte do Governo Federal quando foi ocupado pelos sem-terra.

São apresentados longos períodos de cenas do cotidiano no acampamento. Finalmente a narradora nos adverte para o fato de que as negociações com o governo não chegaram ao fim e, organizados por uma liderança local, os camponeses resolvem “fazer mais pressão” com uma marcha organizada até Porto Alegre. Na capital foram cinquenta famílias de sem-

terra da Anoni que acamparam no estacionamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no dia 1º de maio de 1986.

O destaque nessa primeira produção de Tetê Moraes é o trabalho coletivo dos acampantes. Cada um faz um esforço pelo grupo na intenção de avançar nas conquistas do movimento. Os discursos recorrentemente se voltam para a necessidade de um sacrifício individual, por vezes anônimo, pelo benefício da coletividade sem-terra.

O segundo filme – *O Sonho de Rose* – foi realizado dez anos depois do primeiro encontro entre a produtora e os sem-terra, ocasião em que havia sido produzido o documentário *Terra para Rose*. Foi um reencontro com quase todos os personagens que haviam participado do filme anterior. Já assentados agora. Casas e lavouras compõem a paisagem substituindo aquelas do antigo acampamento marcadas pelas lonas pretas estendidas ao longo do campo. Vemos as cooperativas funcionando. Reportagem vinculada na mídia telejornalística (Jornal Nacional da Rede Globo) é editada e acrescentada no documentário. Nela se faz referência a um frigorífico da comunidade de assentados que comercializa carne bovina fornecendo-a para os moradores da região próxima da Anoni. Seis escolas com quatrocentos alunos, a maioria filhos dos sem-terra que lutaram pela posse daquela fazenda há dez anos. Churrasco das famílias formadas pelas paixões vividas entre homens e mulheres ainda na época em que estavam no acampamento. O tom é de comemoração ao sucesso da empreitada reformista.

Mas logo entra em cena uma questão que parece ter gerado certo desconforto entre os integrantes do movimento. Trata-se da divisão entre o grupo dos sem-terra quanto à participação ou não no sistema de coletividade na produção. Os ex-integrantes do MST, agora proprietários rurais, que se separaram das primeiras cooperativas optando, portanto, pela saída do regime de cooperativa, se justificam de sua escolha:

– Quando a gente optou pra realizar o trabalho individual, houve um certo constrangimento, uma certa dificuldade, né? Mas que isso foi superando com o passar do tempo e hoje o nosso relacionamento como vizinho eu diria que é ótimo, né? E que eu acho que se apagou aquele passado e que eu acho que hoje a gente convive como, como ser humano, como sociedade normal, né? Hoje a minha receita individual tá sendo maior do que no coletivo.

Entre um depoimento e outro, desses não-cooperativados, alternam-se imagens e relatos acerca dos benefícios das tecnologias adotadas pelos assentados. Tais novidades contribuiriam para fazer crescer os rendimentos das pequenas propriedades, como computadores que mantêm os registros de comercialização dos produtos cooperativados, por exemplo. Também o belíssimo prédio da CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas

Populares) que oferece cursos técnicos aos agricultores. Tudo isso, segundo a narradora, são conquistas dos “antigos sem-terra”.

Preciso fazer uma pausa em relação à descrição das representações do MST que os documentários têm apresentado e recuperar ou justificar o motivo pelo qual tenho apresentado tais contribuições. Tenho registrado até aqui essas identidades sem-terra para mostrar como o dispositivo de racionalização da pobreza funciona. São rearticulações que, a princípio podem parecer não ter nenhuma ligação direta com a criminalização desses sujeitos sem-terra.

É necessário atentar para o fato de que, essa identidade de homem do campo atualizado com as novas tecnologias de produção só apareceu no segundo filme, já no ano 2000. Não se pode esquecer que se trata de um período um tanto diferente daquele do primeiro filme, 1987.

Antes, sem-terra. Agora, antigos sem-terra. Antes, lutando por justiça. Agora, preocupados com os lucros da empresa agrícola. O dispositivo está em operação. Esses sujeitos estão sendo trazidos para a norma, estão se configurando como cidadãos através do consumo. Se não, observemos os diálogos transcritos abaixo, referentes ao segundo filme.

Em entrevistas com comerciantes da região, a produtora questiona o proprietário de uma loja de materiais de construção que está atendendo um antigo sem-terra. O proprietário é indagado: “– O que o senhor acha desse movimento dos sem-terra?” e temos a declaração “– Ele é super válido. Uma vez que entre tantas outras coisas eu faria só uma pergunta: – Onde estaria esse povo se não estivesse ocupando a terra?” e novamente é interrogado: “– E eles? São bons pagadores?” e a resposta é rápida “– Pontuais, pontuais”.

É evidente a relação cidadania-consumo. Esses discursos são constituídos na cultura e mostram como estamos sendo subjetivados por narrativas que nos ensinam de múltiplas formas, a todo o momento e em qualquer espaço, o que é ser um cidadão normal. Penso ser oportuno recorrer ao que nos ensina Bauman (2008) a respeito dessa sociedade que hierarquiza seus membros segundo sua condição de consumidores. O autor enfatiza que essa sociedade

(...) promove, encoraja ou reforça a escolha de um estilo de vida e uma estratégia existencial consumistas, e rejeita todas as opções de culturas alternativas. Uma sociedade em que se adaptar aos preceitos da cultura de consumo e segui-los estritamente é, para todos os fins e propósitos práticos, a única escolha aprovada de maneira incondicional. Uma escolha viável e, portanto, plausível – e uma condição de afiliação (p.71).

O relato que se segue mostra como se dá essa afiliação dos sujeitos – antes considerados inaptos para o consumo e, portanto, excluídos – ao novo e maravilhoso mundo

dos consumidores. Na seqüência da cena anterior, a família desse antigo sem-terra, hoje assentado, passeia pelas lojas e bancos da cidade próxima à sua propriedade rural. Ao entrarem no carro, o chefe da família fala em nome dela

– Nós, depois de conquistar a terra começamos a conquistar esse reconhecimento da sociedade e inclusive das agências bancárias quando somo recebidos como outro cidadão brasileiro, que antes nem numa agência bancária a gente não entrava por que nem tinha o que fazer numa agência bancária.

Sem me demorar mais nos filmes, gostaria de apontar a razão pelo qual apresento essas passagens de uma produção fílmica em uma dissertação que se propõe a analisar livros didáticos de história.

De fato, meu objeto de pesquisa é o processo de racionalização da pobreza verificado através das representações de uma parcela dos pobres no Brasil, os sem-terra. Sujeitos fora da ordem social estabelecida. Em especial, busco evidências que atestem a idéia apresentada por Bauman (2000)<sup>32</sup> de que em nossa sociedade pós-moderna “a anormalidade do fenômeno da marginalidade normaliza o problema da pobreza” (p. 111).

Assim, considerando que em nossos tempos, ser pobre é quase um delito e que nem todo o pobre é criminoso, restam apenas duas razões para a existência de pobres criminosos: alguns que o são, o fazem por escolha ou por inclinação moral; outros conseguem deixar a situação de pobreza ou, mesmo nela, se mantêm afastados de atos criminosos.

Ora, acredito que um dos elementos de grande potencial que integra o dispositivo a que tenho feito referência é a mídia, especialmente as revistas semanais, jornais diários impressos e as produções cinematográficas. São fios que compõem a rede a que se pode comparar o dispositivo. Mesmo interessada em um tipo determinado de linha – no caso, as produções didáticas na área de História – não consigo deixar de atentar também para alguns nós que se formam no entrelaçamento de fios.

Tudo isto tem sido apresentado para armar o cenário em que a escola se insere como produtora de conhecimento e, portanto, integrante do dispositivo. Sugiro que a instituição escolar ao mesmo tempo em que incrimina alguns pobres do campo, identificando-os como sinônimo de fracasso, premia outros que mesmo vivendo sob idênticas condições seguiram as receitas de sucesso do mundo moderno, contribuindo com a normalização da pobreza – este

---

<sup>32</sup> Obra publicada apenas na língua espanhola. Até o momento de impressão deste projeto não havia disponível uma versão em língua portuguesa registrada. Por isso, a fim de poder utilizar as excelentes contribuições do autor em meu trabalho, fiz uma tradução provisória de alguns trechos de meu interesse no livro.

“fantasma” que traz desassossego ao sonho moderno daqueles que se pretendiam agenciadores de uma sociedade igual, livre e fraterna.

Apenas mais uma consideração a esse respeito. Entendo o campo de lutas por significação da identidade dessas vidas desperdiçadas, que lutam por um pedaço de terra através de movimentos organizados, como sendo marcado pelos discursos da academia, cheios de legitimidade, por que provenientes de um saber “oficial”, como os de um livro didático, por exemplo. Mas também sujeito aos discursos imponentes da mídia que na atualidade nos tem convidado a entender o homem e mulher pobre do campo filiados a movimentos sociais por meio de suas identidades marcadas como criminosos, vagabundos e malandros.

Senão, vejamos o que tem sido dito sobre o MST na mídia quanto aos homens e mulheres que se envolvem em movimentos ligados à reforma agrária nesse jogo de poder em que estão envolvidas as questões relativas à posse da terra em um país de proporções continentais como o Brasil.

Por exemplo, no dia 8 de março de 2007, o jornal *Correio Braziliense* publicou um artigo intitulado “Luta contra o Terror”. O texto tratava de anunciar o anteprojeto de uma lei brasileira contra o terrorismo. Segundo o jornalista responsável pela matéria, se aprovada a proposta do Gabinete de Segurança Institucional

(...) seriam passíveis de enquadramento fatos violentos como: a invasão do Congresso Nacional pelo MLST, a destruição do horto florestal da Aracruz Celulose pela Via Campesina, os incêndios de ônibus no Rio e em São Paulo pelo crime organizado — Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) —, a invasão da sede do Incra em Maceió pelo MST e a destruição do guichê da TAM por passageiros indignados na crise do “apagão aéreo (Sequeira, 2007)<sup>33</sup>.

O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República no Brasil confirmou, em 21 de agosto do ano corrente, a respeito do anteprojeto que

O texto prevê punição para atos que forem cometidos para intimidar o Estado ou infundir estado de pânico ou insegurança na sociedade. A proposta relaciona uma série de práticas criminosas associadas às atividades terroristas e determina penas para cada um dos casos, como atentados com bomba, bioterrorismo e crimes contra a segurança de portos e aeroportos. Caberá ao juiz responsável por cada caso, no entanto, estabelecer se uma denúncia deve ser julgada como terrorismo ou não (Agência Câmara, 2007)<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Disponível em [http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOT\\_Cod=341301](http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOT_Cod=341301)

<sup>34</sup> Disponível em <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=841>

Parece então, que a lei que tipificaria o crime de terrorismo em nosso País incluiria, entre as ações contra a segurança nacional, as lutas pela Reforma Agrária lideradas pelo povo, como o MST (Movimento dos Sem Terra), por exemplo. Mais recentemente, no último 14 de novembro, a revista *Carta Capital* noticiou o encerramento da questão por parte do Estado ao afirmar que

O governo federal abortou, discretamente, um projeto cujo objetivo era igualar João Pedro Stédile, principal dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Bin Laden, o mais famoso terrorista do mundo. Na semana passada, depois de dez meses de estudo, matou-se, ainda no nascedouro, um anteprojeto de tipificação do crime de terrorismo no Brasil (FORTES, 2007)<sup>35</sup>

Mas se a questão parecia ter se encerrado no plano legal, a mim cabia propor o deslocamento dessa certeza e invocar provisoriamente novas possibilidades de pensar a criminalização das lutas por terras. Desta vez, procurando no conjunto da cultura brasileira, o que se disse sobre movimentos sociais como o MST, e em que medida isto que se disse contribuiu para que se sugerisse a oficialização de uma identidade criminosa a tais movimentos com o tal pré-projeto de lei contra o terrorismo.

É preciso estar alerta, no entanto, para o fato de que os sem-terra também fazem uso da mídia para atender seus interesses. A tese de doutoramento de Berger (1996), intitulada *Campos em Confronto: Jornalismo e Movimentos Sociais*, aponta para a ambivalência das relações que insurgem quando se dá o encontro das estratégias de um jornal as do movimento sem-terra. Ela explica que “assim como a mídia absorve o universo cultural dos subalternos, evocando, por exemplo, o melodrama para a sua dramaturgia, os movimentos sociais consideram a dinâmica da imprensa na elaboração de suas estratégias políticas<sup>36</sup>”.

Esse fato já indica que não se pode aceitar sem problemas fórmulas reducionistas com explicadores universais, quando se pensa a questão da relação da mídia com o MST. Dizer que a mídia produz sentidos acerca do movimento implicará, portanto, aceitar que também os movimentos sociais projetam sentidos de suas ações por meio da mídia em um “jogo de usos”, nas palavras da autora.

No jogo de forças pelo capital simbólico, o jornalismo parece ter certa vantagem sobre as intenções dos movimentos sociais, afinal, como afirma Berger (1996)

detém, privilegiadamente, o Capital Simbólico, pois é da natureza do Jornalismo fazer crer. O Capital do Campo do Jornalismo é, justamente, a credibilidade. É ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. E está constantemente sendo

<sup>35</sup> Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/edicoes/470/stedile-nao-e-bin-laden>

<sup>36</sup> Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-3.html>

testada, através de pesquisas, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão pois, no diálogo com o leitor, valem os ‘efeitos de verdade’, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas<sup>37</sup>.

Por esta razão, ao assinalar a produtividade discursiva da mídia no sentido em que atribui, na década de 1990, uma identidade em que os marcadores sociais remetem à vagabundagem, bandidagem e malandragem, significa dizer também que, de certa forma, tal identidade detêm lugar privilegiado entre as outras possíveis identidades que circularam naquele período.

Senão, vejamos o que nos apresenta Kleber Mendonça (sem data de publicação) em um artigo intitulado “Assentamentos da memória: (re)construções de memória na revista *Veja*”. Após citar muitos trechos das revistas analisadas em seu trabalho, principalmente aqueles relativos à atitude do Presidente Luis Inácio Lula da Silva de vestir um boné do MST em público, o autor conclui sobre o papel político da publicação semanal que a mesma parece “regular a legitimidade das organizações sociais a partir de uma visão de mundo e do pensamento único institucionalizados em suas páginas. Esta construção, guiada pela ótica neoliberal, trabalha num incessante jogo de enquadramento de memória e de (re)definição dos legítimos movimentos sociais, como o MST, em mera manifestação de violência<sup>38</sup>.

Outro trabalho que pode ser citado aqui para contribuir com a idéia de que existe um dispositivo de racionalização da pobreza que por vezes incrimina uma parcela dos pobres no Brasil como os sem-terra, é o trabalho de pesquisa de Alexandre Lima (2006), intitulado *Os sentidos na mídia: o MST em dois jornais diários*. O autor analisou dois jornais diários *A Folha*, de São Paulo (de circulação nacional) e *O Imparcial*, de Presidente Prudente; no período que se estendeu do ano de 1990 (data em que começam a surgir notícias sobre o MST nos dois jornais) até 2000. Os resultados da pesquisa indicam a ocorrência de “uma desqualificação do Movimento dos Sem Terra como interlocutor político legítimo da reforma agrária” (p.100); No jornal de Prudente de Moraes, “o MST é invariavelmente alvo de desqualificações sem quaisquer sutilezas. Posicionado como inimigo a ser extinguido, é *satanizado* em todos os editoriais que dele falam” (p.101).

Por fim, gostaria de completar as observações referentes à relação MST e mídia, chamando a atenção para o trabalho de Bertol (2003), intitulado *Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social dos anos de 1990*. Ela fornece argumentos para se

<sup>37</sup> Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-3.html>

<sup>38</sup> Sem data de publicação, disponível em <http://unicamp.br/gtpsmid/pdf/CD-KleberMendonca.pdf>

pensar as ambivalências que o dispositivo de racionalização da pobreza apresentou ao longo desses últimos 20 anos, com destaque para a criminalização da questão agrária

Ora, o dispositivo parece mesmo estar em funcionamento desde a década de 1990; E no momento da consolidação do capital simbólico do movimento junto à opinião pública, naqueles primeiros anos de movimento, já se pode perceber os anacronismos que marcariam a intensa luta por significados decorrente da relação MST e Mídia. O ato de nomear aquela gente que lutava por um pedaço de chão para trabalhar e viver imprimiu ao movimento uma identidade que nos remete, sim, à utopia, como alerta Bertol (2003). No entanto, é preciso considerar que também legitimou o movimento como explica a autora, ao afirmar que

Quando a imprensa incorpora e faz reverberar a expressão "sem-terra", há uma legitimação. Cria-se uma espécie de senha, ou âncora, que permite ao movimento ingressar em nova esfera, ou melhor, no "campo" (expressão cara a Bourdieu) jornalístico, a ser desbravado. A palavra funciona como ponte, interseção que permite o cruzamento do universo dos trabalhadores rurais, organizados com seus códigos e normas específicos (os quais advêm da cultura popular do interior, dos símbolos da Igreja e do legado das representações comunistas), com o universo da imprensa urbana (p.5).

Dessa forma, tal aspecto do dispositivo parece estar em acordo com a dita, sobredeterminação funcional e o preenchimento estratégico, a quem faz referência Foucault (2003). Parece que as ressonâncias de uma determinada ação, a nomeação do movimento como MST, causou como efeito positivo ao movimento e negativo aos interessados em frear a reforma agrária e o que se viu a partir de então, não sem lutas de poder, foi uma rearticulação dos elementos que compõem o dispositivo. Em menos de cinco anos a legitimidade alcançada pelos sem-terra como movimento interessado no progresso econômico do País, parece ser substituída pela idéia de que quando se fala nos sem-terra se faz referência a vagabundos, bandidos ou malandros.

Nesse sentido, gostaria de destacar mais uma cena do filme *O Sonho de Rose*, um documentário a que já fiz menção anteriormente. A cena tem início com mais uma família de antigos sem-terra que, então, exibem sua propriedade. Casa grande, muitas plantações, animais no campo. Mas a esposa declara a respeito das decisões iniciais quanto ao sistema de trabalho em cooperativa e das decisões que tiveram de tomar logo nos primeiros anos como assentados: “– Nós andamos assim, eu e o Nenão, a ponto de separar por causa dessa cooperativa. Eu dizia não vamos entrar nessa cooperativa por que não vai da certo” fazendo referência ao desafio de conseguirem conviver de forma ordenada e pacífica as setenta de duas famílias cooperativadas. E ela continua “– Entramos. Não deu outra. Nas primeiras

assembléias foi assim um escândalo. Ninguém se entendia, sabe, era uma calamidade pública”.

Esta mesma senhora acima entrevistada havia aparecido no primeiro filme. Ela estava acampada no Incra há quatro meses na ocasião em que foram captadas as imagens de tal documentário. Na época, em meio a uma rodada de chimarrão sob lonas, ela afirmara a cerca da vida em coletividade: “– É uma vida totalmente diferente do que a gente vivia antes, né? Fora do acampamento. Que aqui tu tem que aprender, tu aprendeu a viver em comunidade, né? O que tu tem tu reparte com os outros, né?”.

Passaram-se dez anos entre um filme e outro. Metamorfose. Transformaram-se as narrativas de si. Algumas das defesas pelo modelo de cooperação são substituídas pela justificativa da necessidade de se priorizar o trabalho individual, sob risco de prevalecer a desordem entre os sujeitos assentados.

### **3.2 As ambigüidades da identidade sem-terra na contemporaneidade**

Eis alguns pontos a serem ainda problematizados. Primeiro, a ambivalência da identidade do sem-terra em nosso tempo. Pode-se perceber que as ambigüidades permeiam os textos e práticas culturais da produção fílmica, ocupando um papel de destaque. Quando através do contraste entre o sucesso decorrente do trabalho individualizado e os fracassos sucessivos do trabalho nas cooperativas a autora do documentário dispõe imagens e narrativas que ensinam o sucesso do grupo de trabalhadores do campo, todos antigos sem-terra agora fora dos sistemas de cooperativas, penso que ela esteja filiando sua produção cultural ao discurso de modernização do campo por meio da privatização e individualização.

Isso acabaria enquadrando o filme numa trama discursiva em que opera o dispositivo de racionalização da pobreza. Na medida em que efetivam suas posses, os sem-terra parecem tornar possível o desejável desenvolvimento tecnológico no campo e assumem novas identidades: são narrados como proprietários rurais, investidores, administradores, comerciantes, entre outros.

Como já ressaltava Bauman (2005) “no admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (p.33). E não funcionam por que, em nosso tempo, a modernidade assume novas configurações. A liquidez substitui a solidez. As fronteiras antes, supostamente, bem delimitadas entre campo e cidade, atraso e progresso, rural e urbano, também não fazem mais sentido.

Essa crescente individualização<sup>39</sup> em nossa sociedade, a que fiz referência acima, merece atenção por que parece imperativa para o funcionamento do capitalismo neoliberal na modernidade tardia. É que o encaminhamento de uma sociedade rumo a níveis mais elevados de individualização, como sugere Elias (1994), necessariamente também abre caminho para “formas específicas de realização e formas específicas de insatisfação, chances específicas de felicidade e contentamento para os indivíduos e formas específicas de infelicidade e incômodo” (p.109).

Essa abundância de oportunidades é a matéria-prima do qual se vale a sociedade de consumo para se consolidar como sistema econômico, político, social e cultural de nosso tempo. Segundo Bauman (2008b)

a vocação consumista se baseia, em última instância, nos desempenhos individuais. Os serviços oferecidos pelo mercado que podem ser necessários para permitir que os desempenhos individuais tenham curso com fluidez também se destinam a ser a preocupação do consumidor individual: uma tarefa que deve ser empreendida *individualmente* e resolvida com a ajuda de habilidades e padrões de ação de consumo *individualmente* obtidos (p.74) (grifo do autor).

Os sem-terra, como identidade coletiva, parecem estar destinados ao fracasso em nossos dias. O que soa como contraditório, afinal, o movimento comemora em 2009 seus vinte e cinco anos de existência. Na coletividade eles têm tornado-se mais fortes alcançando seus objetivos relacionados à posse da terra. Mas, como indivíduos integrantes de uma sociedade de consumidores, os sem-terra apresentam-se como “consumidores falhos” do sistema. Como Bauman (2008) mesmo justifica

de maneira distinta dos considerados inadequados à sociedade de produtores (desempregados e rejeitados pelo serviço militar), não podem ser concebidos como pessoas necessitadas de cuidados ou assistência, uma vez que seguir e cumprir os preceitos da cultura do consumo é algo considerado (de modo gritantemente contrafactual) permanente e universalmente possível (p.75).

Não que para esses sujeitos não se possa pensar em alguma alternativa de reciclagem. Ao contrário, difícil é imaginar algum indivíduo que escape desse imperativo do consumo. A estratégia que alguns sem-terra evidentemente adotaram no caso do acampamento Anoni foi

---

<sup>39</sup> Entendo a individualização como um processo envolvendo múltiplas transformações sociais, segundo aquilo que nos ensina Norbert Elias (1994) em *A Sociedade dos Indivíduos*. O autor explica que “nas comunidades mais primitivas e unidas, o fator mais importante do controle do comportamento individual é a presença constante dos outros, o saber-se ligado a eles pela vida inteira e, não menos importante, o medo direto dos outros” (p.108). O autor prossegue, contrapondo que “nas sociedades industrializadas, urbanizadas e densamente habitadas, os adultos têm muito mais oportunidades, bem como necessidade e capacidade, de ficar sozinhos, ou pelo menos de ficar a sós aos pares. Escolher por si entre as muitas alternativas é exigência que logo se converte em hábito, necessidade e ideal. Ao controle do comportamento pelos outros vem juntar-se um crescente autocontrole em todas as esferas da vida” (p.108).

mesmo uma reciclagem de suas identidades. Antes invasores, depois proprietários. Antes marcados pela coletividade, depois caracterizados pela individualização. Antes apenas produtores, depois no exercício pleno do consumo.

Voltarei a questão da ambigüidade no capítulo dedicado a análise das representações dos sem-terra nos livros didáticos relacionando-as a essas a que fiz referência até aqui, decorrentes das incursões realizadas por sugestão dos próprios manuais escolares que constantemente me remeteram como leitora a transitar pela mídia e seus campos discursivos, através de sugestões de vista a sites da internet, leitura de artigos de revistas semanais e jornais, filmes e documentários. Na oportunidade aprofundo a discussão em torno das ambivalências que marcam a identidade sem-terra no Brasil contemporâneo.

#### **4. Embargos do processo por litígio**

*(Ou sobre o currículo e o governo dos escolares)*

Quando surgiam dúvidas acerca dos limites entre uma e outra propriedade rural ao longo da execução do processo de medição e demarcação das terras com o fim de se legitimar uma posse, os interessados no território em litígio poderiam se valer de alguns recursos jurídicos a fim de interpor uma apelação quanto aos encaminhamentos tomados até aquele momento pela justiça, embargando o processo. Chama a atenção alguns documentos anexados aos processos nesta etapa, como cartas-testamento e bilhetes de amor, laudos de perícia e de autópsia, recortes de jornais, entre outros. Os depoimentos das testemunhas representam em seu conjunto outro recurso a ser anexado como prova à peça judicial e podem ser entendidos como um valioso artefato cultural para aqueles pesquisadores interessados na temática da história agrária. Através de tais narrativas acerca da “verdade” sobre os fatos que envolviam a disputa por determinado território pude perceber como a Lei de Terras de 1850 e outras legislações imperiais serviam como palco onde diferentes personagens apresentavam seus argumentos em complexas relações de poder.

De maneira similar, seguindo a metáfora que venho aplicando em cada abertura de capítulo, convoquei anteriormente a mídia e aquilo que tem nos ensinado<sup>40</sup> sobre os sem-terra para mostrar sua força na disputa pela “verdade” em torno da constituição da identidade desses sujeitos. Destaco nas páginas que se seguem outro espaço onde circulam narrativas que, de maneira semelhante ao que ocorre com a mídia, se arregimentam e participam com grande valor de “verdade” dessa luta por significação e, justamente por isso, precisam ser consideradas quando se pensa a identidade dos sem-terra.

Refiro-me às linhas de força do dispositivo de racionalização da pobreza do qual lança mão a escolaridade moderna no processo de constituição dos sujeitos e pretendo mostrar que a subjetivação dos sem-terra é fruto de constantes arranjos de poder entre aqueles enunciados

---

<sup>40</sup>Sobre isso, ver Rosa Maria Bueno Fischer (2000) em artigo em suma autora busca discutir o modo com a mídia está se constituindo como instância pedagógica na cultura contemporânea. A pesquisadora preocupa-se com “as diferentes formas criadas, reproduzidas, muitas vezes repetidas da mídia posicionar-se como *locus* de educação, de formação, de condução da vida das pessoas, e de como esse fato tem importantes repercussões nas práticas escolares, na medida em que crianças e jovens de todas as camadas sociais aprendem modos de ser e estar no mundo também nesse espaço da cultura” (p.113).

que circulam no campo jurídico e na mídia, vistos no capítulo anterior, com as narrativas que circulam no interior da escola por meio de seus artefatos culturais, que serão vistas no capítulo seguinte ainda.

#### **4.1 Na escola moderna, o currículo inventa**

Na base da escola moderna, quando de sua concepção e emergência ainda no século XVI, vemos o princípio da ordem como um imperativo da educação estabelecido na *Didática Magna*<sup>41</sup>, de Comenius. Segundo Mariano Narodowski (2001) “até então, a escola medieval dos clérigos e mercadores não distinguia, de modo algum, as idades dos alunos e não se especificavam critérios de categorização por idade ou grau de dificuldade. É Comenius que se vale de nomear a infância por motivos relacionados com a ordem natural inerente às coisas” (p. 47).

Veiga-Neto (1996) acrescenta sobre o processo histórico de constituição da escola moderna que “até o fim do Renascimento, a escola não ia muito além de fazer uma simples intervenção na vida privada que se resumia em ensinar a ler, fazer contas, falar bonito e argumentar convincentemente, tudo isso destinado a um pequeno percentual de privilegiados” (p.2).

Voltando ao discurso comeniano, pode-se perceber que será através da homogeneização e da unificação que se construirá um grande método de ensino universal e universalizante. Era preciso se estabelecer meios e métodos para se ensinar tudo a qualquer pessoa.

Para isso, era necessário formalizar uma aliança entre a escola e a família, firmando dessa maneira um pacto para garantir a captura da infância nos espaços escolares de modo que ficassem sob a tutela de um grupo de especialistas encarregados de transformar as crianças em adultos civilizados<sup>42</sup>.

Também seria necessário, para atingir o objetivo civilizatório, colocar ordem em tudo: nos tempos, espaços, meios e métodos. Para isso Comenius prescreve orientações quanto à seqüência temporal, a distribuição das tarefas por períodos e por épocas do ano, a graduação dos escolares, os livros e cartilhas com que se deveria ensinar. O resultado de tal organização e uniformização, que conhecemos por simultaneidade sistêmica, na visão comeniana,

---

<sup>41</sup> Em Mariano Narodowski (2001), aprendi que a *Didática Magna* é considerada “o discurso universalizante que funda as bases da grande maquinaria metódica e racional do processamento do corpo infantil” (p.47). Sua concepção de escola, métodos e princípios, embora remontem há quase cinco séculos, ainda hoje se faz notar como prática formativa na educação de crianças, jovens e adultos.

<sup>42</sup> Na *Pedagogia* de Kant (1996), formulada na segunda metade do século XVIII, entendemos o sentido daquilo que se pressupunha como civilizado. O autor explica “a disciplina transforma a animalidade em humanidade” (p.11) de modo que “o homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação” (p.15).

possibilitaria uma vitória sobre os fracassos apresentados até então nos métodos existentes de escolarização. Segundo Narodowski (2001), o que se esperava alcançar com tudo disso era uma “homogeneização obrigatória do grupo de educandos, uma vez que o professor passa a se encontrar diante da necessidade de se dirigir para o grupo como se todos eles fossem um só” (p. 69).

Esse “um só” a ser alcançado será objetivado no currículo, uma peça significativa da maquinaria escolar. Convém lembrar, no entanto, que segundo Veiga-Neto (1996) “se o currículo escolar era a invenção institucional que colocava ordem naquilo que cada um deveria estudar num dado curso, as disciplinas eram as unidades que compunham esse currículo, eram as unidades que materializavam essa ordem” (p.4).

É por isso que vemos o aparecimento da escola moderna ocorrendo simultaneamente ao surgimento de outras instituições como a fábrica, o hospital e a prisão, por exemplo. Segundo Foucault (2003), todas essas instituições eram dotadas de mecanismos disciplinares<sup>43</sup>, ou seja, estavam envolvidas com “a arte da distribuição espacial dos indivíduos” (p.105) de modo a exercer seu controle “não sobre o resultado de uma ação, mas sobre seu desenvolvimento” (p.106) através de “uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos” (p.106) bem como por meio de “um registro contínuo” a fim de transformar o indivíduo em objeto do saber e sujeito ao exercício do poder.

Maria Isabel Edelweiss Bujes (2002) enfatiza o que acima já foi referido quanto à relação entre saber e poder que permeia o campo do currículo e da disciplina naquilo que eles têm de comum, a produção de sujeitos dóceis. De modo que se pode entender com a autora que

O poder disciplinar atua, portanto, complementarmente, em dois terrenos, produzindo sujeitos e também saberes. Desta forma, as tecnologias disciplinares aplicadas ao corpo permitem a extração de saberes sobre os sujeitos, saberes que, ao serem devolvidos ao sujeito, o constituem como indivíduo, constroem o seu eu. Mas essas tecnologias, aos serem admitidas no campo do saber, produzem um disciplinamento dos saberes que é a própria condição de possibilidade de formação das ciências (p.37).

Nessa mesma direção Julia Varela (1995), ao descrever o estatuto do saber pedagógico<sup>44</sup>, ressalta que as novidades relativas ao processo de ensino e aprendizagem verificadas no mundo ocidental a partir do Renascimento

---

<sup>43</sup> Por disciplina entendo, segundo Foucault (2003), “o conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade” (p.107).

<sup>44</sup> Varela (1995) explica que as transformações que marcaram a Modernidade no campo pedagógico estão contempladas em dois processos: a pedagogização do conhecimento e o disciplinamento interno dos saberes. O primeiro implicou o fim dos vínculos de cooperação entre mestre e aprendiz. As figuras do professor e do aluno

ainda que se refiram especialmente à reorganização que afetou o campo dos saberes, têm também a ver com as relações que se estabeleceram entre saberes e poderes específicos, assim como entre esses e os modos de subjetivação ou, se se preferir, os diferentes tipos de identidades sociais, que se instituíram (p.87).

Quanto ao currículo<sup>45</sup> e suas articulações com a concepção de identidade, afinal, segundo Silva (1996) “o nexos íntimo e estreito entre educação e identidade social, entre escolarização e subjetividade, é assegurado precisamente pelas experiências cognitivas e afetivas corporificadas no currículo” (p.184), vale lembrar que pensar a relação entre saber e poder implicada quando do surgimento ou formação de uma ciência ou campo do saber é indispensável ao se refletir sobre o currículo e os demais artefatos que compõem a maquinaria escolar, no caso específico dessa dissertação, os livros didáticos de História.

Nas sociedades contemporâneas, essa reorganização no campo do saber e do poder está diretamente relacionada à questão da verdade, que nas palavras de Foucault (2003) deveria ser entendida como “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos de poder” (p.13). Os efeitos de tal classificação em torno da “verdade” formam o conteúdo dos manuais escolares que analiso.

Nesse sentido, se a História se configura a partir de um determinado regime do saber, sob pressupostos decorrentes de um discurso atravessado por um conjunto de enunciados que sendo legitimados por marcadores científicos garantem a esta disciplina acadêmica uma força significativa na constituição dos sujeitos, é fundamental atentar ainda nesta seção do trabalho para a constituição do saber histórico e seus efeitos de poder na configuração da sociedade moderna.

---

excluem esse tipo de relação, substituindo-a por outra de subordinação; ainda quanto a pedagogização do conhecimento, temos a instituição de um monopólio da verdade e da neutralidade por uma determinada cultura dominante e, finalmente, a centralização do ensino na manutenção da disciplina e da ordem na sala de aula. Seguiu-se a esse processo aquilo que a autora, de acordo com um referencial foucaultiano, chamou de disciplinamento interno dos saberes, o que consistiu na “eliminação e desqualificação do que se poderia denominar pequenos saberes inúteis” (...) na “normalização desses saberes para adapta-los uns aos outros” (...), ainda na “classificação hierárquica” e “mediante sua centralização piramidal que permitiu seu controle e possibilitou sua transmissão” (p.90).

<sup>45</sup>Uma consideração inicial a fazer, considerando-se as atuais discussões em torno das ditas *Teorias do Currículo*, é-nos apresentada por Silva (1999) quando afirma que “(...) a questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado. De uma forma mais sintética a questão central é: o quê? Para responder a essa questão, as diferentes teorias podem recorrer a discussões sobre a natureza humana, sobre a natureza da aprendizagem ou sobre a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade. As diferentes teorias se diferenciam, inclusive, pela diferente ênfase que dão a esses elementos. Ao final, entretanto, elas têm que voltar à questão básica: o que eles ou elas devem saber? Qual conhecimento ou saber é considerado importante ou válido ou essencial para merecer ser considerado parte do currículo?” (p.14 e 15).

## 4.2 A História legítima

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007) nos apresenta a primeira advertência a ser considerada quando pensamos a trajetória da disciplina de História. Ele afirma que “devemos desconfiar, pois, dos objetos definidos para o saber histórico. Devemos perceber que estes foram transformados em objeto num dado momento, numa dada configuração de forças e saberes e é desta que eles falam” (p. 153). O autor está alertando para o caráter inventivo desta ciência, seguindo os rastros de Foucault (2003) que afirma: “cremos que nosso presente se apóia em intenções profundas, necessidades estáveis; exigimos dos historiadores que nos convençam disto. Mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos” (p.29).

É interessante notar, no entanto, que o currículo e livros didáticos de História apontaram por muito tempo, e ainda hoje apontam, para uma direção oposta a esse caminho sugerido por Foucault e Albuquerque Júnior no que diz respeito ao entendimento da História como objeto do saber. Segundo José Alberto Baldissera (1994) a História “através de eventos específicos, quer chegar às generalizações (...) como a maioria dos conceitos históricos são coletivos, a História descreve o particular através dos universais” (p.34).

Na obra organizada pela pesquisadora Circe Bittencourt (2006)<sup>46</sup>, lemos a respeito daquilo que supostamente se espera da História no campo da educação de crianças, adolescentes e jovens. Sobre isso a autora afirma que

a manutenção de uma disciplina escolar no currículo deve-se à sua articulação com os grandes objetivos da sociedade. Assim, a *formação deliberada de uma classe média pelo ensino secundário, a alfabetização como pressuposto ao direito ao voto, o desenvolvimento do espírito patriótico ou nacionalista*, entre outras questões, determinam os conteúdos do ensino e as orientações estruturais mais amplas (p.17). (grifo meu)

Se a escola promete homogeneizar, a história como disciplina escolar está trabalhando para que tal fim seja alcançado. Nos casos em que aqueles que escapam à sanção normalizadora representam perigo suficiente logo serão recolocados em uma outra posição que garanta o controle de suas condutas novamente. Para isso, basta objetivá-los. Tornando-os objetos do saber é possível tentar assujeitá-los novamente. De modo que, o tipo de sujeito que

---

<sup>46</sup>Livro intitulado *O saber histórico na sala de aula*. Nele se pode ter acesso a diferentes artigos publicados com a intenção de narrar a história da História na educação brasileira. A despeito do referencial teórico adotado pelos diferentes autores selecionados por Bittencourt para compor seu trabalho – um tanto diverso daquele que nessa dissertação tenho tomado como fonte para análise dos artefatos culturais que analiso – vou me valer das descrições acerca dos procedimentos legais que ao longo do tempo vêm sendo tomados quanto à inclusão da História como disciplina escolar em nosso País.

a História parece inventar, mais especificamente esta História a qual se refere Bittencourt, é um indivíduo que apresente uma conduta adequada aos princípios da Modernidade, ou seja, pautada pelo respeito a propriedade, a autoridade e a liberdade, por exemplo.

De modo que a trajetória desta disciplina no currículo escolar brasileiro<sup>47</sup> precisa ser entendida por seu caráter intencional, que no caso específico da História parece estar relacionado à formação, ou melhor, à invenção de uma suposta identidade nacional. Se considerarmos que, em tempos pós-modernos, já não conseguimos mais pensar “a identidade nacional”, na medida em que vemos emergindo novas identidades na cultura, é de se esperar certo anacronismo entre os programas de História e as vivências escolares. Quem chamou minha atenção para isso foi Silva (1996), quando lembrou que “no novo mapa cultural traçado pela emergência de uma multiplicidade de atores sociais e por um ambiente tecnicamente modificado, a educação institucionalizada e o currículo continuam a refletir, anacronicamente, os critérios e os parâmetros de um mundo social que não mais existe”(p.185).

---

<sup>47</sup> Segundo Kátia Abud (2006) “A História como disciplina escolar da escola secundária se efetivou com a criação do Colégio D. Pedro I, no final da regência de Araújo Lima, em 1837” (p.29). Naquele mesmo ano nascia também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Segundo a autora “enquanto aquela escola fora criada para formar os filhos da nobreza da Corte do Rio de Janeiro e prepará-los para o exercício do poder, cabia ao IHGB construir a genealogia nacional, no sentido de dar uma identidade à nação brasileira” (p.30). Ela prossegue “A ligação entre as duas disciplinas era profunda. Os membros do IHGB eram professores do D. Pedro II. E as resoluções do IHGB sobre a História afetavam grandemente a instituição escolar (...) O Pedro II e o IHGB representavam, na segunda metade do século XIX, as instâncias de produção de um determinado conhecimento histórico, com o mesmo arcabouço conceitual e problematização” (p.30). Mas como sabemos, a década de 1930 foi marcada por transformações em vários setores da sociedade brasileira, inclusive no campo da educação. De modo que “se os primeiros programas surgiram no momento de construção da nacionalidade, inseridos na luta pela manutenção da Independência e criação de uma identidade nacional, os historiadores apontam 1930 como um marco da retomada da concepção de Estado Nacional e a busca de uma identidade para o povo brasileiro” (idem). A reforma de Francisco Campos foi responsável pela criação de “um sistema de inspeção federal do ensino secundário, aprofundando ainda mais o controle exercido pelo governo federal” (idem). Já na Era Vargas “(...) quando o Ministério da Educação elaborou o primeiro programa para as escolas secundárias, já com a seriação unificada, a História Geral e do Brasil constituíam uma única disciplina: a História da Civilização, que era incluída nas cinco séries do curso secundário fundamental, aumentando sua carga horária” (p.33). Nesse período fica muito claro qual era o objetivo da História como ciência “(...) o alto intuito de fortalecer cada vez mais o espírito de brasilidade, isto é, a formação da alma e do caráter nacional” (Plano Nacional da Educação, 1936 *apud* Abud, 2006, p.34). Avançando no tempo histórico, a autora nos alerta que “os programas posteriores à queda de Vargas e a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (4.024/61) não conseguiram fugir da concepção pragmática, que pretendia formar o cidadão nos moldes dos interesses do Estado (...) A LDB representou a secundarização das chamadas humanidades (...) Produto de uma americanização do currículo, promulgada num contexto no qual a industrialização buscava adestrar mão-de-obra para essa mesma indústria, ela iniciou claramente um processo de tecnização da formação escolar (...)” (p.39). Na década de 1960, continua Abud, História e Geografia se fundiram numa mesma disciplina, os ditos Estudos Sociais. No período que se segue “os valores inculcados neles (os currículos de História) eram os que predominavam no pós-guerra, como o da pacificação e união entre os povos e as questões colocadas pela Guerra Fria, como a importância da democracia liberal e o repúdio ao comunismo” (p.40). Finalmente, na década de 1990, a História reaparece como disciplina autônoma. Nas duas últimas décadas a disciplina e seus materiais pedagógicos têm sido alvos de uma série de programas e avaliações por parte do Ministério da Educação e da Cultura (MEC).

### 4.3 Os livros didáticos ensinam

O livro didático de História também pode ser entendido como lugar de narração de uma suposta identidade nacional. Afinal, como enfatiza Pereira (2008) “ele não apenas propõe seqüências de conteúdo, sugere metodologias e atividades de pesquisa ou leitura de imagens, mas, em função de tudo isso, estabelece uma política de significação” (p.9).

Essa política de significação está relacionada a um jogo de forças e pode sofrer transformações ao longo de diferentes momentos de nosso passado quando, no interior da cultura, os significados das representações contidas em tais artefatos culturais foram negociados entre os sujeitos.

Os conhecimentos que circulam nos manuais escolares são discursos sobre a História considerados “verdade” sobre nós, os brasileiros e sobre os Outros. As representações sobre a população brasileira contidas em cada uma dessas publicações estão submetidas a relações de poder na medida em que classificam, hierarquizam e excluem determinadas identidades em detrimento de outras.

Talvez por isso a trajetória dos manuais escolares brasileiros<sup>48</sup> parece ter sido marcada por importantes debates na sociedade ao longo do tempo. Mais recentemente, como nos lembra Roberto Catelli Jr.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Ivaine Maria Tonini (2000) lembra-nos que “a produção de livros no Brasil só começa a ser efetivada após a vinda da Família Real ao Brasil (1808), quando se instala a primeira gráfica no Brasil – Impressão Régia” (p.65). Mas, prossegue Tonini, a partir de 1824 os livros passaram a merecer atenção por parte do governo. Ela afirma que “em leituras de livros didáticos desse período, observa-se a presença da visão patriótica nos conhecimentos mais voltados para o campo das humanidades” (p.65) e “nos primeiros esboços da constituinte de 1824, comentava-se que o Estado ficaria responsável pela inspeção e pela fiscalização da produção dos livros” (p.65). Não podemos esquecer que “o livro era visto pela sociedade como símbolo, como um modelo da cultura ocidental, em que a perspectiva iluminista atribuía valor à palavra impressa” (p.66). De modo que, “a edição dos primeiros livros escolares nacionais ficou a cargo da Impressão Régia, que começou a imprimir os primeiros manuais didáticos para os cursos superiores criados por D. João VI. (...) em sua maioria, traduções de obras estrangeiras, principalmente francesas e portuguesas” (p.66). Mais tarde, com a criação do Colégio D. Pedro II, “as editoras começaram a produzir livros cuja capa trazia referência aos ‘pontos’ estudados no Pedro II ou editavam os livros dos próprios docentes desse estabelecimento, mas sempre tendo como referência a vinculação do autor com o Colégio, o que representava um grande argumento de autoridade” (p.66). No período que corresponde a três últimas décadas do século XIX, parecia de interesse do Estado e da Igreja o controle sobre a produção didática, sendo necessária à aprovação de ambas as instituições, segundo o Decreto nº9397. Tonini é que nos explica esse fato quando declara “o processo de avaliação ficou centralizado nessas autoridades, as quais divulgavam um catálogo contendo a lista dos livros aprovados, na qual o docente escolhia os livros a serem usados em suas aulas” (p.71). Na fase republicana, permanecendo a dualidade do sistema educacional (ensino superior a cargo do governo central e o primário e secundário nas mãos dos governos estaduais) se pode perceber, pelo contexto histórico mesmo, o aparecimento de camadas sociais emergentes, antes sufocadas pelo Império e agora, na República, ansiosas por um espaço de participação política. A autora acrescenta que “com a crise financeira mundial de 1929, finalmente a edição do livro didático no Brasil por autores brasileiros ou estrangeiros sobrepujou o terreno ocupado pelas publicações estrangeiras, pois a importação tornou-se onerosa demais” (p.77). É no período varguista que veremos uma intensa vontade de poder sobre os livros escolares. Nele, continua a autora, “houve farta legislação visando a elaborar a ‘consciência nacional’, a ‘construção da nacionalidade’, a ‘afirmação do Estado Nacional’”(p.77). E finalmente, “com a Nova República, o Decreto nº 95542, de 19/08/1985, institui o Programa do Livro Didático, sob a responsabilidade da Fundação de Assistência do estudante – FAE. Esse programa tem por finalidade atender a todos os estudantes do ensino do 1º Grau,

entre setembro e outubro de 2007, vários jornais e revistas de grande circulação do país publicaram matérias sobre os livros didáticos brasileiros, em especial os livros de História. A motivação inicial era a suposta ideologia de esquerda presente nessas obras, o que levaria a uma manipulação e até uma possível doutrinação das crianças. E tudo isso feito com dinheiro público, uma vez que a grande maioria dos livros didáticos vendidos no país é originária do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui gratuitamente esses livros para as escolas públicas de todo o país.

Acompanhei parte dessa discussão que deslocava a questão saber-poder para o eixo ideologia-dominação. Em Catelli Jr. pude ver que “nas matérias publicadas por esses veículos de comunicação, destacam-se manchetes como: *‘Boa parte dos livros didáticos apresenta distorções ideológicas. Por que elas existem e como comprometem a educação* (Revista *Época*, 22/10/2007)’, *‘Um livro didático bisonho, encharcado de ideologia’* (*O Globo*, 18/09/2007) ou ainda *‘Uma guerra ideológica e comercial’* (Revista *Carta Capital*, 04/10/2007)”.

De fato, o interesse da imprensa nesta questão evidencia a importância do livro didático no mercado editorial brasileiro e atestam, ainda, que os manuais escolares estão sobre o alvo de diversas forças que se pretendem legítimas na tarefa de produção do saber e, conseqüentemente, no exercício do poder. Efetivamente o que importa para mim não é fazer juízo de valor sobre o livro ou os enunciados que circularam na imprensa na tentativa de controlar os significados que a História deve ter em nossa sociedade. Pretendo apenas reforçar a produtividade discursiva desse artefato cultural, o manual escolar.

Tenho refletido até aqui sobre a importância da escola como instituição que ocupa papel de destaque na constituição do sujeito moderno. Destaquei a relação de poder implicada na seleção dos saberes históricos que irão constituir o currículo escolar – peça fundamental da maquinaria escolar. Considerei os manuais escolares como espaços privilegiados na constituição de verdades acerca da identidade nacional, e agora penso ser necessário deslocar a questão da identidade para o sentido de transitoriedade que parece assumir na pós-modernidade e a relação disso com o governo dos escolares.

Segundo Veiga-Neto (2002), proponho pensar a identidade no contexto dos *processos identitários*, pois com isso “evita-se dar a entender que se está tratando de uma suposta ‘identidade em si’, ou seja, evita-se cair na substantivação e reificação da identidade” (p.14). Além disso, “a expressão processo identitário marca um deslocamento no sentido de entender

---

através da distribuição gratuita do livro durável (por três anos) (...) e assim, esse programa permanece sob o abrigo da FAE até 1997, quando muda de nome e passa a ser Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, sob a responsabilidade da Fundação Nacional de Desenvolvimento ao Estudante – FNDE” (p.81).

<sup>49</sup> Artigo disponível em [http://www.abrale.com.br/biblioteca/Ideologia\\_e\\_livro\\_didatico.doc](http://www.abrale.com.br/biblioteca/Ideologia_e_livro_didatico.doc)

que aquilo que mais interessa são os processos que operam nas marcações e demarcações (sempre transientes) das identidades que são atribuídas a nós, ou que nos atravessam, ou que nós assumimos, ou nas quais nós nos colocamos, etc.” (idem).

De modo que a articulação entre currículo e livro didático no campo da História precisa ser problematizada como parte integrante do processo identitário que opera na constituição dos sujeitos em nosso País. É meu propósito, nesta dissertação, analisar como estão organizadas essas operações no que diz respeito às marcações e posições que atravessam os sem-terra nos discursos que representam esses sujeitos nos livros didáticos de História de a fim de conduzir a conduta dos estudantes de modo que eles entendam o trabalho e o consumo como marcas de sua cidadania. São as considerações resultantes desta análise que passo a apresentar no capítulo que se segue.

## **5. Fronteira fixada é fronteira limitada**

*(Ou sobre as lições que aprendemos com os livros didáticos de História)*

A última aplicação que posso fazer da metáfora que venho utilizando até esse momento no qual comparo a complexa estruturação de um processo jurídico à escrita acadêmica o faço agora, no momento de encerramento do processo. Afinal, ambos me parecem marcados por um rigor metodológico; também por seu potencial em ensejar debates e interpretações em torno de seus significados; e ainda pelo fato de se admitirem como inconclusos ou passíveis a novos questionamentos.

Os territórios foram demarcados; alguns litigantes apresentaram embargos; no prosseguimento das ações jurídicas chegou o momento de produzir um mapa “provisório” do território de que se vai tomar posse e fixar propriedade. Destaco a provisoriedade dessa conclusão e emissão do documento de posse por que, afinal, ainda cabe interpor recursos a processos que não transitaram em julgado.

De forma semelhante, apresentei até aqui as ferramentas teóricas que utilizo para analisar minhas fontes de pesquisa; mostrei como a mídia tem assumido um caráter pedagógico e ensinado lições sobre as disputas territoriais e a identidade dos sem-terra; agora penso ser oportuno compartilhar algumas das principais lições que aprendi com os livros didáticos de História que analisei.

Custava caro a um proprietário fixar suas fronteiras não somente pelos altos valores em dinheiro cobrado pelos serviços implicados no processo, mas, principalmente por que uma fronteira fixada não pode mais se expandir. Como ocorria no passado, preciso levantar agora algumas cercas e ocupar um determinado território. Estou consciente do custo disso. Talvez opere corretamente com todos os conceitos que escolhi; talvez incorra em generalizações; talvez me escape alguma problematização que apresenta um grande potencial de análise.

Se esse é um preço que preciso pagar, volto a lembrar que meus achados são provisórios e as proposições apresentadas a seguir estão abertas para discussão.

### **5.1 No cenário de problemas históricos e atuais do Brasil, realizar a reforma agrária é uma urgência.**

Localizar os sem-terra entre as páginas dos livros analisados não foi uma tarefa fácil. Por vezes, os autores silenciam quanto à questão, tornando invisíveis esses sujeitos. No caso das seleções abaixo, encontrei o problema da terra e daqueles interessados na redistribuição fundiária, entre eles os sem-terra, nas seções relativas aquilo que os autores de livros didáticos costumam chamar de “problemas atuais do Brasil”.

Em Arruda e Piletti (1996), por exemplo, lemos sobre o problema da concentração de terras no capítulo dedicado ao desenvolvimento brasileiro quando os autores afirmam que

os 21 anos de ditadura militar deixaram pesada herança: *concentração de terra*, aprofundamento dos desequilíbrios regionais, crescimento excessivo das atribuições do Estado (...) as elites dirigentes (...) devem convencer-se de que um país de massas subalternas, ignorantes e subnutridas não tem futuro algum; de que a desigualdade social extrema bloqueia o crescimento econômico auto-sustentado (...) (p. 402). (Grifo meu)

Assim, este enunciado contribui para fixar uma idéia de que o problema agrário é recente e se equipara a outros tantos que trazem desconforto à população. Nenhuma referência foi feita quanto aos fatores históricos que, desde o século XIX, têm contribuído com a da privatização da terra em nosso país e, conseqüentemente, com a concentração fundiária.

E decorre ainda, a meu ver, mais uma questão: a marcação do desenvolvimento econômico como o valor máximo a ser perseguido por uma nação. Trata-se de uma receita de felicidade para a sociedade brasileira. Ao lado das afirmativas acima referidas, temos a figura 1, uma das poucas que o material didático traz como ilustração ao leitor. Como se pode ver abaixo, trata-se de três fotografias em preto e branco que destacam a modernização do campo, um movimento de grande avanço na história recente, conforme a própria legenda explica



Figura. 1: *Toda a História*<sup>50</sup>  
(Imagem final do capítulo dedicado à história contemporânea do Brasil)

Representar um Brasil desejável por meio do signo do desenvolvimento em plena década de 1990 – período em que o País dava os primeiros passos em direção a solução de uma intensa recessão econômica experimentada na década anterior, a chamada *década perdida* – pode sugerir um intenção bem pertinente a operacionalidade do dispositivo de racionalização da pobreza.

É como se o livro didático mapeasse os primeiros espaços que se pretendia designar aos sujeitos pobres. O Brasil desenvolvido e aqueles que contribuem para isso e, portanto, podem desfrutar dos benefícios do desenvolvimento, *versus* o Brasil atrasado e aqueles que contribuem para isso e, portanto, têm de se limitar aos prejuízos e levar uma vida miserável.

Bauman (1999b) explica a necessidade dessa cartografia, quando afirma que “traçar linhas divisórias entre o normal e o anormal, o ordenado e o caótico, o sadio e o doentio, o racional e o louco é tarefa do poder. Traçar essas linhas é dominar, é a dominação que usa as máscaras da norma ou da saúde, que ora aparece como razão, ora como sanidade, ora como a lei e a ordem” (p.185).

<sup>50</sup> ARRUDA e PILETTI, 1993. P. 403

Outro exemplo reforça essa idéia que estou desenvolvendo. Em Alencar (1981) temos uma referência ao problema da terra no capítulo dedicado à história da República Trata-se do trecho de um poema que é utilizado na construção de uma estética do conjunto de dificuldades que assolavam o País à época que em o livro estava sendo publicado, como vemos a seguir

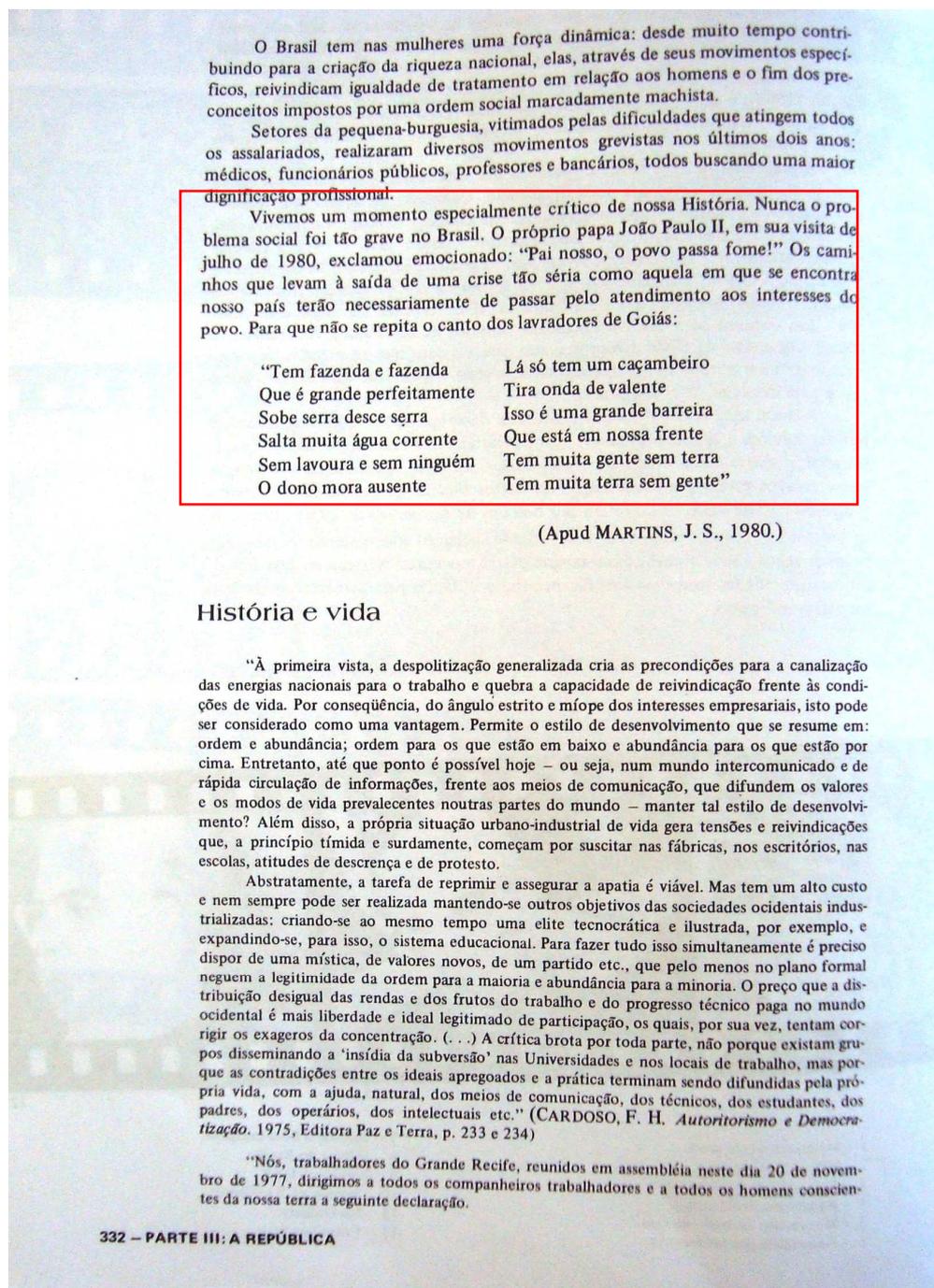


Fig. 2. *História da Sociedade Brasileira*<sup>51</sup>.  
(Destaque para o poema, onde pela primeira vez os sujeitos sem terra aparecem narrados no livro em questão).

<sup>51</sup> ALENCAR, 1981, p.332.

O momento especialmente crítico de nossa sociedade, no caso a década de 1980 em plena crise econômica, parece ser solucionado quando atentarmos para as necessidades do povo, entendido aqui como um grupo de sujeitos pobres sem terra, afinal “tem muita gente sem terra, tem muita terra sem gente”.

Mas, qual é o problema de se ter muita terra sem gente? Falta alimento, cai a produção, baixa o nível de crescimento e de desenvolvimento. E o que tem de errado em haver muita gente sem terra? Até a década de 1980 parece que esses sujeitos ainda não haviam se transformado em inimigos na nação, mas já aparecem fora de uma ordem quando não atendem as expectativas de produção agrícola. Isso quem constatou foi a Igreja<sup>52</sup>, em sua legitimidade de falar a verdade sobre os Céus e a Terra. O autor chamou uma autoridade eclesiástica para realizar o exame e o diagnóstico da sociedade. O resultado da avaliação é que o povo estava com fome.

Preciso lembrar aqui que Foucault (2003) considerava esses procedimentos de investigação da vida como espaços para o exercício do poder. Assim, ele explica que “o exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade se torna um elemento pertinente para o exercício do poder” (p. 107).

Parece que se pode, então, entender a década de 80 como um período em que a sociedade brasileira estava sendo narrada como doente. E aparece que não deixava mesmo de ser. Em pleno desenvolvimento do capitalismo, um país de proporções continentais imerso em uma grande crise econômica. Interessante a legitimidade que a Igreja possuía e como o livro didático, como produto de seu tempo, deixa evidente esse valor que culturalmente atribuíamos à religiosidade.

Prosseguindo as análises, trago o texto de Koshiba (1996). Nessa publicação o autor localiza a questão das lutas no campo como um dos mais importantes fatores que geravam tensão na Nova República. Sobre isso, ele afirma que

no Brasil desde o período colonial uma pequena minoria de grandes proprietários concentra em suas mãos boa parte das terras. Por outro lado, os trabalhadores rurais são, tradicionalmente, os menos protegidos pelas leis e submetidos às injustiças de todo tipo por parte dos proprietários rurais. Além, é claro, de receberem as mais baixas remunerações (p.366).

---

<sup>52</sup> É preciso lembrar que no caso brasileiro, a história agrária está associada a chamada Teoria da Libertação. Segundo Scolese (2005) essa é “uma corrente cristã que alia questões sociais a idéias marxistas, destacada por agentes da pastoral, padres e bispos progressistas” (p.39). Tanto que em 1975, surge no País a Comissão Pastoral da Terra (CPT) considerada por muitos como o “braço agrário” da Igreja. Inicialmente com favorável aos discursos em defesa dos direitos humanos, os religiosos mais progressistas logo estavam alinhados ao movimento social que lutava pelo direito a terra no Brasil.

O problema não está na baixa remuneração ou nas condições de vida dessa parcela da população, como os leitores poderiam supor ao lerem essa passagem do livro. É que o autor prossegue o texto, relacionando a luta armada desses trabalhadores contra grandes fazendeiros e seus capangas aos ideais do Partido dos Trabalhadores (PT) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT), alertando para o fato de que essas relações estão associadas à eclosão de muitos conflitos armados na década de 1980, de norte a sul do Brasil. Ele apresenta números que justificam a tensão social, afirmando que “no mesmo ano do assassinato de Chico Mendes, 1988, segundo a Anistia Internacional, cinquenta camponeses, líderes sindicais e religiosos haviam sido mortos no Brasil, a mando de fazendeiros” (idem).

No mesmo capítulo, Koshiba explica a outra fonte de tensão na recém criada República, desta vez apontando para o espaço urbano e as ações dos sindicalistas. Finaliza esta seção a que fiz referência, intitulada “Tensões Sociais”, dedicada ao estudo dos problemas urgentes a serem resolvidos nos anos 80, utilizando a imagem dos sem-terra e dos metalúrgicos, como se pode observar abaixo



Fig. 3: *História do Brasil*<sup>53</sup>  
(Ilustração que indica as tensões no campo e na cidade existentes quando do nascimento da República no Brasil)

<sup>53</sup> KOSHIBA, 1996, p.367.

Dois exércitos. No campo, os sem-terra. Na cidade, os grevistas. De incomum, a desordem que trazem por onde passam. O que assusta, na verdade, é a emergência desses movimentos, pois trazem os “anormais” para bem perto dos “normais”. Nas palavras de Baumam (1999b) “só se pode bater numa porta quando se está do lado de fora; e é o ato de bater na porta que alerta os moradores para o fato de que alguém que bate está realmente lá fora” (p.88).

Finalmente, no livro de Azevedo (1988), no último capítulo intitulado “Desafios dos dias de hoje”, vemos incluída a reforma agrária entre as tarefas a serem cumpridas pelos governantes brasileiros como modo de se alcançar o desenvolvimento da nação. Além de apresentar uma espécie de histórico das tentativas de redistribuição das terras, o autor lista as medidas necessárias a fim de se realizar tal objetivo. Mas o que mais me chama a atenção é uma lista de vantagens apresentada como argumento em favor dessa redistribuição, entre elas “(...) diminuição do êxodo rural. Diminuição do desemprego. Diminuição da marginalidade urbana. Maior bem-estar social das famílias. Melhoria da qualidade de vida. Maior liberdade para o trabalhador rural. Aumento da produção e maior oferta de alimentos” (p. 173).

É o Estado assumindo, de uma outra forma, o poder pastoral. Como explica Foucault (1995), o poder do tipo pastoral “que durante séculos – por mais de um milênio – foi associado a uma instituição religiosa definida, ampliou-se subitamente por todo o corpo social; encontrou apoio numa multiplicidade de instituições” (p.238). De modo que a salvação no outro mundo, fim máximo para o qual o poder pastoral dirigia a população, agora se traduz em outros significados. Ainda em Foucault (1995), vemos que “a palavra *salvação* tem diversos significados: saúde, proteção, bem-estar (isto é, riqueza suficiente, padrão de vida), segurança, proteção contra acidentes” (p.238).

Um poder que se exerce pela sedução. Que sujeito não se sentiria atraído pelo tipo de Brasil prometido se adotássemos a Reforma Agrária? Nesse sentido, os próprios sem-terra são convocados a relacionarem suas identidades à Reforma Agrária. Afinal, seria um programa organizado e institucionalizado que marcaria espaços bem definidos para uma multidão de nômades. Hoje parece indispensável pensar o programa da redistribuição de terras colado à identidade sem-terra, mas isso também não é um fato natural. Como se acabou de verificar, trata-se de um enunciado que faz parte de um conjunto maior de narrativas que marcaram o nascimento de um período democrático no Brasil em que muitos “estranhos” precisavam ser entendidos e controlados.

Em relação à essa vontade de saber sobre os sem-terra para, então, exercer poder sobre a suas condutas, lemos na obra de Arruda e Piletti (1996) uma referência aos movimentos sociais formados por gente pobre no Brasil, ainda no período Regencial. Ao discorrer sobre o período conturbado que teria sido aquele que se seguiu à renúncia de D. Pedro ao trono, Arruda e Piletti citam a Cabanagem e Balaiada.

Na Cabanagem temos a “miséria da população” (p. 224) narrada como um dos motivos da revolta. E sobre os envolvidos no conflito, os autores chamam uma testemunha. É Arthur Reis, citado por Sérgio Buarque de Holanda em *História geral da Civilização Brasileira*, que contribui com a idéia do mau tratamento que fora designado pelas autoridades os revoltosos. Ele afirma que “os suspeitos de rebeldia eram caçados como animais ferozes e sofriam suplícios bárbaros, que às vezes levavam à morte; também havia quem considerasse uma glória ‘trazer rosários de orelhas secas de cabanos’” (p. 224).

Vejo aí uma das estratégias do dispositivo de racionalização da pobreza. No caso dos pobres do campo, é necessário historicizá-los, e então conferir um caráter natural de violência às relações entre eles e a elite do campo e da cidade. Ao contrário do que se possa pensar, historicizar esses sujeitos não significa conferir-lhes um caráter contingente. A menos que se problematizem as condições históricas que permitiram seu surgimento, o que temos é uma generalização que compara de forma anacrônica sujeitos que viveram em tempos tão distintos.

Na Balaiada, a representação desses indivíduos, “sertanejos miseráveis” (p. 225), é marcada pela pobreza e, ao final do texto que explica o que teria sido a rebelião, temos a afirmativa que se segue: “a Balaiada foi um movimento de gente pobre e trabalhadora, como atestam os nomes-de-guerra dos revoltosos: Caninana, Corisco, Raio, Relâmpago, Ruivo e Tigre” (p. 225). Associada à pobreza temos, portanto, a violência como fator exótico, curioso; elemento histórico que chama a atenção do leitor; é o espetáculo. Também o juízo de valor sobre a pobreza. Por que tais apelidos implicariam em que os líderes fossem pobres? É o simples fato de terem um apelido e os utilizarem na luta que parece ser entendido como indicador da condição social dos balaios.

Em outra passagem do mesmo livro, no capítulo intitulado “O Brasil republicano: a república café-com-leite (1894-1919)”, se pode ver novamente os pobres aparecem associados à questão da terra. Quanto à Guerra do Contestado (esse é o subtítulo do tópico que trata do assunto), lemos que no sul do país, em uma região de limites duvidosos entre Paraná e Santa Catarina, quase 20 mil sertanejos estiveram envolvidos em combates quase ininterruptos por que “(...) o problema da terra era grave na região. Os coronéis pressionavam os agregados a sair das fazendas e estabelecer-se por conta própria, mas quase não havia terras públicas” (p.

256). Sobre o líder dos revoltosos, mesmo considerando-o como parte de um movimento típico da época, o messianismo, temos a representação da pobreza como fora da lei, senão vejamos o trecho a seguir “José Maria era contra a República (...) por que nela via a razão dos males por que passavam”. (p.256).

Aqui é preciso refletir se o monge e seus seguidores não entendiam a ordem republicana e deliberadamente se colocavam fora dela ou ao contrário, estavam fora do limite, no lugar de despejo daqueles que não querem podem executar seu papel em uma sociedade que estava se modernizando? Como lembra Bauman (2005) “É a lei que dá existência à anarquia, ao traçar a linha que divide o dentro e fora. A anarquia não é meramente a ausência da lei; ela nasce da retirada, da suspensão, da recusa da lei” (p.43).

É muito interessante que os simbolismos atribuídos mais recentemente ao MST aparecem aqui nas mãos dos sertanejos: “As tropas agora dispunham até de pequenos aviões de reconhecimento, contra combatentes armados de *facões, foices e outras armas rudimentares*” (p. 257, grifos meus). Sei que são materiais rudimentares, quando comparados ao armamento do exército, mas para quem estava trabalhando na terra não se tratava de algo antiquado. Para um cenário de produção rural como aquele fazia sentido o uso desses instrumentos. O que interessa aqui é que, ao tentar mostrar como os revoltosos estavam em dificuldades frente ao poder republicano, os autores dos livros acabaram caindo em uma armadilha da linguagem e destacando a idéia de pobreza e atraso em relação ao campo e aqueles que nele vivem, com ou sem terra para produzir.

Finalmente, a ultima passagem nesse livro didático que gostaria de destacar, e que está referida no capítulo intitulado “O período entreguerras: as dificuldades brasileiras e a Revolução de 1930”. Sobre o banditismo social, lemos que na década de 40 ele teria sido marcado pela ação daquele sujeito descrito como “membro da sociedade rural” e que “é encarado como criminoso pelo Estado e pelos grandes proprietários. Mas a sua gente o trata como herói, seja por que o considerem um justiceiro, um vingador, ou por que ele ‘rouba dos ricos’” (p. 301).

Segundo Piletti e Arruda, tudo isso se devia ao fato de permanecer inalterada a concentração de terras, o que acarretava miséria e injustiças e levava os jovens para o banditismo. Desse modo, penso que a relação entre a pobreza no meio rural e criminalidade está realizada.

Essas pessoas são supérfluas numa sociedade que vive com intensidade a industrialização dos anos 30 no Brasil, de modo que, segundo Bauman (2005)

A sociedade organizada trata-os como parasitas e intrusos, acusa-os, na melhor das hipóteses, de simulação e indolência, e, frequentemente, de toda espécie de iniquidades, como tramar, trapacear, viver à beira da criminalidade, mas sempre de se alimentarem parasitariamente do corpo social. As pessoas supérfluas estão em uma situação que é impossível ganhar. Se tentam alinhar-se com as formas de vida hoje louvadas, são logo acusadas de arrogância pecaminosa, falsas aparências e de desfaçatez de reclamarem prêmios imerecidos – senão de intenções criminosas (p.54-55).

Em outro livro analisado, desta vez de Carmo e Couto (1994), a primeira referência direta aos trabalhadores rurais sem terra na publicação em questão está associada àquilo que as autoras chamam de “inconformados dos sertões”. O espaço ocupado por esses sujeitos na República é anunciado no título do capítulo, “Desafios ao poder republicano”.

Segundo o livro, o conjunto social que fazia oposição à República envolvia movimentos rurais messiânicos, a Revolta da Vacina e da Chibata. A identificação desses inconformados dos sertões fornecida pelas autoras ao longo do texto, quando afirma que “ser um pequeno proprietário rural significava lutar contra a falta de recursos para fazer a terra produzir, situação ainda mais agravada no Nordeste, devido às secas que assolam a região” (p. 61), vem acompanhada da correspondente imagem



**Fig. 4:** *História: Passado e Presente*<sup>54</sup>  
(Ilustração encontrada no capítulo “Desafios aos poder republicano” com o subtítulo “Os inconformados do sertão”)

<sup>54</sup> CARMO e COUTO, 1994, p. 61

Merece atenção o fato do problema da terra estar ligado à seca que, segundo as autoras, assola a vida dos homens da terra. A explicação acerca da origem de tal problema estaria, ainda segundo o livro, na concentração de poder nas mãos dos coronéis. Nas palavras das autoras “A origem dessa miséria estava principalmente no controle que os poderosos coronéis tinham sobre a maioria das terras cultiváveis” (p. 62). Não tendo terras férteis para seu sustento, prossegue a publicação, os nordestinos só teriam duas opções: emigrar ou buscar na religião um consolo futuro para miséria do presente. E é assim que o livro passa a abordar o estudo de movimentos messiânicos como Canudos e Contestado.

Para entender a questão da seca nomeada pelas autoras do manual didático, preciso recorrer ao estudo realizado pelo pesquisador Albuquerque Júnior (2007) que tratou de problematizar a seca nordestina para além de seu aspecto natural como estiagem em uma determinada região no país. O autor assume a hipótese de que “a seca tenha sido inventada como objeto de discursos e práticas, como uma estratégia política diferenciada” (p. 157) e evidencia que a grande estiagem dos anos 1877-1879 tornou-se problema político e objeto da história regional apenas quando as elites locais passaram por uma complexa crise e inventaram a seca como um meio de atrair a atenção e o apoio financeiro do Estado.

De maneira que o massacre de Canudos e a revolta do Contestado aparecem novamente, como em muitos outros livros didáticos, como a referência mais antiga no que diz respeito à disputa por terra. Até aqui procurei mostrar como, nos livros didáticos, os autores têm buscado resgatar a historicidade dos atuais sem-terra. Ocorre com frequência a relação entre esses movimentos do passado, como Canudos e Contestado, por exemplo, com a situação atual dos pobres sem-terra no Brasil contemporâneo.

Mais um exemplo nessa direção ocorre quando Azevedo (1998) apresenta em seu livro uma referência mais direta à reforma agrária, relacionando esse programa governamental de redistribuição de terras ao período chamado Regencial na história brasileira. O título do capítulo é sugestivo: “O povo pensou que tinha chegado a sua vez”. Nesse caso, o povo é a massa de insatisfeitos que compõem a sociedade brasileira. No que diz respeito à Cabanagem, lemos no final das explicações relativas às causas e efeitos desse conflito, que foi um “movimento genuinamente popular, a Cabanagem foi também um marco na luta do povo brasileiro por melhores condições de vida; um marco na luta contra a escravidão; um início de luta pela Reforma Agrária” (p. 50).

Na obra de Teixeira (2005), pode-se ver novamente a representação dos *anormais* através da imagem de um movimento histórico: a Guerra de Canudos.



Fig. 5: *Brasil: História e Sociedade*<sup>55</sup>.  
(Ilustração do capítulo “A República Velha (1889-1930)”)

Essa imagem encerra um texto intitulado “Tensões e conflitos: os excluídos da modernização”. Ao apontar para a existência de uma grande concentração de terra nos primeiros anos da República em nosso país, Teixeira (2005) afirma que o resultado de tal situação é que tínhamos à época “(...) de um lado, o empobrecimento da população rural e a luta pelo uso da terra. De outro, a ganância e a brutalidade dos coronéis e o descaso do poder público” (p. 251). Nesse contexto, mulheres, crianças e velhos seriam o refúgio dessa “convulsão” social ocorrida no sertão brasileiro.

<sup>55</sup> TEIXEIRA, 2005, p. 251

O fato de estarem aprisionados nos arredores de sua antiga habitação, o arraial agora destruído de Canudos, evidencia aquilo que sugere Bauman (1999) quanto ao confinamento espacial que a Modernidade prevê àqueles que são definidos como estranhos à ordem econômica e social. O autor afirma que “a separação espacial que produz um confinamento forçado tem sido ao longo dos séculos uma forma quase visceral e instintiva de reagir a toda diferença e particularmente à diferença que não podia ser acomodada nem se desejava acomodar na rede habitual de relações sociais” (p.114).

Talvez o refugio da República Velha não estivesse em uma prisão formada por prédios e vigilantes. Hoje, em nome da nossa segurança espera-se ver os sem-terra encarcerados. Mas a imobilidade frente à destruição de suas casas por parte do exército brasileiro, de alguma forma também aprisionava esses sujeitos. Assim como hoje a imobilidade do não-lugar ocupado pelo sem-terra o torna cativo dessa situação.

Uma ruptura com essa regular relação anacrônica estabelecida pelos autores entre passado e presente dos sem-terra vê-se no livro de Teixeira (2005), que faz referência à Lei de Terras, problematizando-a segundo as novas interpretações da historiografia brasileira dedicada à análise da História Agrária. O autor aborda a questão da terra logo no início do livro, em um capítulo intitulado “As bases da colonização”, através de uma proposta de exercício a ser realizada inicialmente em aula e, posteriormente, em casa pelo aluno que, por meio de uma pesquisa em jornais e revistas, deve responder as questões sugeridas, como se vê a seguir



**Atividade em sala de aula**

■ **Pesquisa e debate: o problema da terra no Brasil**

“Em 500 anos de História, o Brasil nunca dividiu a terra. É o único país de extensão continental, em todo o mundo, com estrutura fundiária semelhante à da sua fundação. O primeiro regime de propriedade, o das sesmarias, durou três séculos e dividia as doze capitanias hereditárias em extensões maiores que Fortaleza e Belo Horizonte juntas.” (*Veja*, 16.4.97, p. 50.)

O artigo da revista alude à má distribuição de terras no Brasil, um problema de extrema gravidade nos dias atuais. Além disso, estabelece uma relação entre ele e certos aspectos de nossa tradição histórica.

Vamos pensar um pouco sobre essa relação. Sob a orientação do professor, reúna-se com um grupo de colegas para pesquisar as formas atuais de distribuição da terra no Brasil, as origens históricas e as implicações econômicas e sociais dessa distribuição. Depois, organizem os resultados — números, documentos, entrevistas, etc. — em um relatório elaborado coletivamente pelos grupos.

Para fazer a pesquisa, recorte as notícias que você encontrar sobre o tema em jornais e revistas recentes. Pode consultar também a Internet e livros que tratem do assunto. Se for possível e conveniente, utilize estas fontes de informação: *Anuário do IBGE*, *Almanaque Abril*, revista *Veja*, 16.4.97, p. 34-58; Alberto Passos Guimarães. *Quatro séculos de latifúndio*, 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

Fig. 6: *Brasil: História e Sociedade*<sup>56</sup>.  
(proposta de atividade em sala de aula acerca do problema da terra no Brasil.  
Imagem retirada do capítulo “As bases da colonização”)

<sup>56</sup> TEIXEIRA, 2005, p. 46.

Pode-se perceber que ainda não se estabelece relações entre essa herança cultural e os movimentos de luta pela terra, mas, considerando-se que se trata de um capítulo dedicado à compreensão da estrutura da máquina colonial do século XVI, é possível entender por que ele centraliza suas atenções na terra e não nos sujeitos que lutam por ela, o que será feito nos capítulos posteriores.

Ainda na mesma linha de argumentação, cabe destacar que esse autor reserva um espaço de sua produção para discutir a importância da Lei de Terras de 1850. Isso ocorre na seção intitulada *Leitura Crítica* com um texto chamado “Legislação Agrária no Império”. Ausente em muitas publicações didáticas em nosso país, nesse caso a lei merece destaque na obra de Teixeira.

Outro exemplo ainda é o livro de Pazzinato (2002). Os autores avisam na apresentação que este material traz reflexões produzidas pela historiografia recente e, de fato, isso se verifica pelos textos ao final de cada capítulo no qual utilizaram, entre outros, historiadores como George Duby, Norberto Bobbio, Christopher Hill e E. P. Thompson. Inclusive Zygmunt Bauman aparece com um fragmento de seu livro *O mal-estar da pós-modernidade*.

Pois na unidade intitulada “A luta pelos direitos sociais”, considerando o período do Segundo Reinado na história do Brasil, temos um roteiro de estudo no qual há referência (em um texto com questões para debate) à Lei de 1850 e a questão da distribuição das terras em nosso País. A seguir a reprodução da página onde encontramos o texto a que me referi:

### A Lei de Terras (1850)

**A** Lei de Terras visava, fundamentalmente, a três objetivos:

- proibir as aquisições de terras por outro meio que não a compra (Art. 1º) e, por conseguinte, extinguir o regime de posse;
- elevar os preços das terras e dificultar sua aquisição (o Artigo 14 determinava que os lotes deveriam ser vendidos em hasta pública, com pagamento à vista, fixando preços mínimos que eram considerados superiores aos vigentes no país);
- destinar o produto das vendas de terras à importação de “colonos”.

De tudo quanto propunha a Lei de 1850, somente tiveram êxito as determinações que dificultavam o acesso à terra por meio da posse ou da compra a baixo preço. Em suma, na sua execução prevaleceram unicamente os dispositivos que estavam em harmonia com o objetivo imediato da classe latifundiária: obrigar o imigrante a empregar sua força de trabalho nas grandes fazendas de café.

(Alberto Passos Guimarães. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968, p. 134.)

#### Para pesquisar e debater

1. Segundo o autor do texto, a Lei de Terras, de 1850, acentuou ou suavizou a tendência à concentração da propriedade da terra em poucas mãos? Explique sua resposta.
2. Com seu grupo de trabalho, pesquise as formas pelas quais a terra está hoje distribuída no Brasil e relacione essas formas com a Lei de Terras, de 1850.
3. Comparem a Lei de Terras com a *Lei Homestead* norte-americana (1862) e estabeleçam a principal diferença entre elas, analisando as consequências dessa diferença para os Estados Unidos e para o Brasil.
4. Escrevam um texto coletivo sobre esse tema, procurando responder à seguinte pergunta: É necessário proceder hoje a uma reforma agrária no Brasil? Por quê?

Fig. 7: *História Moderna e Contemporânea*<sup>57</sup>.  
(Texto selecionado pelos autores para o roteiro de estudo dos leitores)

<sup>57</sup> PAZZINATO e SENISE, 2002, p.224.

A despeito das discussões acerca das idéias um tanto deterministas de Alberto Passos Guimarães - o autor citado no texto em questão na intenção de discutir a relação entre a legislação agrária e a concentração de terras<sup>58</sup> - é interessante como seu deu aqui a transposição didática. Com todas as ressalvas que tenho acerca do termo, sem desconsiderar suas especificidades teóricas, é interessante notar que os autores do livro didático demonstraram estar conectados com as produções mais recentes da historiografia brasileira.

No caso em questão, existe um núcleo de estudiosos da história agrária na Universidade Federal Fluminense que têm direcionado seu olhar para a legislação como espaço de luta e não apenas de opressão de uma elite. Isso na esteira do que propôs E. P. Thompson ao dar centralidade para a cultura em suas pesquisas.

Outro aspecto importante é o caráter histórico e contingente da má distribuição das terras brasileiras ser apresentado de maneira mais explícita, como na proposta de atividade sobre o texto, especificamente na questão número dois.

Alguém poderia questionar-se por que a relação entre os sem-terra e os movimentos sociais dos pobres do campo no século XIX parece ser tão problemática e, ao contrário, a relação entre os movimentos atuais contra a concentração de terras e a Lei de Terras parecer tão menos conflituosa. O que existe de diferente entre essas interpretações históricas é o papel atribuído aos sujeitos aparentemente destituídos de poder. O que muda é a concepção de poder. De modo que, não importa se eu penso Canudos ou Legislação Agrária e, sim, como eu penso o poder e seus efeitos nas relações estabelecidas entre os indivíduos que narram e são narrados em cada um dos casos.

Isso posto, prossigo com a análise da obra de Campos (2000). Inserido na unidade intitulada “As Cidades Industriais” temos o capítulo “Nações e Nacionalismo” onde encontramos a primeira referência à questão da terra no Brasil no que diz respeito ao século XIX. Ao discorrer sobre o Império do Café, os autores destacam a transição do trabalho escravo para o assalariado. Afirmam que a Lei de Terras e o fim do tráfico de escravos estavam interligados de modo que “as duas medidas (...) deixavam explícito que a abolição da escravatura seria lenta e gradual. Através da Lei de Terras, os fazendeiros tinham uma contrapartida para essa previsível abolição: a concentração da propriedade fundiária era garantida para aqueles que já dispusessem de terras e capital, apesar das vastas extensões territoriais não ocupadas” (p. 200). Nada mais é referido até o final do tópico de estudo, quando vemos uma seção intitulada “Verificação de leitura” e lá encontramos essa questão a

---

<sup>58</sup> Sobre isso, ver Motta (2001).

ser respondida pelos leitores: “Como a Lei de Terras articulava-se ao fim do tráfico negreiro?” (p.203).

Quando vemos os autores de livros didáticos fazendo referência a Lei de Terras, percebemos a pressa que alguns possuem em relacionar esse instrumento, supostamente das elites, com a exploração dos escravos. Em outra passagem dessa dissertação, discuto a importância do entendimento da lei, para além do determinismo maquiavélico por parte de um determinado grupo social, o que seria mais produtivo para pensarmos as dinâmicas da sociedade brasileira para além de binarismos. Por isso, não consigo acreditar na suposta “boa intenção” que esse enunciado traria, como o desejo de justiça social ou coisa que o valha. Isso só marca mais a diferença.

Aprendi, então, como os livros até aqui analisados ensinam a problemática da terra como uma questão não recente, apesar de estabelecer em relações anacrônicas entre passado e presente. Aprendi também que essa é uma questão imperativa quando se pensa os atuais rumos que o Brasil precisa tomar, pois negligenciá-la poderia significar a permanência na posição de país subdesenvolvido, na comparação com outras nações. Assim, é de se esperar que as narrativas nos livros didáticos justifiquem a execução da Reforma Agrária. Estive atenta para esse imperativo como um fim para responder à urgência de controle sobre os homens pobres do campo que insistem em movimentar-se em direção à cidade, verdadeiro horror que precisa ser administrado. Eis aí um dos fios do dispositivo da racionalização de pobreza.

Em Carmo e Couto (1994), lemos que a derrota de João Goulart é relacionada, pela maioria dos livros analisados ao seu desejo de colocar em prática um conjunto de transformações, as ditas “reformas de base” que incluíam a redistribuição das terras no país. Por isso as autoras promovem, no final do capítulo, atividades em que os alunos são convidados a analisar um trecho do discurso desse Presidente, proferido em 13 de março de 1964.

Me parece que o documento selecionado e as atividades propostas evidenciam um interesse da autora em justificar, assim como fez o próprio Goulart, a reforma agrária como uma ação necessária não apenas para os homens do campo, mas também para os que vivem na cidade. De modo que a luta pela terra seja entendida como uma luta de todos. O trecho selecionado inicia da seguinte maneira “A reforma agrária não é o capricho de um Governo ou programa de um partido. É o produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo (...)” (p. 121).

Um das três questões de interpretação do texto sugeridas é a seguinte “2. Por que motivos, na opinião dele [João Goulart], torna-se indispensável à realização dessa reforma [reforma agrária]?” (p.121). O trecho selecionado apresenta uma resposta bem clara aos estudantes, no quarto parágrafo do discurso, Ali se lê: “Assim, a reforma agrária é indispensável, não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas, também, para dar mais trabalho à indústria, e melhor remuneração ao trabalhador urbano” (p. 121).

Uma das justificativas, portanto, para a execução da reforma está na manutenção da segurança e conforto nas cidades. O que não se pode admitir é o sem-terra ou qualquer outro sujeito pobre e sem emprego, circulando pelo espaço urbano.

No livro de Azevedo (1988), publicado em um período em que as relações entre o MST e a Sociedade eram pacíficas, esses sujeitos estranhos a ordem aparecem representados em atitude de espera. Evidenciam o sentimento da época, em que o Estado de Bem-Estar-Social era a fonte maior de esperança de sujeitos como eles. Sentados, a espera de uma ação política que atenda suas reivindicações, como vemos a seguir

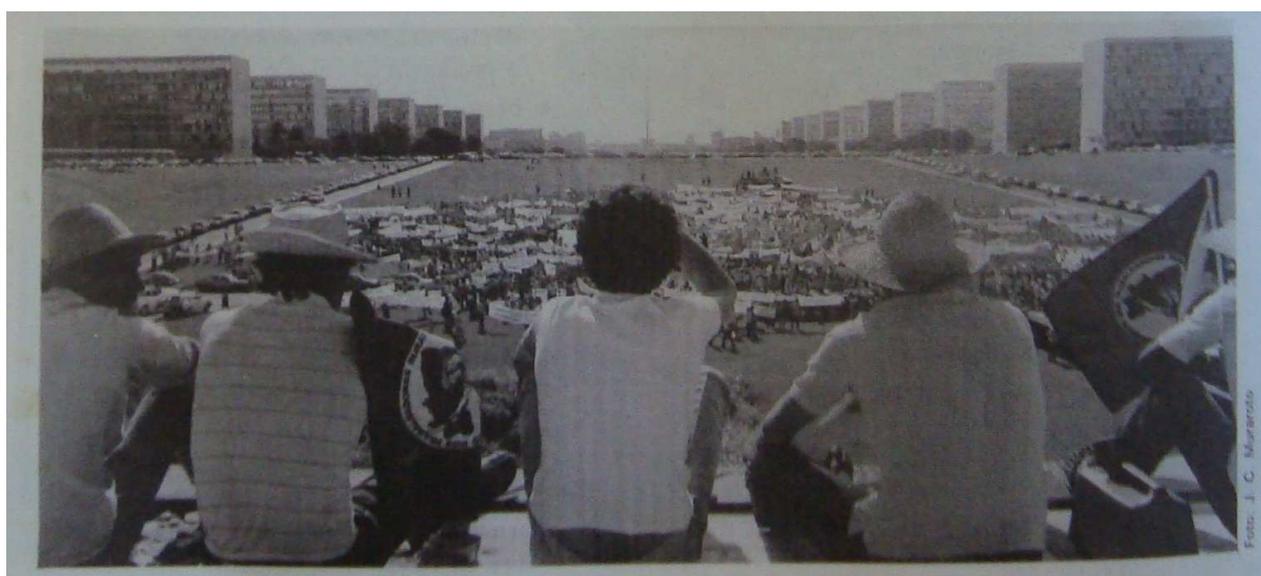


Fig. 8: *A história de um povo*<sup>59</sup>

(A imagem não apresenta legenda alguma, é mesmo o último contato do autor com o leitor)

O livro de Teixeira (2005) reforça a idéia, justificando todos os benefícios que uma reforma no campo traria à população. Mas acrescenta um dado novo. Foi neste livro que pude observar pela primeira vez uma espécie de julgamento ou convite ao leitor para realizar um juízo de valor acerca do MST de forma mais explícita. No texto adaptado do jornal *Folha de São Paulo* e intitulado “Reforma Agrária: pós e contras” podemos ver a apresentação de argumentos e o depoimento pessoal de dois sujeitos. Uma das partes que se diz contrária à

<sup>59</sup> AZEVEDO e DARÓS, 1988, p.174.

pequena propriedade: um advogado especialista em Direito Agrário. A outra parte, favorável à pequena propriedade: uma agricultora que também assume o cargo de Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores.

O que parece ficar evidente é a relação apresentada entre o sistema de pequena propriedade, o baixo índice de mortalidade infantil e a maior expectativa de vida. Tal relação se efetivaria, segundo o texto, de forma mais intensa no Rio Grande do Sul, pela grande quantidade de propriedade desse tipo e da supostamente reconhecida superioridade na qualidade de vida de seus habitantes.

Tanto aqui neste texto jornalístico selecionado para um livro didático, como no documentário *Terra para Rose*, a que fiz referência no início dessa dissertação, a questão da incriminação da questão da distribuição da terra parece passar pela identidade étnica dos envolvidos na luta pela reforma agrária.

É possível concluir que a causa é considerada mais justa quando é encenada por personagens de origem germânica, facilmente identificados pelo tom claro de pele e olhos verdes ou azuis. Esses seriam os merecedores da terra. São a maioria no acampamento da Fazenda Anoni e posterior assentamento documentado por Tetê Moraes. Já aos sujeitos do centro do país e do nordeste, não detentores de tais atributos “europeizantes”, quando representados nos livros didáticos como envolvidos em luta pela terra, recorrentemente estão marcados por atributos que lhes conferem uma identidade marginalizada e/ou criminosa.

Reforça essa idéia o texto de Schimdt (2001). No cap.5, págs. 39, sob o título “Latifúndio”, existe a pergunta “por que uns poucos são tão ricos e uma multidão é paupérrima?”, e temos a resposta “desde o início da colonização, o Brasil foi um país em que só uns poucos podiam ganhar” (p. 39). Alerta para o fato de o país já não ser mais o mesmo daquele período de colonização, mas indica que “somos um país que continua tendo muita terra sem gente (latifúndio improdutivo, usado para especulação) e muita gente sem terra” (idem). Sobre a responsabilidade disso, aponta no final do texto que “querem botar a culpa das injustiças no povo, quando na verdade ele é a vítima” (idem).

Interessante que no cap. 16, a respeito da escravidão no Brasil, o autor faz referência à chegada dos estrangeiros europeus quando do fim do tráfico negreiro. Ele explica que no sul do Brasil, no Segundo Império, imigrantes alemães e italianos receberam pedaços de terra e se tornaram pequenos e médios fazendeiros bem-sucedidos.

Repare bem: foi talvez o único lugar do Brasil onde realmente aconteceu uma razoável distribuição das terras. O resultado? É só visitar as áreas que ainda hoje mantêm essa estrutura de propriedade rural: o padrão de vida é melhor do que a média brasileira, com diferenças sociais menos

escandalosas do que no Nordeste ou nas metrópoles do Sudeste. As favelas que hoje surgem em Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba são resultado do avanço do latifúndio, da falta de novas terras para os descendentes de imigrantes. ( com o tempo elas cresceram, certo? ). Alguma dúvida, amigo leitor, sobre os benefícios de uma reforma agrária? (p. 187).

Outro recurso utilizado pelos autores é a indicação de precisão das informações que pretendem justificar a necessidade de reforma no campo a partir do uso de gráficos, números e pesquisas. No livro de Campos (2000), por exemplo, a questão da terra aparece no capítulo intitulado “Populismo Bossa Nova”. Ao discorrer sobre a atuação do presidente João Goulart, os autores mencionam o fato de que o governante tentou colocar em prática um projeto de Reformas de Base. Entre seus objetivos estava à implementação da Reforma Agrária. Então vemos dois gráficos, aos quais não se faz nenhuma referência ao longo do texto. Parece que estão dispostos para dar legitimidade a questão da “evidente” má distribuição das terras em nosso país. As fontes que produziram tal saber, IBGE e ABRA, parecem aumentar a confiabilidade da idéia do presidente Goulart quanto à necessidade de Reforma. Porém, novamente destaco que nada existe de apontamento dos autores quanto aos dados dos gráficos. Eles devem falar por si só? Talvez seja essa a idéia dos autores.

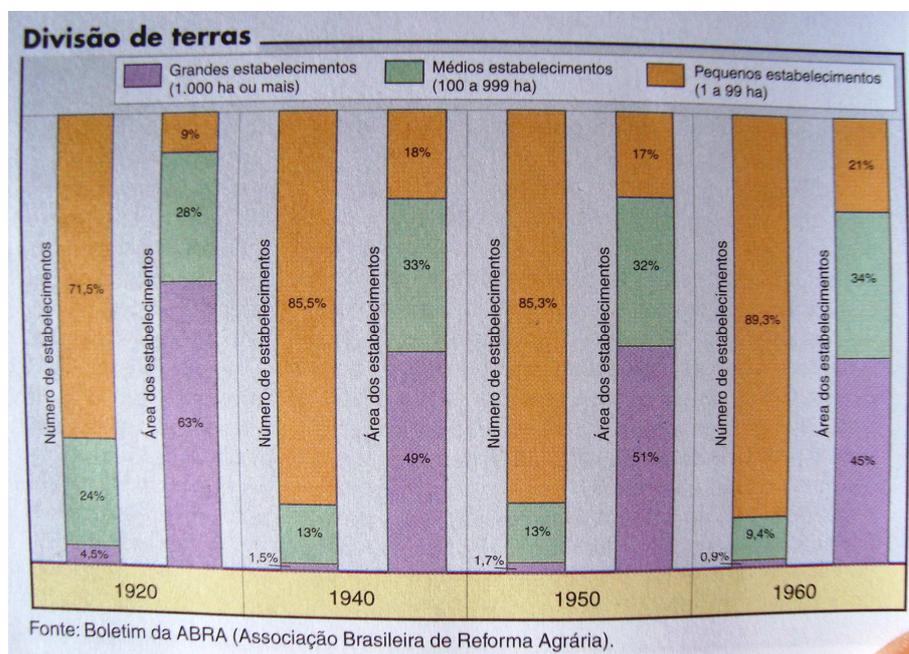


Fig. 9: *Oficina de história: história integrada*<sup>60</sup>  
(Imagem que complementa o texto em que se faz referência a necessidade de Reforma Agrária no Brasil).

<sup>60</sup> CAMPOS, 2000, p. 312

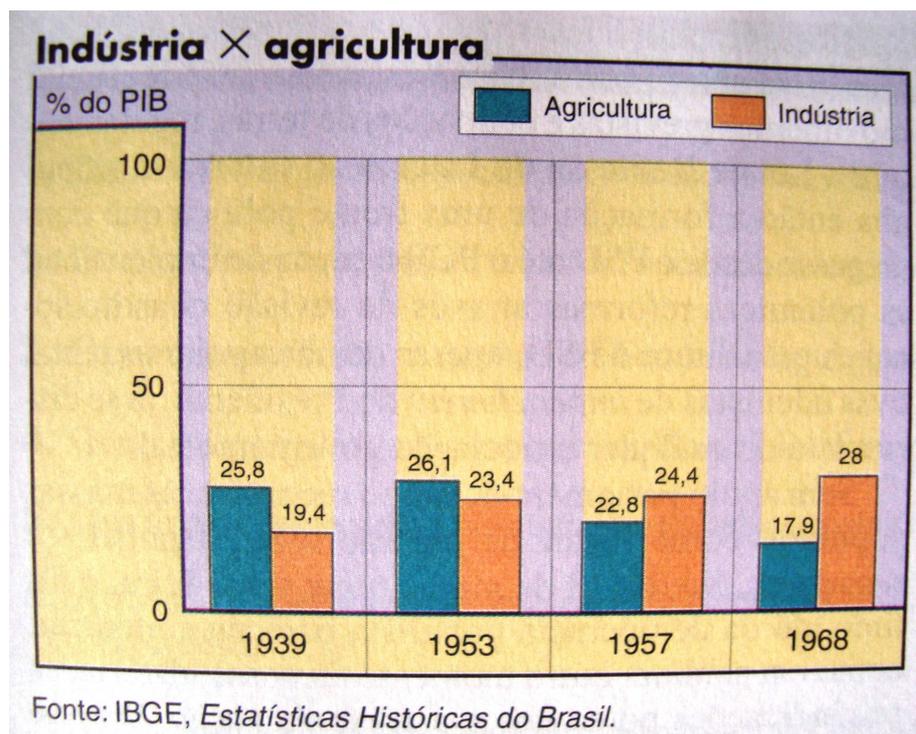


Fig. 10: *Oficina de história: história integrada*<sup>61</sup>  
 (Imagem que complementa o texto em que se faz referência a necessidade de Reforma Agrária no Brasil).

O que interessa aqui são os critérios que habilitam os sujeitos que ocupam determinados espaços de produção da verdade. No caso dos gráficos, sem contextualização nenhuma acerca das fontes que o produziram, tampouco da qualidade das informações ou do contexto em que foram solicitadas, bem como a intencionalidade dos mesmos, é fácil para uma criança em idade escolar fazer uma leitura rápida desses esquemas que cartografam o espaço social entendendo como uma verdade sobre a sociedade em que estão inseridos. A representação do atraso da agricultura e do campo me parece evidente nesses gráficos, justificando assim a necessidade de se repensar questões relativas à terra, sua distribuição e aproveitamento.

Nessa mesma direção, temos o material publicado por Campos (em 2002). Este é um dos livros analisados que traz uma preocupação muito grande com os números e dados técnicos, evidenciando a vontade de poder sobre a vida e os critérios de cientificidade adotados pela historiografia para legitimar sua objetividade. Somente em um mesmo capítulo temos quatro gráficos diferentes: Censo Agropecuário 1995-1996 (pág. 250), Mortes em Conflitos no Campo (p. 251), Partidos Políticos (p.256), Número de Acampamentos Segundo a Origem 1986-1987 (p. 260).

<sup>61</sup> CAMPOS, 2000, p. 313

Outro exemplo muito semelhante está no livro de Aquino (1983). O que chama a atenção neste caso, na última parte da publicação, na penúltima unidade desse módulo, com o seguinte título *Sob o signo trágico do subdesenvolvimento*, é idéia da tragédia que marcava a América Latina no século XX. Em uma das poucas páginas dedicadas à história brasileira contemporânea, discorrendo sob tal signo que nos acompanha, os autores explicam “vivemos em meio à miséria, à ignorância, enquanto nos países desenvolvidos tais problemas puderam ser resolvidos pelo aproveitamento dos progressos das Ciências e das técnicas que possibilitaram a elevação do padrão de vida material da população” (p. 349).

Novamente aí a idéia do progresso tecnológico como resultado de uma evolução a qual deveríamos nos submeter a fim de resolvermos todos os nossos problemas. História como progressão. Historiografia que reproduz o discurso eurocêntrico.

E, finalmente, ao apresentar as características políticas e econômicas do Brasil, os autores explicam, nesta que é a única passagem direta sobre a questão da má distribuição da terra no livro, que: “é significativo o fato de 90% das terras agriculturáveis pertencerem a 10% dos proprietários e de somente 1/5 das terras cultiváveis serem aproveitadas, do que resulta, dentre outras coisas, que uma grande maioria da população não possui terras” (p.351). Mas não se faz nenhuma menção aos encaminhamentos políticos que o Brasil fez, faz ou deveria fazer quanto a esses dados.

Parece-me que a estratégia é focalizar a atenção do leitor para os riscos “evidentes” da não realização da reforma agrária. Devemos estar atentos ao que Bauman (2008) explica sobre a administração do medo na modernidade líquida. Sobre isso, ele afirma que “só é possível nos preocuparmos com as conseqüências que podemos prever, e é só delas que podemos lutar para escapar” (p.18). O perigo imediato de uma invasão de terras é pequeno, mas os riscos previstos e calculáveis, na medida em que nos asseguram quais são mesmo os limites entre eles e nós, geram uma certa segurança, e por isso são consumidos por nós na forma de tabelas, gráficos, pesquisas e outros tantos instrumentos de previsão do comportamento humano.

Significativo nesse caso o exemplo do texto de Piletti e Piletti (2000). Os autores usam para explicar a contradição social que vivemos – muita produção de alimentos e ao mesmo tempo muita fome no país – os dados do Censo Agropecuário de 1996 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) conforme imagem a seguir

## ② De quem é a terra?

No Brasil, a maior parte das terras pertence a poucos proprietários. Veja a figura.

### Número e área das propriedades rurais — 1995



Fonte: Censo Agropecuário 1996 — IBGE

Imagine que o círculo representa o Brasil. A fatia maior do círculo corresponde quase à metade do território brasileiro e pertence a apenas 1% dos proprietários de terras. Suas propriedades têm acima de mil hectares. Um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, um pouco mais que dois campos de futebol.

Fig 11: *História e Vida*<sup>62</sup>

(Recurso utilizado pelos autores para mostrar que no Brasil a maior parte das terras pertence a poucos proprietários)

No decorrer do capítulo os autores explicam o que são posseiros e grileiros e destacam as lutas sem fim a que estes grupos se submetem para conquistar suas porções de terra. Destacam que nos últimos anos tem surgido um novo tipo de grileiro na região amazônica, as grandes empresas nacionais e internacionais.

Nesse contexto de intensa disputa territorial é que são apresentados aos leitores os integrantes do MST, em um outro texto que tinha como objetivo recontar a história da luta por terra no Brasil. Mas o que vemos é uma breve história das organizações envolvidas na questão, que se confunde com a própria história da concentração da terra. O autor não torna esta concentração fundiária objeto histórico mas, sim, o surgimento dos sindicatos, confederações e movimentos sociais que estiveram envolvidos na luta por mais justiça no

<sup>62</sup> PILETTI e PILETTI, 2000, p. 134

campo. Ou seja, dá destaque para os riscos sociais que corremos se não controlarmos logo esses grupos de estranhos.

Às vezes se pode perceber um esforço do autor em justificar, perante a opinião pública, a importância da reforma, utilizando recursos menos técnicos. É o caso de Schimdt (1999b). O que merece destaque em seu trabalho é a imagem que se segue, retirada de seu livro



Fig. 12: *Nova História Crítica*<sup>63</sup>

(A legenda aponta para pesquisas em que a população brasileira se mostra favorável à reforma agrária).

<sup>63</sup> SCHMIDT, 1999 b, p. 191

A legenda apresenta a idéia de que os brasileiros são favoráveis à reforma agrária. O que é diferente de dizer que o País apóia as ações do MST. No entanto, a representação aproxima aqueles que não tenham muita empatia com o movimento aos objetivos da reforma, valendo-se da imagem de crianças e de recursos da linguagem, como veremos abaixo, onde a identidade sem-terra é narrada da seguinte forma pelo autor

Eles querem trabalhar com a agricultura (plantações) ou com a pecuária (criação de animais, como bois, galinhas, etc.), mas não encontram emprego. Quando conseguem, o salário é tão pequeno que mal dá para sobreviver. Também não podem trabalhar por conta própria por que não possuem nenhum terreno. Eles são os **sem-terra**. (p. 191) (grifo do autor).

Ao se referir ao MST, o autor afirma que eles “gostariam de ser donos de um *pedacinho* de chão” (p.191) e, no mesmo parágrafo, ao se referir ao mesmo objeto, a narrativa é diferente, como se vê “(...) não é justo um fazendeiro muito rico continuar proprietário de um pedaço de terra enorme que nunca foi cultivado” (p.192). O uso do diminutivo não é inocente aqui, produz a realidade de um sujeito carente, humilde, sem maiores pretensões o que justificaria sua identidade de vítima. Esse é mais um deslocamento possível quando pensamos a identidade sem-terra no que diz respeito às justificativas para que ocorra uma Reforma Agrária no Brasil.

**5.2 Os sem-terra têm marcas específicas: andam descalços e parecem famintos, estão sempre em movimento, quando se fixam em algum lugar, são logo indesejados.**

Mapear um lugar no espaço social para os sem-terra pode ser considerada uma estratégia do dispositivo que racionaliza a pobreza. Para tal é necessário, como se viu até aqui, contar uma história sobre esses sujeitos, localizando-nos primeiro no tempo. É necessário também justificar para a sociedade a necessidade de controle sobre a conduta desses sujeitos.

A Reforma Agrária, como programa oficial de governo, parece atender a esse fim. Afinal, poucos brasileiros se mostram contrários a uma melhor distribuição das terras no Brasil. O objeto que precisa ser problematizado, então, é o sujeito sem-terra. Uma parcela da população de pobres do país. De modo que os livros didáticos pesquisados fornecem um rico espaço para se pensar as diferentes formas como a nossa sociedade têm objetivado esses sujeitos sem-terra.

É o caso, por exemplo, do texto de Azevedo (1988) que, de modo direto, estabelece os contrastes, por oposição, entre aqueles que ocupam o espaço urbano e os que estão no campo, como vemos ao compararmos as duas imagens abaixo



Fig. 13: A história de um povo<sup>64</sup>  
(A organização urbana...)

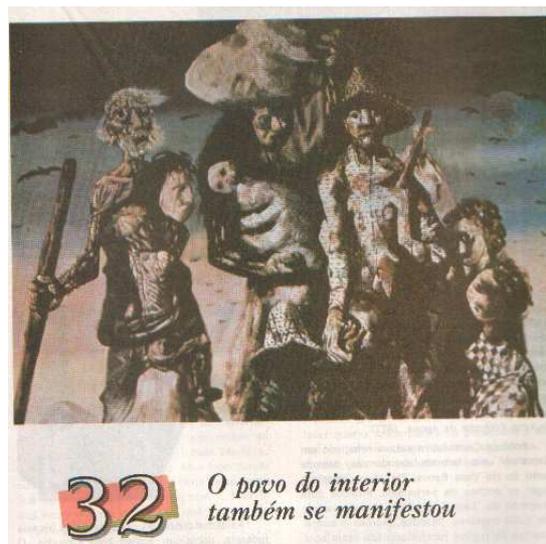


Fig. 14: A história de um povo<sup>65</sup>  
(...em contraste com a desolação rural)

O que constatamos é uma classificação binária. Marcação da diferença por meio da oposição. Reparando na expressão corporal dos sujeitos da “cidade” e os do “campo” se percebe como se marcam, neste caso, as diferenças entre o urbano e o rural.

Na figura da esquerda, os prédios, ternos, cartazes e a própria liderança de um operário à frente dos demais. São representações de um suposto sujeito da cidade – letrado, organizado coletivamente, consciente de seus direitos. Paisagem de progresso. Em oposição a tudo isso – afinal, os temas estão inclusive sendo tratados em capítulos diferentes no livro apesar de abordarem o mesmo foco, a luta social no Brasil República – surge a imagem apresentada na figura da direita.

O autor utiliza uma obra artística – quadro de Portinari – mas não faz nenhuma referência à obra ou a esse fato. Fora de contexto, uma criança não instrumentalizada para analisar tal manifestação cultural, possivelmente entenderá a representação como do mesmo tipo da figura anterior. Uma ilustração da “realidade”.

Assim, o campo simboliza figuras quase monstruosas. Uma família composta por crianças e velhos esqueléticos. Enxadas e chapéus de palha. Tudo que a família parece possuir está em um saco sobre a cabeça da mãe e nos ombros do pai. Paisagem árida, corvos à espreita ao fundo do quadro. Ausência de coletividade. Também de consciência política. Parecem-se mais com pedintes do que com pessoas que reivindicam seus direitos.

<sup>64</sup> AZEVEDO e DARÓS, 1988, p.130.

<sup>65</sup> AZEVEDO e DARÓS, 1988, p.135.

A representação dos pobres famintos é por vezes atribuída aos sujeitos do campo, em especial, aos sem-terra. No livro de Schmidt (1999a) vemos no capítulo intitulado “A ascensão de Roma” uma referência direta ao MST.

Ao longo do capítulo, o autor justificou o fato de os camponeses romanos desejarem terras afirmando que “(...) muitos camponeses empobreceram. Convocados para ser soldados, suas terrinhas ficavam abandonadas por anos. Na volta, eles estavam arruinados e perdiam suas terras para os latifundiários (os nobres donos de grandes propriedades)” (p. 177).

De modo que, ao mencionar os ideais dos irmãos Graco, o autor discorre sobre uma possível solução para o problema da terra, sugerido na época por Tibério e Caio: uma espécie de reforma agrária. Ela é assim definida por Schmidt “(...) os latifundiários não poderiam acumular terras demais. O pedaço que excedesse o tamanho máximo seria confiscado pelo Estado e distribuído entre as famílias necessitadas” (p. 178).

Uma manifestação do MST. Repare que em primeiro plano está erguida uma espécie de faixa ou cartaz no qual se pode ler “Reforma Agrária é comida na mesa”. A recomendação de pesquisa nos exercícios propostos envolve a questão da alimentação e da participação política dos pobres. A relação entre o problema da terra, a pobreza e a fome, recorrente nos livros analisados, aparece novamente. Desta vez, está também associada à questão política, como vemos na figura a seguir

**REFLEXÕES CRÍTICAS**



Em Roma, as melhores terras eram propriedade de uma minoria de patrícios ricos. No Brasil de hoje, a terra também está nas mãos de uma minoria de latifundiários.

1. Em Roma, os irmãos Tibério e Caio Graco lutaram para que uma parte das terras dos patrícios ricos fossem distribuídas às famílias de plebeus. No Brasil atual, a economia funciona de modo bem diferente do de Roma. Afinal, somos um país capitalista com importante setor industrial. Apesar disso, aqui a terra também está nas mãos de uns poucos proprietários ricos. Faça uma pesquisa em livros, revistas e jornais a respeito do Movimento dos Sem-Terra no Brasil.
2. Os plebeus conseguiram direitos importantes como o de comprar pão barato do governo (Lei Frumentária) e o de ter um tribuno da plebe eleito com poder de vetar algumas decisões do governo. O Brasil de hoje é bastante diferente de Roma. Mesmo assim, vamos fazer umas comparações: o governo atual faz alguma coisa para que a comida dos pobres seja mais barata? Existe possibilidade de os pobres terem algum representante poderoso no governo? Debata esse assunto com seus colegas.

**181**

Fig. 15 *Nova História Crítica*<sup>66</sup>

(Imagem que ilustra a orientação para pesquisa sobre o Movimento Sem-Terra no Brasil)

Outro livro que reforça a fome como marcador desses sujeitos é de Piletti (2000). Na introdução de um capítulo chamado “Terra e Trabalho: riqueza e miséria”, vemos a imagem a seguir

<sup>66</sup> SCHMIDT, 1999, p.181

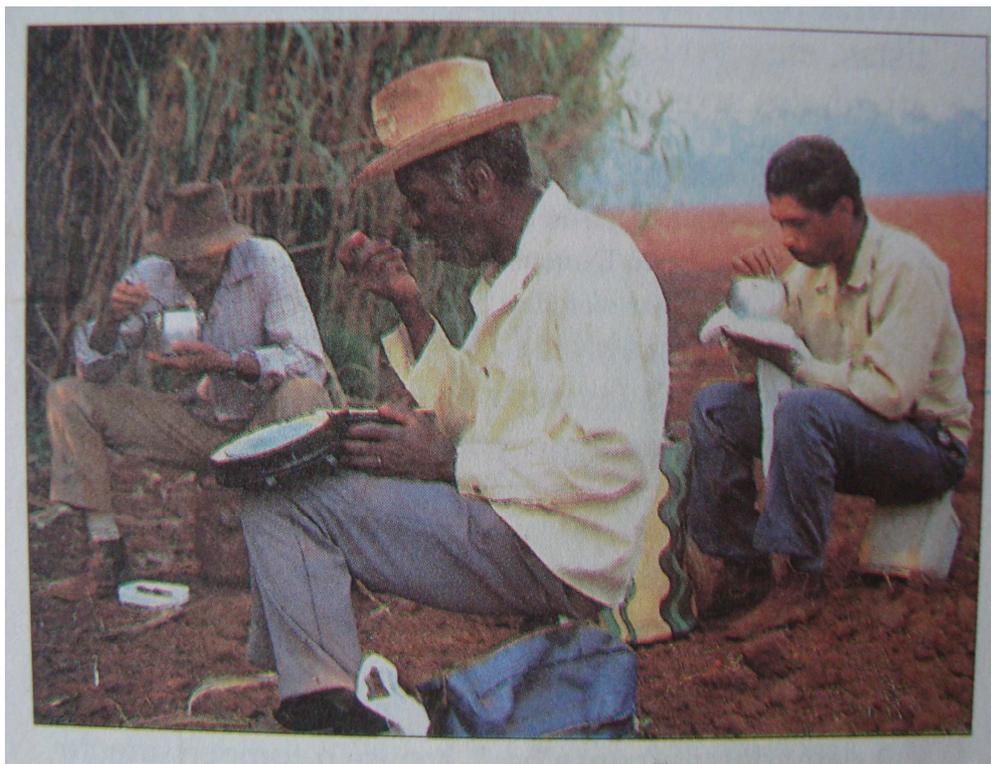


Fig 16: *História e Vida*<sup>67</sup>  
(Abertura do capítulo intitulado “Terra e Trabalho: Riqueza e Miséria”)

São os trabalhadores do campo. A primeira impressão ao leitor acerca da identidade dos homens do campo, roupas simples, condições de trabalho precárias, vidas difíceis e sofridas. A legenda explica tratar-se de bóias-frias e alerta “O Brasil é um grande produtor de gêneros alimentícios. Entretanto, a fome é uma constante em diversos lugares do país” (p. 132).

Na página disposta ao lado desta no livro didático, descobrimos a aparente razão para tal contradição: o problema é que grande parte de nossa produção é para exportação. Tal idéia é confirmada com a imagem de um latifúndio. A relação é bem simples: grandes propriedades rurais pressupõem produção para exportação. Verificamos nas imagens que seguem, repare na figura de maior destaque entre as três fotografias

---

<sup>67</sup> PILETTI e PILETTI, 2000, p. 132



Fig. 17: *História e Vida*<sup>68</sup>  
 (Imagem referente ao tópico intitulado *Na agricultura, a prioridade é a exportação*)

Na oposição binária entre o campo atrasado - e, por isso, faminto associado ao trabalhador chamado de bóia-fria - e o campo desenvolvido e, por isso, com abundância, associado ao latifúndio, percebemos o agenciamento de forças de um discurso neoliberal que tenta capturar as identidades do campo de modo a torná-las produtivas seguindo padrões de trabalho para exportação da produção, o que efetivamente não transformaria o País em uma nação bem alimentada e, sim, no máximo, integrada a blocos comerciais de maior *status* no conjunto de países capitalistas.

Mais uma vez, agora em Macedo (1996), a fome reaparece colocada a identidades sem-terra, como se pode verificar a seguir

<sup>68</sup> PILETTI e PILETTI, 2000, p. 133



Fig. 18: *Brasil: Uma História em Construção*<sup>69</sup>.  
(Ilustração referente ao surgimento do trabalho assalariado no campo)

A representação da hora da refeição dos trabalhadores do campo é recorrente também. Parece que além do trabalho, é a única outra coisa que fazem. Resolver o problema da alimentação desses sujeitos bastaria para normalizar suas condutas.

Essa idéia é reforçada pela fala de uma integrante do MST no Mato Grosso. O registro que se segue é de um texto intitulado *Fala sem-terra: “gente honesta é uma raridade”*, anexado por Macedo (1996) na sessão “Construindo o conhecimento”, e na qual o leitor é convidado a interpretar alguns documentos históricos. Após narrar sua história de lutas para manter sua posse da terra, a personagem principal do texto diz que perdeu seu pedaço de chão para o patrão de quem havia recentemente arrendado terras. Sobre a exploração desse patrão, ela afirma: “meu marido sempre foi uma fera para trabalhar. Com tudo isso, nunca tivemos nada além de comida. Com quem ficavam os ganhos? Por isso eu falo: se rico é rico é porque rouba. Gente honesta é uma raridade” (p. 125).

Além da fome, os sem-terra costumam ser narrados nas publicações escolares com os pés descalços, outro sinal de extrema miserabilidade. Em Montellato (2000) vemos, para ilustrar as lutas pela reforma agrária em Roma, uma representação bastante comum dos sem-terra

<sup>69</sup> MACEDO, 1996, p. 120

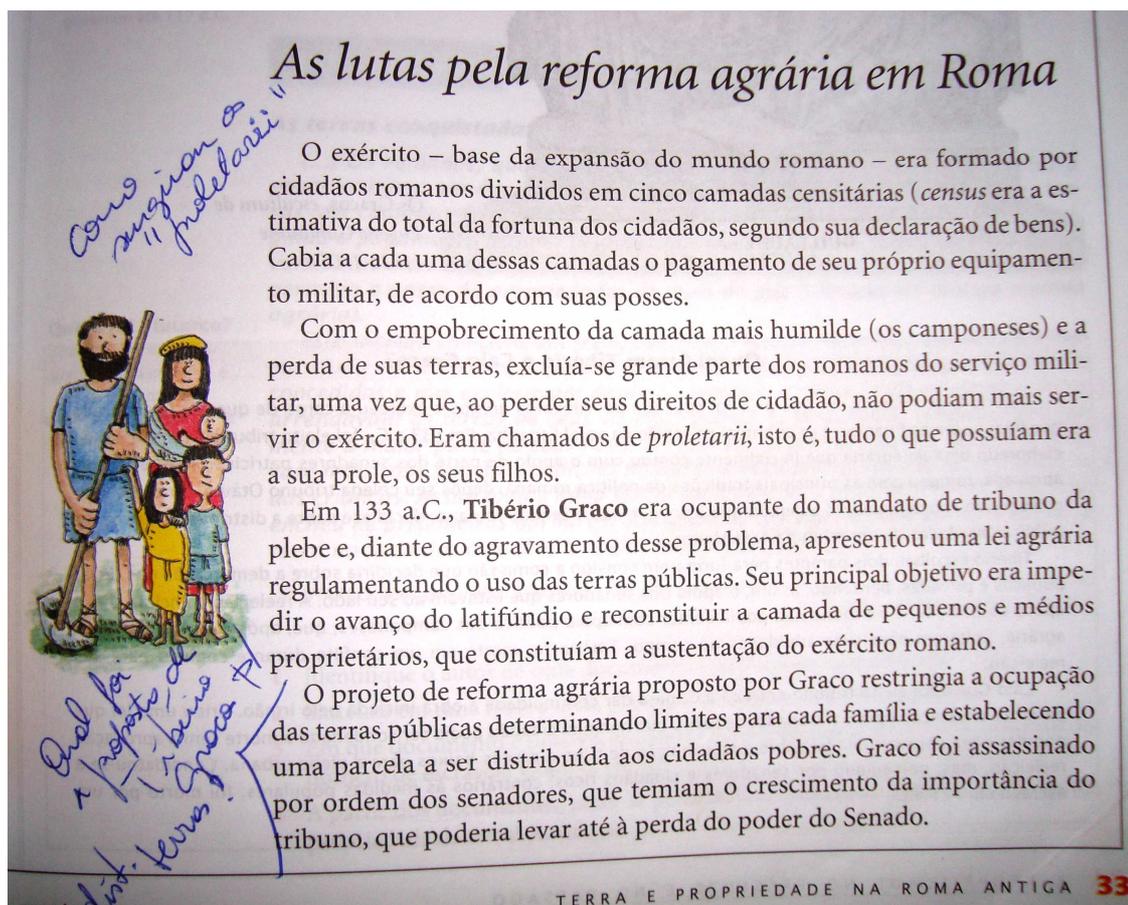


Fig. 19: *História Temática: Terra e Propriedade*<sup>70</sup>.

(Os pés descalços e os instrumentos de trabalho são marcações bem comuns nas representações dos pobres do campo).

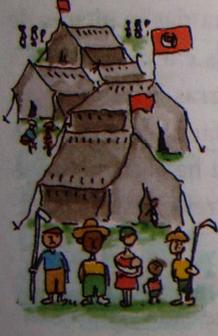
No mesmo livro, a representação da família pobre de pés descalços aparece como a-histórica. Só mudam a roupa, mas a condição seria a mesma na Roma Antiga, na Idade Média e no Brasil atual. É certo que o livro segue a orientação teórica da História Temática, o que geraria muita discussão no campo da historiografia sobre a possibilidade de se fazer uma história temática honesta, mas o que me importa, aqui, é a permanência da miséria marcada pelos pés descalços como fator que acompanha a existência humana desde sempre.

Penso que se possa entender essas representações como evidências da normalização da pobreza. Afinal, como ensina Veiga-Neto (2001)

a norma, ao mesmo tempo que permite tirar, da exterioridade selvagem, os perigosos, os desconhecidos, os bizarros – capturando-os e tornando-os inteligíveis, familiares, acessíveis, controláveis – ela permite enquadrá-los a uma distancia segura a ponto que eles não se incorporem ao mesmo. Isso significa dizer que, ao fazer de um desconhecido um conhecido anormal, a norma faz desse anormal mais um caso seu (p.115).

<sup>70</sup> MONTELLATO, CABRINI e CATELLI, 2000, p.33.

Outro marcador importante que desejo apresentar está contido no mesmo livro de Montellato (2000). Na seção de pesquisa, há indicação de trabalho com conflitos por terra que tenham ocorrido no Brasil e que foram noticiados pela mídia. Vemos, então, a ilustração de uma família em defesa de suas barracas, em um assentamento



**VAMOS PESQUISAR**

Procure informações sobre conflitos que têm ocorrido em decorrência da má distribuição de terras agrícolas no Brasil. Releia o texto “Terra em chamas” na seção **Lendo sobre o tema** e sua resposta para a questão 4. Pesquise em fontes à sua disposição (revistas, livros, jornais ou na Internet) os conflitos já citados ou outros. Levante as seguintes informações:

- onde ocorreram;
- quando ocorreram;
- quem eram os envolvidos;
- quais os motivos;
- como terminaram.

Procure ler mais de uma fonte sobre o assunto. Compare as versões e verifique se há diferenças entre elas.

**20** A PROPRIEDADE NO PRESENTE E NO PASSADO

Fig. 20: *História Temática: Terra e Propriedade*<sup>71</sup>.

(Ilustração referente a temática de pesquisa proposta aos leitores: os conflitos decorrentes da má distribuição de terras em nosso país).

Em Campos (2002), outra imagem de acampamento, desta vez uma fotografia que merece ser analisada considerando-se o conjunto das imagens em que está inserida. A representação remete à pobreza, à ausência de condições dignas de cultivo da terra. O MST está à beira do caminho, numa estreita faixa de terra. De maneira contrastante, o gado aparece numa imagem surpreendente. Ocupa uma vasta porção do território supostamente cultivável do País. O que parece claro é o fato de não faltar terra no Brasil. A ausência de políticas mais honestas de distribuição das mesmas é que acarreta a pobreza. Assim, segue a figura a que tenho feito referência até aqui

<sup>71</sup> MONTELLATO, CABRINI e CATELLI, 2000, p.20.

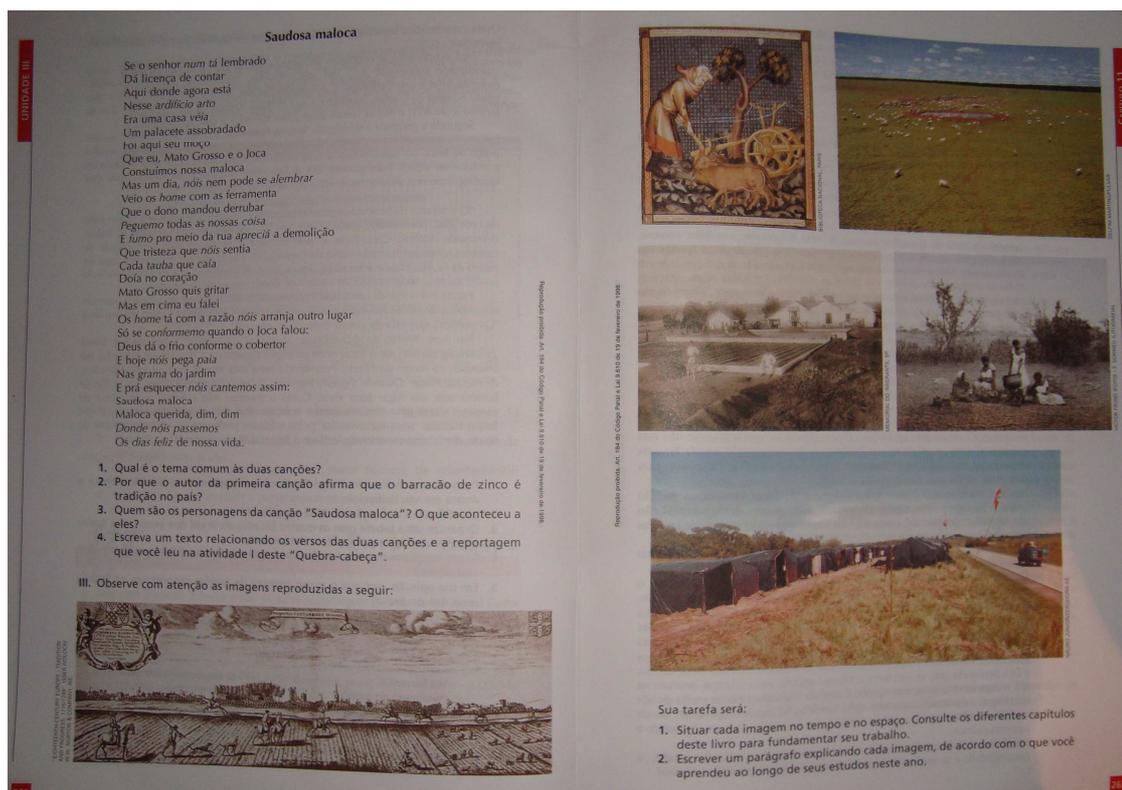


Fig. 21 *O Jogo da História*<sup>72</sup>.

(Imagem relativa à utilização da terra no planeta pelos seres humanos ao longo dos tempos)

E, finalmente, em Piletti (2000) temos a utilização da expressão “acampamentos à beira da estrada” e “enfrentamentos”, ambas destacadas no texto que acompanha as ilustrações, como se pode ver a seguir

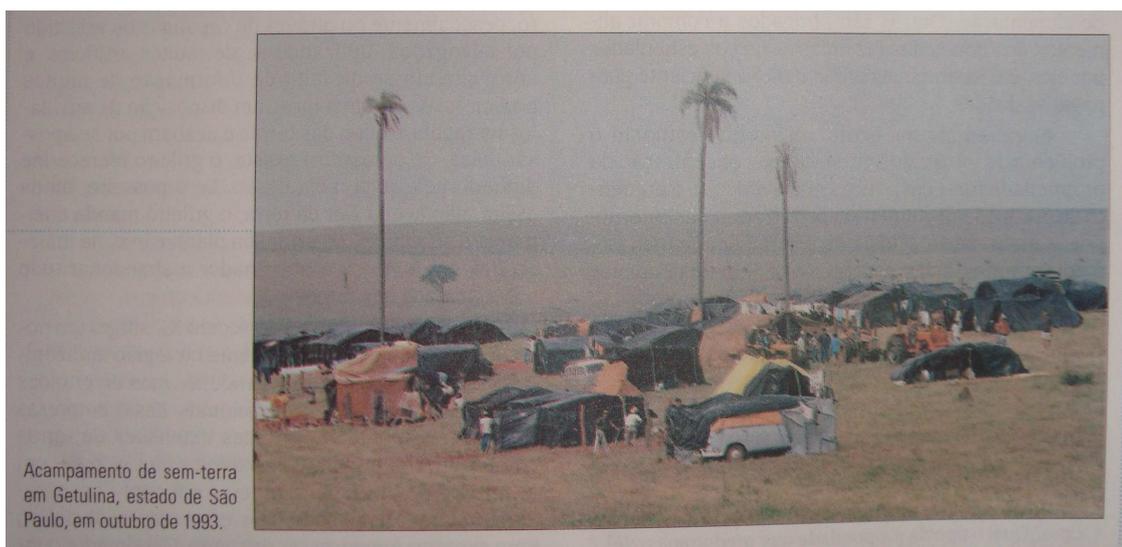


Fig. 22. *História e Vida*<sup>73</sup>.

(Única ilustração dos tipos de ações do MST que aparece no subtítulo *Luta pela terra*)

<sup>72</sup> CAMPOS, 2002, p.262 e 263

<sup>73</sup> PILETTI e PILETTI, 2000, p.136

Nos três exemplos temos a lona preta marcando a estética dos acampamentos dos sem-terra, o que indicaria a provisoriidade dos abrigos e a ausência de uma estrutura organizada, pelo menos no que diz respeito à divisão espacial dos assentamentos.

Agora o mais importante: nesse último caso, o autor estabelece uma relação binária de oposição entre esse modelo aparentemente arcaico de ocupação da terra pelos produtores rurais e a industrialização que o país vem alcançando nos últimos anos. A marcação do contraste não é explícita no texto, mas está muito evidente na análise das imagens. Um estudante de ensino fundamental que talvez não aprecie muito o hábito da leitura e que passa os olhos sobre o livro, pode ter a impressão de que, de fato, a identidade sem-terra está fora da ordem do mundo atual. A imagem de um país industrializado é contrastante com aquela de um acampamento na zona rural, repare:

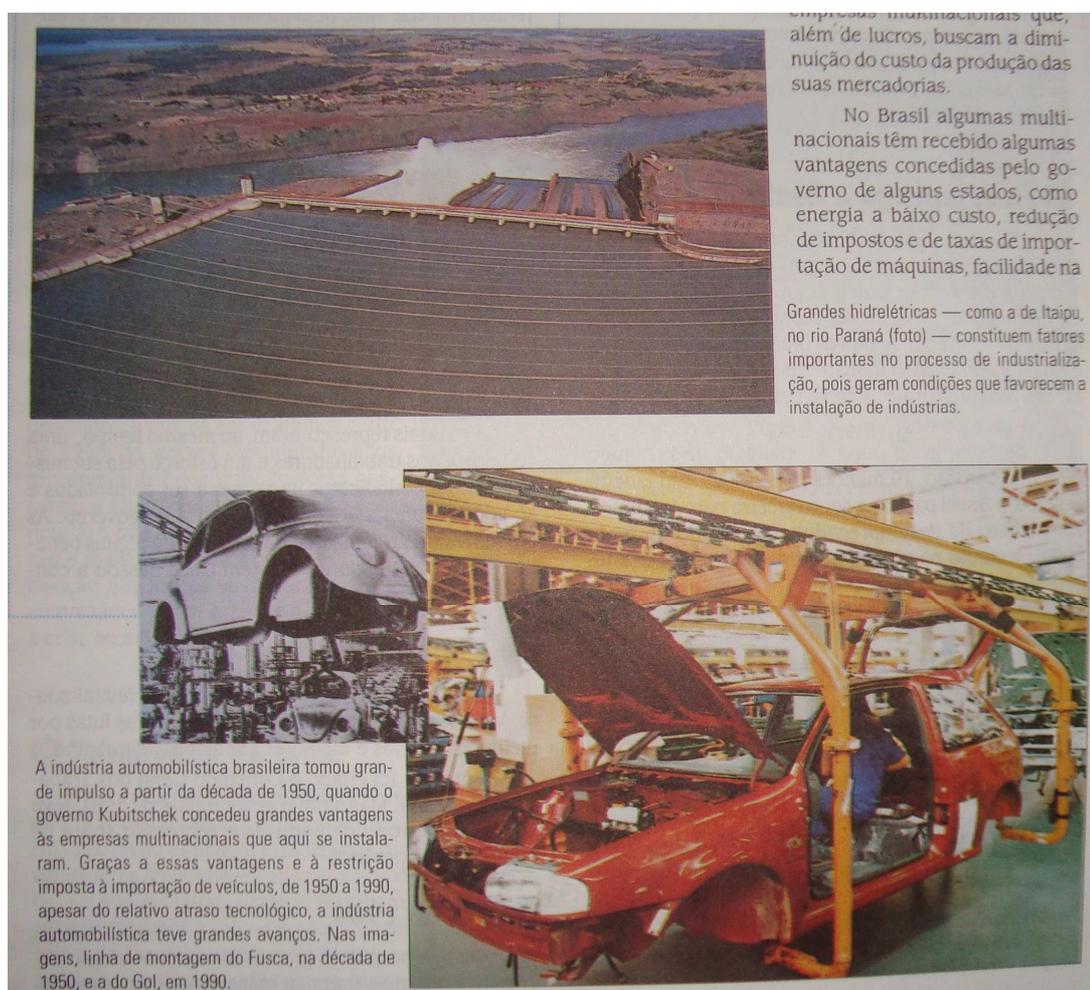


Fig. 23 *História e Vida* <sup>74</sup>.

(Ilustração referente à utilização do capital estrangeiro que vem sendo investido no Brasil na construção de importantes indústrias)

<sup>74</sup> PILETTI e PILETTI, 2000, p.137

Por fim, a última marcação mais regularmente atribuída à identidade sem-terra, o nomadismo. A marcha dos sem-terra é entendida por muitos autores dos livros analisados como a representação mais significativa desse movimento, aparecendo muitas vezes nas aberturas de capítulos em imagens que ocupam a quase totalidade da página.

Em Teixeira (2005), temos uma imagem desse tipo na abertura do capítulo intitulado “República”. Como vemos a seguir, um grupo de pessoas pobres, negras, crianças descalças que transitam pelos novos caminhos da política brasileira. Não estão identificadas como sem-terra. Mas é inegável que parecem não ter um lugar para viver por isso migram para algum outro não-lugar.



Fig. 24 *Brasil: História e Sociedade*<sup>75</sup>.  
(Imagem central de abertura do capítulo “República”)

A imagem ocupa grande parte da página que apresenta ainda um texto de introdução ao tema da unidade IV. O que chama a atenção é o último capítulo dessa unidade, intitulado “500 anos depois” e no qual o autor propõe discutir as esperanças e frustrações da história brasileira. A abertura de tal capítulo não apresenta nenhuma figura de ilustração, mas a questão proposta convida o leitor a pensar: “O Brasil vai dar certo?” (p.319).

---

<sup>75</sup> TEIXEIRA, 2005, p. 237

Pode-se observar ainda que a imagem em questão é a representação dos sentimentos que marcavam a época: esperança e frustração. Ao caminharem sem olhar para trás, parecem querer esquecer o passado de exclusão a que estiveram submetidos seus antepassados, mas essas são marcas que os acompanham. O caminho para construção de um país mais justo, igual e próspero é longo. Repare que, na figura, o caminho não tem início nem se avista o final dele. Apenas temos a realidade do caminho. Ele é o imperativo. O personagem central.

Na mesma linha, mas com especificidades que merecem nossa atenção, temos em Macedo (1996) outra representação bem comum que é a da caminhada do MST. Esta é uma das mais fortes e que expõe com mais propriedade a ambivalência desse movimento em uma sociedade pós-moderna. Estão sempre em movimento, mas parecem não chegar a lugar algum. Na pressa dos cidadãos da cidade, os sem-terra podem ser considerados obstáculos à mobilidade urbana, trancando passagens em vias públicas. São seres anacrônicos que ainda buscam fixar-se a um território, em tempos de fascínio pela mobilidade e extraterritorialidade. Observe a figura a seguir:



Fig. 25: *Brasil: Uma História em Construção*<sup>76</sup>.  
(Imagem de abertura do capítulo intitulado “Cercando o Mundo”)

<sup>76</sup> MACEDO, 1996, p. 114.

Ainda nesse livro do mesmo autor, outra marcha podemos ver

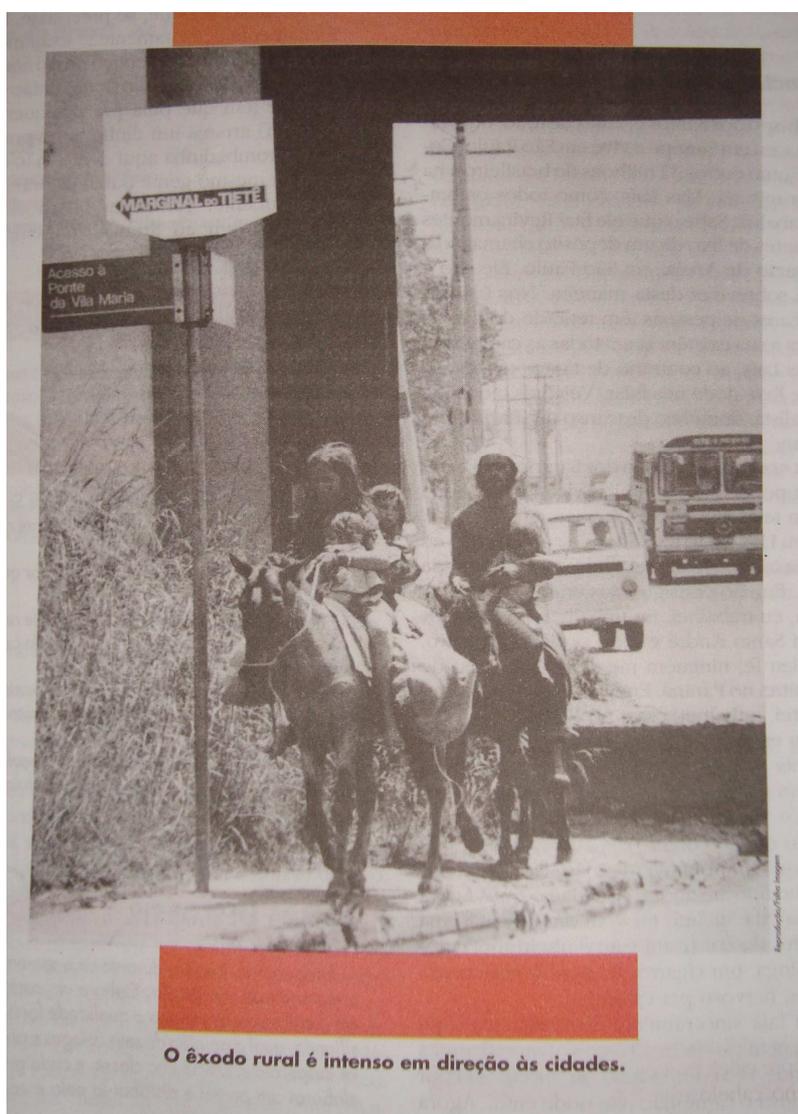


Fig. 26: *Brasil: Uma História em Construção*<sup>77</sup>  
(Abertura do capítulo que trata do êxodo rural)

Novamente a representação marcando diferenças pelo binarismo. Repare no atraso dos sujeitos que vêm do campo em relação ao trânsito de veículos na cidade. A morosidade do primeiro – os cavalos é que fazem o transporte – versus a mobilidade do outro – carros e veículos coletivos que transportam as pessoas. Com isso vemos reforçada a idéia de Bauman (1999) que afirma “ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social” (p.8), de modo que se o mundo pós-moderno é marcado pela fluidez e instantaneidade, os que não conseguem manter essa velocidade de adaptação às constantes e eternas mudanças precisam se mover a fim de conquistar tal mobilidade ou correm o risco de ser eliminados.

<sup>77</sup> MACEDO, 1996, p. 66

Ao marcar melhor essas diferenças de compreensão do tempo-espaço entre os habitantes do Primeiro Mundo e os do Segundo Mundo, o sociólogo insiste na questão da mobilidade. No caso da citação que segue, o autor faz referência direta à questão dos imigrantes ilegais que tentam a sorte na Europa ou Estados Unidos da América. De qualquer maneira, penso que por se tratarem todos – sem-terras, imigrantes, miseráveis urbanos – de refugio da globalização, podemos tomá-la como medida para entendermos por que os pobres do campo são representados com tanta frequência como imóveis numa situação de perigo social. Vejamos o que Bauman (1999) tem a nos dizer

Os primeiros viajam à vontade. Divertem-se bastante viajando (particularmente vão de primeira classe ou em avião particular), são adultos e seduzidos a viajar, sendo sempre recebidos com sorrisos e de braços abertos. Os segundos viajam às escondidas, muitas vezes ilegalmente, às vezes pagando por uma terceira classe superlotada num fedorento navio sem condições de navegar mais do que outros pagam pelos luxos de uma classe executiva – e ainda por cima são olhados com desaprovação, quando não são presos ou deportados (p.97 e 98).

De fato, os livros didáticos e demais artefatos culturais que analisei me remeteram a essa representação da marcha como imperativo da identidade sem-terra, mas, é preciso estar alerta, a mobilidade aqui é uma armadilha que fixa o sem-terra na posição de andarilhos. Não se trata de uma opção. Estão sempre em movimento e por isso são identificados como um sem-terra. Se optarem por se fixar em algum lugar, logo chamarão a atenção das autoridades e da sociedade, ativando novas linhas de força do dispositivo de racionalização da pobreza a fim de conferir certa lógica a existência desses sujeitos.

### **5.3 São alimentados por uma promessa de salvação e acariciam o desejo de possuir a “Terra Prometida”**

Já fiz referência ao fato de que a expressão sem-terra, utilizada pelo movimento para se autodenominar, carrega consigo a marca da utopia. Nesse sentido, os discursos religiosos se aproximam muito daquilo que os sem-terra experimentam em seu cotidiano. O fato é que enquanto alguns enunciados procuravam fixar essa identidade messiânica, portanto, de martírio e esperança ao sem-terra, outra linha de força parece dispor-se a narrar os sem-terra como “tudo aquilo que não queremos ou desejamos” para nós mesmos, afinal, uma das mais importantes lições que aprendi até aqui com os livros didáticos de história é que o fim dos sem-terra e daqueles que se envolvem com tais sujeitos é sempre trágico.

As representações de morte, prejuízo moral ou econômico, associadas com frequência a eles, pode ser entendida como uma advertência: atenção ao que acontece com quem é como eles.

Vamos primeiro ao caráter religioso do movimento. Em Carmo e Couto (1994), temos nos tópicos que abordam a História do Brasil temos um deslocamento da discussão acerca da origem própria do latifúndio. Neste livro a análise relaciona o problema da má distribuição da terra ao viés da questão religiosa. Nesse caso, a relação entre os pobres do campo e as lideranças da igreja, dá-se pela inconformidade com a miséria a que estão submetidos na passagem do Império para República. Na medida em que a Igreja parece zelar por tais sujeitos, é atravessada por novos personagens: os bandidos sociais conhecidos como cangaceiros, que, enfrentando a mesma situação de injustiça, parecem preferir o crime e a violência como meio de chamar a atenção pública para a miséria dos nordestinos e dar um fim a situação de fome na região.

Assim, as autoras, descrevem em um *box* colorido (que segundo a publicação é um recurso criado a fim de completar as informações apresentadas no corpo maior do texto) esses bandidos sociais

além de beatos e santos milagreiros, outra forma de inconformismo entre os sertanejos nordestinos, que existiu desde a segunda metade do século XIX, foi o cangaço, isto é, bandos armados, comandados por um chefe, que invadiam e pilhavam as pequenas cidades. Nas épocas de secas, esses bandos se multiplicavam atraindo os trabalhadores rurais, homens e mulheres, condenados à miséria que se alastrava pelos sertões ( p. 63).

Preciso recorrer a Bauman (2000) para pensar essa diferença assinalada entre pobres do campo cuidados pela Igreja e pobres do campo sem a sagrada autorização, por serem criminosos. O autor explica que a marginalidade ou criminalidade é um problema muito grande e urgente em nossa sociedade. Quanto maior for o destaque a esse grupo de pobres que se tornam bandidos, mais a sociedade está descansando de sua responsabilidade com os pobres, afinal, “la anormalidad del fenómeno de la marginalidad normaliza el problema de la pobreza” (p.111).

Mas não nos enganemos. O dispositivo está em funcionamento. Seguir a Igreja não é garantia as pobres do campo de que obterão a salvação. Não no que diz respeito a esse mundo, pelo menos. Como vemos em Montellato (2000), a morte é o fim trágico mesmo daqueles que estão do lado de dentro do sistema. O que chama a atenção é a história que é contada por meio de ilustrações dispersas ao longo dos textos que compõem o capítulo dedicado à análise dos movimentos messiânicos, diretamente relacionados à questão na terra no Brasil.

As imagens foram recortadas por mim e dispostas na ordem que aparecem na publicação. Dispersas, podem significar pouco, mas quando dispostas lado a lado, tomam novo sentido.



Fig. 27 . 198 a



Fig. 28. p. 198 b



Fig. 29. p. 199



Fig 30. p. 202 a

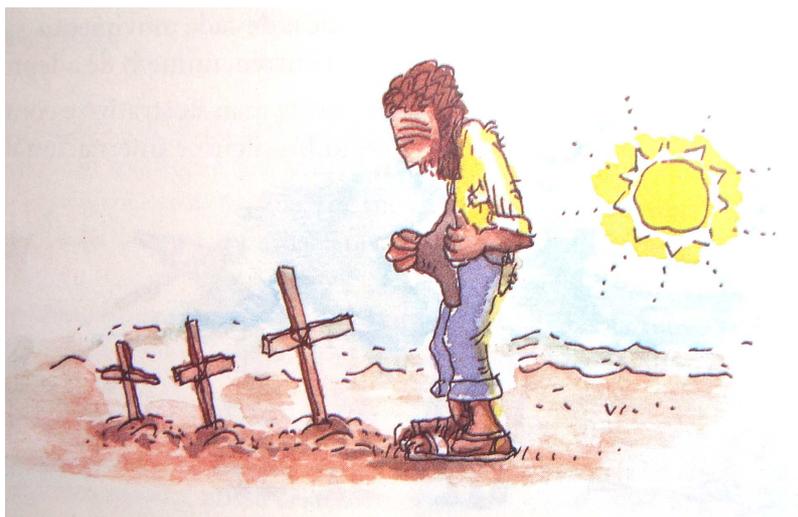


Fig. 31 p. 202 b

(Imagens obtidas em MONTELLATO, 2000).

Em Azevedo (1988), mais detalhes acerca da relação entre a Igreja e os sem-terra aparece em um texto anexo nesta seção dedicada à reforma agrária, o qual vemos reproduzido a seguir. Ele destaca os pedidos dos sem-terra ao papa. A expectativa depositada se assemelha àquela que os fiéis depositam em Deus. Talvez por isso, palavras de ordem que remetem a Terra Prometida estejam circulando entre os sem-terra.

**Os sem-terra escrevem ao papa**

"Santo Padre, queremos lhe apresentar um pouco do nosso sofrimento e nosso esforço para conseguir uma vida melhor em nosso enorme país, de tantas e tão férteis terras.

Somos 10 milhões e 800 mil famílias de lavradores sem terra enquanto há em nosso país 228 milhões de hectares de terras classificadas como latifúndios, que, pela lei do nosso país, o Estatuto da Terra, deveriam ser desapropriados e distribuídos em programas de reforma agrária. Isto não está sendo feito.

Assim nossa situação piora a cada dia, aumentando a fome, o êxodo para a cidade, o desemprego, os suicídios, o analfabetismo, as doenças, com sérias conseqüências principalmente para a vida de família.

Nós hoje formamos um movimento de trabalhadores rurais cujo objetivo é sensibilizar as autoridades de nosso país para a implantação da reforma agrária.

Nessa luta estamos usando os meios democráticos específicos para exigirmos nosso legítimo direito: a terra para cultivar e sustentar nossas famílias e garantir um futuro digno para nossos filhos.

Apesar disso, temos sofrido perseguições, calúnias e injúrias. Nossos líderes são assassinados. Muitos companheiros morreram pelo simples motivo de não quererem abandonar terras que lhes pertencem e que são cobiçadas por grandes latifundiários, empresas rurais ou negociadores de terras: só em 1985 e 1986, 184 camponeses, 13 líderes sindicais, 17 índios e 5 religiosos foram assassinados por causa de conflitos pela posse da terra." (*Trechos da carta dos acampados da Fazenda Annoni-RS ao papa João Paulo II*)

Fig. 32: *A história de um povo*<sup>78</sup>

(A violência aparece aqui, mas está em evidência por ser cometida contra o MST).

Em Aquino (1983) vemos mais um detalhe interessante nessa relação entre a Igreja e os movimentos sociais quando ela é convocada a participar da discussão acerca das causas do nosso subdesenvolvimento. Então temos "a Igreja apontou para a necessidade de maior participação política do povo e de radicais modificações nas estruturas políticas, econômicas e sociais, modificações que permitam uma organização da sociedade baseada na justiça social" (p. 350). Ora, os líderes católicos pareciam unânimes na condenação de técnicas para o controle da natalidade. Se o planejamento familiar era apresentado como um dos meios mais eficazes para a diminuição das desigualdades sociais, era necessário à Igreja encontrar outra saída para o problema. E a solução encontrada, mediante a opinião pública, foi o apoio aos

<sup>78</sup> AZEVEDO e DARÓS, 1988, p.173.

movimentos envolvidos em reformas radicais que visassem acabar com a fome no país. Entre apoiar o aborto ou a reforma agrária, parece que a Igreja preferiu naquele momento histórico, optar pela redistribuição das terras aos famintos.

Ainda nessa linha, preciso acrescentar a representação de mártir que é atribuída ao sem-terra, como se pode perceber no livro Macedo (1996). No capítulo dedicado à luta pela terra mais especificamente, chama a atenção o fato de que, ainda no começo da década de 1990, os sem-terra eram narrados como heróis nacionais injustiçados que motivam outros a desafiarem a morte por uma causa: o direito a terra.



Fig. 35: *Brasil: Uma História em Construção*<sup>79</sup>.  
(Imagem relacionada a participação da Igreja na luta pela terra a partir de 1970 )

Poderíamos apressadamente supor que o martírio e a morte são representações que conferem o status da imortalidade aos sem-terra, perpetuando a memória destes “santos” que deram sua vida por uma causa comum da redistribuição da terra. Mas, precisamos estar atentos para o que Bauman (1998) afirma a este respeito

Se a modernidade se esforçou para desconstruir a morte, em nossa época pós-moderna é a vez de a imortalidade ser desconstruída. Mas o efeito global é a obliteração da oposição entre morte e imortalidade, entre o transitório e o duradouro. A imortalidade não é mais a transcendência da mortalidade. É tão instável e extinguível quanto a própria vida, tão irreal quanto se tornou a morte transformada no ato do desaparecimento: ambos são perceptíveis à interminável ressurreição, mas nenhuma à fidelidade (p.203)

<sup>79</sup> MACEDO, 1996, p. 141.

Então, de alguma forma, posso entender que mesmo quando são narrados como heróis ou mártires, os sem-terra estão sob o alvo do dispositivo da racionalização da pobreza. O esquecimento roda os limites da imortalidade, deixando-os vulneráveis a marcação de uma representação que os definem com refugio mesmo de uma sociedade de consumo.

#### 5.4 São mesmo muitos os olhares lançados sobre esses sujeitos.

Em compasso com o tempo em que estão sendo produzidos no interior da cultura, os livros didáticos do fim dos anos de 1990 e início do ano 2000, apontam para a multiplicidade de identidades que os sem-terra podem assumir em nossa sociedade. A liquidez pós-moderna que escapa à pretensa solidez dos modernos, como ensina Bauman (1998), está representada em Montellato (2000) quando observamos a imagem de uma multidão de sem-terra presos a sua situação de miséria e vigiados por apenas dois – mas poderosos por que armados – funcionários das elites latifundiárias, como vemos a seguir

**FAZENDO UMA SÍNTESE**

No capítulo anterior, você leu textos, pesquisou e debateu sobre o problema da distribuição de terras agricultáveis no Brasil. Investigou também os movimentos a favor da reforma agrária e os movimentos que procuram defender os proprietários de terra.

Vamos agora **entrevistar** algumas pessoas para obter novas informações sobre a reforma agrária. Após a divisão da sala em equipes, conforme indicações de seu professor, siga estas etapas:

- Cada grupo deverá entrevistar representantes de uma das entidades ligadas à questão fundiária no Brasil. Exemplos: sindicato, Igreja (Pastoral da Terra), partidos políticos, fazendeiros, etc.
- Levem um bloco de anotações e escrevam fielmente (se possível, gravem) as respostas de seus entrevistados.
- Se surgirem dúvidas ou curiosidades no decorrer das entrevistas, não deixem de investigá-las com seus entrevistados.
- Você e sua equipe poderão utilizar as questões abaixo, além de outras que acharem importantes:

- 1 • No que consiste a reforma agrária para o(a) senhor(a)?
- 2 • Qual a posição da instituição que o(a) senhor(a) representa em relação a esse assunto?
- 3 • Quando e por que se iniciou a preocupação com a reforma agrária na sua instituição?
- 4 • Desde quando se fala em reforma agrária no mundo? E no Brasil?
- 5 • Ela é necessária para o Brasil hoje? O(a) senhor(a) considera que ela já começou?
- 6 • Quais seriam suas conseqüências?
- 7 • O(a) senhor(a) acha que há alguma relação entre a concentração de terras no meio rural brasileiro e alguns problemas urbanos? Quais seriam? Por que isso ocorre?
- 8 • Sua instituição tem participado ativamente do processo de reforma agrária? De que forma?

Feitas as entrevistas, cada equipe elabora um **texto** curto (de 2 a 3 páginas), sintetizando os depoimentos. Em seguida, apresenta os dados de sua entrevista para a classe. Discutam a seguinte questão: Quais são as diferenças e as semelhanças entre os diversos depoimentos?

CAPÍTULO 2 TERRA E PROPRIEDADE NA ROMA ANTIGA 39

Fig. 34: *História Temática: Terra e Propriedade*<sup>80</sup>.

( Os sem-terra, sempre preocupados em derrubar cercas para invadir, aqui parecem estar presos por estas mesmas cercas).

<sup>80</sup> MONTELLATO, CABRINI e CATELLI, 2000, p.39.

A atividade de pesquisa proposta no livro parece desejar dar voz ao muitos interesses envolvidos na questão da terra, chamando para o debate os discursos de líderes sindicais, da igreja, de partidos políticos e de fazendeiros. Marca do nosso tempo, onde a polifonia permite que os significados não se restrinjam aos pólos de oposição (latifundiários e sem-terra).

Ainda em Montellato (2000) um exemplo que aponta para a ambivalência. Na primeira unidade, os autores apresentam a história dos conceitos “posse” e “propriedade”. No espaço destinado a análise de documentos históricos, temos a proposta de trabalho com um artigo da revista *Veja*, como se vê a seguir

LENDO SOBRE O TEMA

**VOCABULÁRIO**

**Agrário** – relativo à terra.

**Atear** – lançar, provocar.

**Conflagrado** – totalmente incendiado, agitado, convulsionado.

**Hectares** – medida de superfície; um hectare equivale a dez mil metros quadrados.

**Infima** – reduzida, bem pequena.

**Latifúndio** – grande propriedade de terra subutilizada, em geral pertencente a um só dono, que emprega mão-de-obra não-especializada e paga salários muito baixos.

### Terra em chamas

Com seu privilégio territorial, o Brasil jamais deveria ter o campo conflagrado. Existem 371 milhões de hectares prontos para a agricultura no país, uma área enorme, que equivale aos territórios de Argentina, França, Alemanha e Uruguai somados. Mas apenas 14% dessa terra, igual à Alemanha, tem algum tipo de plantação. Outros 48%, área quase igual à do México, destinam-se à criação de gado. O que sobra, uma África do Sul inteira, é o que os especialistas chamam de terra ociosa. Nela não se produz um litro de leite, uma saca de soja, um quilo de batata ou um cacho de uva. Por trás de tanta terra à toa esconde-se outro problema agrário brasileiro. Quase metade da terra cultivável está nas mãos de 1% dos fazendeiros, enquanto uma parcela infima, menos de 3%, pertence a 3,1 milhões de produtores ru-

rais. É como se a população da cidade de Resende, no interior do estado do Rio de Janeiro, fosse dona de três Franças, enquanto a população da Nova Zelândia tivesse apenas um estado de Santa Catarina.

“O problema agrário no país está na concentração de terra, uma das mais altas do mundo, e no latifúndio que nada produz”, afirma o professor José Vicente Tavares dos Santos, pró-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em comparação com os vizinhos latino-americanos, o Brasil é um campeão em concentração de terra. Não sai da liderança nem se comparado com países onde a questão é explosiva, como Índia ou Paquistão. Juntando tanta terra na mão de poucos e vastas extensões improdutivas, o Brasil montou o cenário próprio para atear fogo ao campo. É aí que nascem os conflitos, que nos últimos quinze anos, só em chacinhas, fizeram 115 mortos. Daí surge a massa de sem-terra, formada tanto por quem perdeu seu pedaço para plantar, como pela multidão de excluídos, desempregados ou biscoiteiros da periferia das grandes cidades, que são, de uma forma ou de outra, gente também ligada à questão da terra – porque perdeu a propriedade, porque não choveu, porque o pai vendeu a fazenda, porque ela foi inundada por uma represa.

VEJA (São Paulo), n.1704, 1996.



■ COMPREENDENDO O TEXTO

- 1 O texto trata de um problema bastante complexo da sociedade brasileira atual: a distribuição de terras agricultáveis no país. Retire trechos em que fique clara a noção de propriedade.
- 2 Qual o significado da expressão “concentração de terra”?
- 3 O texto aborda a incoerência entre quem detém a propriedade de grandes glebas de terra e o efetivo cultivo dessas áreas. Quais problemas você acha que derivam desse desequilíbrio?
- 4 O texto faz referência a conflitos e chacinhas ocorridos nos últimos anos pela má distribuição de terras no país. Você conhece algum caso? Faça uma síntese do que já ouviu falar sobre isso ou soube por meio do rádio ou da televisão.
- 5 A que conclusões se pode chegar sobre a questão da terra no Brasil a partir do texto?

CAPÍTULO 1
POSSE E PROPRIEDADE 13

Fig. 35: *História Temática: Terra e Propriedade*<sup>81</sup>.

(Merece atenção a ilustração que acompanha o texto, onde vemos uma inversão da lógica da invasão e ocupação. No caso, os sem-terra é que estão presos)

<sup>81</sup> MONTELLATO, CABRINI e CATELLI, 2000, p.13.

Os sem-terra que geralmente eram narrados como invasores com muita intensidade na década de 90, agora aparecem “aprisionados” na situação de privação e miséria em que se encontram sem ter armas suficientes para lutar contra isso e mudar de vida. A placa com a identificação do bem que se está protegendo – a propriedade privada – chama a atenção do leitor e divide a imagem em duas porções: o pequeno espaço sem produção a que estão limitados os sem-terra e o espaço destinado à produção e, por conseguinte, ao progresso representado pelo avião utilizado na prática do cultivo de grãos. Bauman (1999) explica melhor a representação da imobilidade associada aqui aos sem-terra e por que a entendo como uma contradição nesse caso. Ele afirma que

Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos que elas não controlam – chega dos sonhos e consolos comunitaristas dos intelectuais globalizados (p.8).

Ora, essa identificação dos sem-terra presos a terra evidencia a ambivalência a que suas identidades estão expostas na atualidade. Tudo aquilo que eles mais parecem desejar agora se mostra sem valor. Talvez novas configurações surjam no interior do dispositivo da racionalização da pobreza a fim de capturar essas novas representações dos sem-terra, talvez não. O que gostaria de destacar é o caráter contingente da multiplicidade de representações que os livros didáticos permitiram visualizar ao narrarem esses sujeitos para as crianças em idade escolar.

Nesta mesma linha de força do dispositivo, talvez um tanto fragilizado em sua produtividade no que diz respeito à marcação de um lugar no tempo e no espaço para os sem-terra que parecem escapar aos binarismos comuns a que a Modernidade costumava os aprisionar, o livro de Rodrigue (2000) evidencia uma vontade de saber e de poder que incidem sobre esses sujeitos, diferentes enunciados provenientes de diferentes lugares de saber, mas que se intitulam habilitados para dizer “a verdade” sobre os sem-terra.

Ao fazer referência direta aos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra relaciona a legitimação do golpe está à polêmica em torno da reforma agrária, proposta pelo então presidente João Goulart. Ao final do capítulo em questão, intitulado *Como a Guerra Fria se refletiu no Brasil?* vê-se a proposta de trabalho em grupo a ser realizado em aula. Trata-se de um exercício de leitura e análise comparativa de documentos. No texto intitulado *O pobre na visão do poeta*, temos a citação de trechos da obra *Morte e Vida Severina*, de João

Cabral de Melo Neto. No texto seguinte, *O pobre na visão de um compositor satírico*, a música Dona Maria Tereza de Juca Chaves. No próximo, *Uma visão sobre a reforma agrária*, o que temos é um trecho do Manifesto da União Operária do Brasil, publicado na década de 1960. Ainda temos o texto chamado *A reforma agrária na visão dos proprietários*, uma publicação da Associação Rural de Marília. O texto intitulado *A reforma agrária para João Goulart*, traz o famoso discurso do presidente em 13 de março de 1964. E, finalmente, o texto F, intitulado *A reforma agrária para o líder das ligas Camponesas*, onde temos uma entrevista de Francisco Julião.

Tudo isso aponta para aqueles que nossa cultura considera serem os agentes credenciados a falar a verdade sobre o problema da terra no Brasil. Nesse caso, o número de discursos que atravessam a questão é muito maior que aqueles apresentados em outras publicações. A multiplicidade de vozes é produtiva e assinala os tempos ambivalentes e da cultura em que tal livro didático está sendo produzido.

**5.5 Uma coisa é certa: enquanto o lugar dos sem-terra estiver no da pobreza, a morte será seu fim.**

O último fio dessa trama discursiva que procura dar racionalidades à pobreza e que estou entendendo como um dispositivo aponta para a estratégia verificada nos artefatos culturais analisados nessa investigação. Trata-se da recorrente marcação de um lugar para os sem-terra junto à pobreza na espacialidade que dispõe os conteúdos de verdade nos livros didáticos. O fato é que tal classificação não ocorre na neutralidade. Está submetida a jogos de poder onde prevalece a fixação de uma identidade anormal para esses sujeitos sem-terra. Alguns deles escapam dessa marcação quando ascendem ao mundo do consumo ao se apossarem de uma terra e iniciarem a produção em seus lotes. A todos os outros se anuncia um fim trágico, a morte. Quer seja como herói, quer seja como criminoso.

Parece que a última lição que se tem ensinado às crianças e que preciso destacar, é a mais intensamente reproduzida no interior da cultura em nossa sociedade. Olhe para os sem-terra, veja seu fracasso e mantenha-se longe de uma conduta que se assemelhe a desses sujeitos.

Em Teixeira (2005) vemos um exemplo da forma como essa força opera no interior do dispositivo. Se considerarmos o entendimento da norma, como sugere François Edwald (1993) seguindo um referencial foucaultiano, entendemos que “aquilo que a norma torna visível são sempre desvios, diferenças, aquilo pelo qual nos distinguimos dos outros, ou até de nós mesmos” (p.111).

Nesse sentido, posso pensar o sujeito sem-terra como o estranho a ser normalizado, ou seja, a transformar-se em um próspero agricultor. A figura abaixo serve de complemento visual, e aparece junto a um conto de Monteiro Lobato, publicado em 1919. Ela e o conto em questão são documentos que compõem o material de análise proposta para os estudantes pelo autor do livro didático de um roteiro de trabalho interdisciplinar.

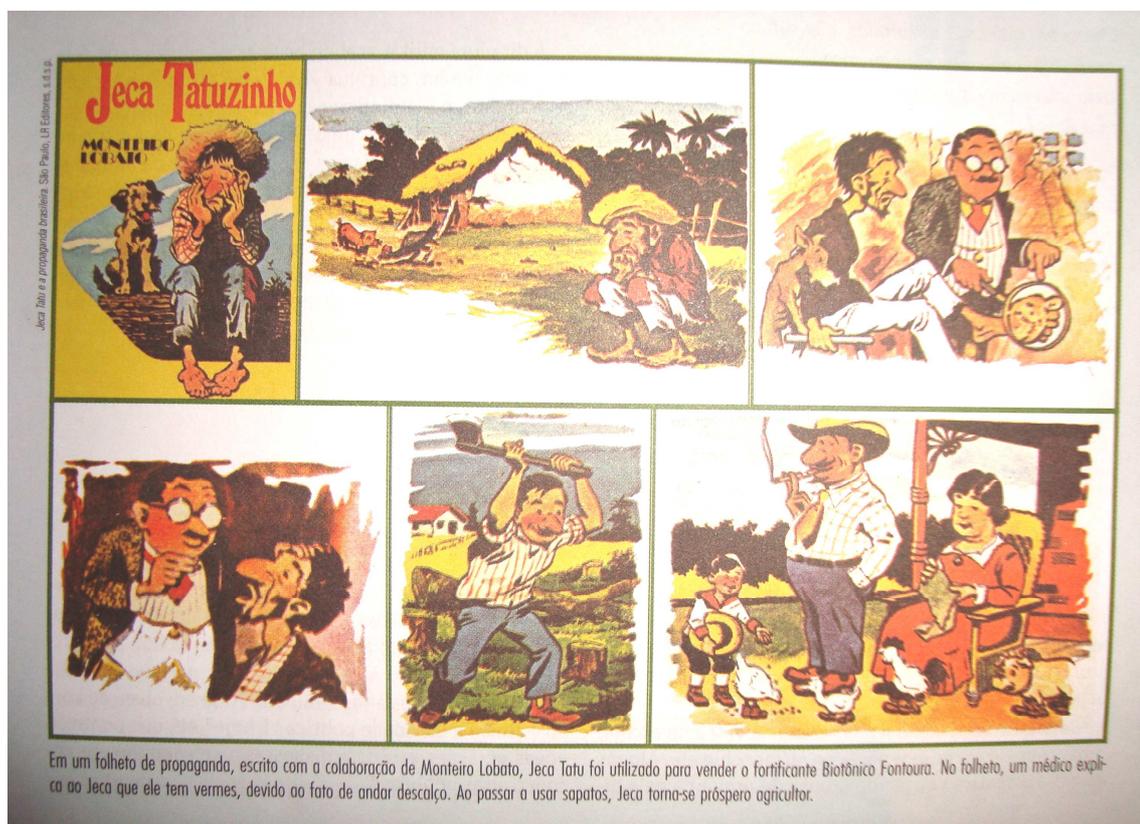


Fig. 36: *Brasil: História e Sociedade*<sup>82</sup>  
(Ilustração que acompanha o texto proposto para análise na seção “História e Literatura”  
do último capítulo do livro)

Acredito que seja possível visualizarmos nessa representação a idéia de normalização de um determinado sujeito do campo, em muito semelhante às recorrentes imagens dos livros acerca dos integrantes do MST com pés descalços, figura esquelética e passiva. O encaixe em padrões estabelecidos pela sociedade de consumo resolveria o problema. Ou seja, transformado-se em um novo sujeito, agora representado como bem sucedido proprietário, produtor ativo, trajado formalmente. Não mais um indivíduo solitário, mas, um chefe de família. A casa agora é bem estruturada incorporando objetos que não são encontrados no campo, mas inscritos na cultura urbana.

<sup>82</sup> TEIXEIRA, 2005, p. 333

O boticário faz o exame e dá a receita. Remedia a situação. Cura a pobreza. Todo esse processo é ativado na ilustração acima pela Ciência Médica e, portanto, atravessado por relações de poder.

Ao desenvolver o tema da política da saúde inaugurada na Modernidade, Foucault (2003) ressalta que no século XVIII operou-se “uma análise (...) com o objetivo, na melhor das hipóteses, de tornar a pobreza útil, fixando-a ao aparelho de produção; e, na pior, aliviar o mais possível seu peso para o resto da sociedade” (p. 196).

Na direção da racionalização da pobreza como fim último de um dispositivo que dispõe de enunciados que remetem ao discurso capitalista neoliberal, Campos (2000) apresenta um fragmento de texto intitulado de José Saramago e uma entrevista do presidente Fernando Henrique Cardoso à *Folha de São Paulo* nas últimas páginas da publicação escolar. É o fechamento do livro. A última atividade proposta ao leitor.

O que passo a reproduzir agora são trechos de tais documentos, ambos relacionados a questão da terra, a fim de mostrar como estavam em evidência discursos antagônicos acerca do MST e de que forma essas diferenças são reforçadas pela cultura através do livro escolar.

No texto de Saramago, intitulado *A Terra Prometida*, temos a narração de uma visita de Deus a Terra. Ele procura remediar os males do pecado e suas conseqüências mais desastrosas, dentre elas, a maldição do trabalho<sup>83</sup>. Percebendo Deus, em sua aproximação com os seres humanos, que o suor daqueles homens e mulheres não nascia do trabalho, mas sim da angústia de não ter emprego, o Criador resolve entrar em diálogo com os seres criados. O povo exige justiça; Deus lhes oferece caridade. O acordo entre a Humanidade e a Santidade não acontece.

Então, Saramago afirma sobre a despedida de Deus: “a penúltima imagem que ainda viu foi a de espingardas apontadas à multidão, o penúltimo som que ainda ouviu foi o dos disparos, mas na última imagem já havia corpos caídos sangrando, e o último som estava cheio de gritos e lágrimas” (p.361).

A representação aponta para a criminalização da pobreza. Os problemas sociais, que nem mesmo Deus resolveu, parecem solucionados com a utilização de armas por nós, seres humanos. É este mesmo o fim trágico a qual estariam destinados os pobres.

---

<sup>83</sup> O livro de Gênesis, primeiro do Antigo Testamento, relata que após a separação entre Deus a raça humana ocorrida em conseqüência do pecado, Deus teria declarado a Adão: “Visto que você deu ouvidos à sua mulher e comeu do fruto da árvore da qual eu lhe ordenara que não comesse, maldita é a terra por sua causa; com sofrimento você se alimentará dela todos os dias de sua vida. Ela lhe dará espinhos e ervas daninhas, e você terá que alimentar-se das plantas do campo. Com o suor do seu rosto você comerá o seu pão, até que volte à terra, visto que dela foi tirado; porque você é pó, e ao pó voltará”. (Gen. 3: 17-19 NVI *Bíblia Sagrada Nova Versão Internacional*)

No contraponto deste texto, que apela aos nossos sentimentos no que diz respeito à condição da humanidade, temos o texto jornalístico apresentado pelo autor do livro didático em questão. Em um trecho da entrevista concedida por um dos presidentes que mais enfrentou problemas com o MST, lemos a seguinte declaração presidencial acerca dos excluídos no Brasil

Quais são os grandes núcleos de excluídos? Agora se fala muito dos sem-terra. São excluídos históricos. Isso é verdadeiro. E você tem que levar isso em consideração. Eles não têm força do ponto de vista estrutural. Dificilmente eles serão os portadores...Não são classe universal, não existe mais isso. Mas isso não importa, não implica que você diga: 'Bom, então deixa que eles se arreentem'. Não, não pode. Se isso for feito, a própria dinâmica da sociedade fica prejudicada, é areia na máquina. Não é por bondade, é para que a máquina possa funcionar (p.362)

“Não é por bondade, é para que a máquina possa funcionar”. É possível perceber através desta expressão de FHC como era forte, na década de 90 a idéia de inutilidade dos excluídos e, por conseguinte, a urgente necessidade de integrá-los à norma ou descartá-los de vez. Assim, faz muito sentido aquilo que afirma Bauman (2008b) sobre a maneira como nossa sociedade entende a questão da pobreza e da exclusão social: “Reclassificados como baixas colaterais do consumismo, os pobres são agora, e pela primeira vez na história registrada, pura amolação e simplesmente um aborrecimento e uma amolação” ( p. 160). Uma amolação que precisa ser administrada, gerida no interior da lógica das sociedades de hoje, pautadas pelo consumo como marcador da cidadania.

A linha de força do dispositivo que insiste na eliminação dos sujeitos estranhos a ordem social pautada pelo consumo, gerencia a pobreza apontando o fim trágico daqueles que insistem em permanecer nessa condição e no pólo oposto, enaltece o sucesso alcançado por aqueles que foram normalizados, ingressando na ordem social estabelecida.

Seguindo a hipótese de que a lição maior que os livros nos ensinam sobre o sem-terra é a respeito de seu destino apresento a seguir algumas das representações que reforçam essa marcação para suas identidades.

No primeiro caso, Schimdt (2001) a imagem relacionada à questão da terra em que o MST figura, num complemento ao texto explicativo referente à Cabanagem (1834-1840), vemos a figura abaixo



Fig. 37: *Nova História Crítica*<sup>84</sup>  
(Sobre o fim trágico dos sem-terra)

No texto, lê-se que a revolução ocorrera por conta da exploração dos latifundiários sobre os cabanos. A região era marcada pela agitação, e também se faz referência à ação de bandos armados que faziam justiça com as próprias mãos, distribuindo bens roubados para os carentes e ainda o apoio da igreja que “benzia as armas dos rebeldes” (p. 147). Segue o texto na pág. 148: “Os pobres falavam em distribuir terras e acabar com a escravidão. E havia quem levantasse a possibilidade de arrancar o couro delicado dos brancos”. E, por fim, faz-se o registro da morte de um dos líderes cabanos: “Vicente Ferreira de Paula foi espancado e amarrado ao sol com uma camisa apertadíssima de couro...ela ia secando e encolhendo. Ele vomitava sangue. ‘Assim morreram os camponeses no Brasil’” (p148).

Em Campos (2002) reforça-se a idéia a que venho fazendo referência até aqui. Surge uma página dedicada ao Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, conforme a imagem a seguir:

<sup>84</sup> SCHIMDT, 2001, p.148

100 metros rasos 4

**Massacre**

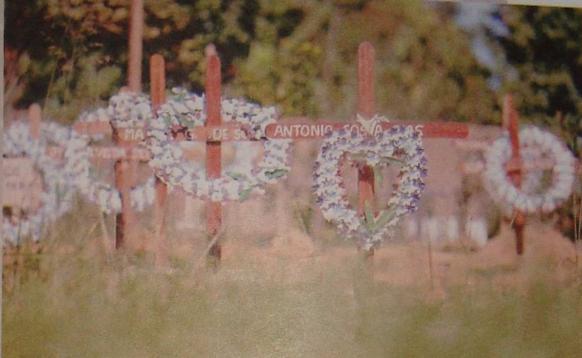
Massacre é a morte provocada, com crueldade, de grande número de pessoas.

Em 1972, nas Olimpíadas de Munique, um grupo de militantes da OLP (Organização pela Libertação da Palestina) promoveu um ataque terrorista à vila olímpica. Onze atletas de Israel, um policial e cinco terroristas foram mortos. Os jogos olímpicos não foram interrompidos, apesar da brutalidade do atentado e da irresponsabilidade da polícia alemã, que contribuiu para a morte dos israelenses.

Os massacres são sempre revoltantes. Mais ainda se realizados durante olimpíadas, que em tese são momentos de trégua entre os países. No Brasil, principalmente no mundo rural, atos de covardia e violência como esses são freqüentes.

Se somarmos os massacres às tribos indígenas, a destruição dos quilombos e as ações militares contra Canudos e Contestado, já temos condições de perceber que o Brasil, ao contrário do que se diz, não é um país pacífico.

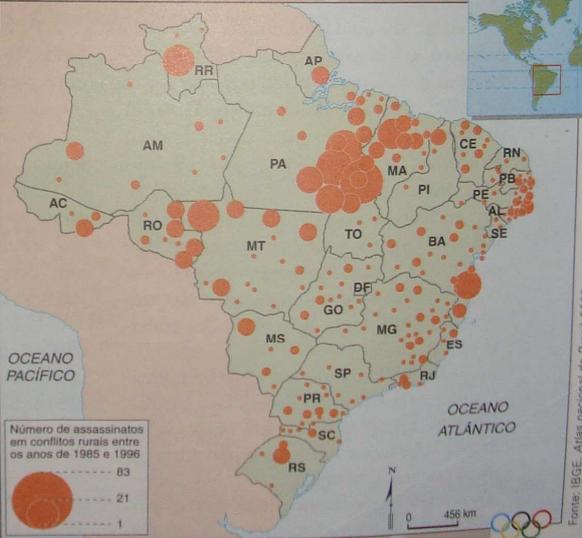
Alguns massacres ocorridos recentemente são exemplos da situação vivida no mundo rural brasileiro.



*Túmulos dos trabalhadores sem terra mortos no massacre de Eldorado do Carajás, 11/6/1996.*

JUCA VARELLA/FOLHA MASEM

**MORTES EM CONFLITOS NO CAMPO (1985-1996)**



Fonte: IBGE. Atlas nacional do Brasil, 2000, p. 146.

251

Fig. 38: *O Jogo da História*<sup>85</sup>.  
(Ilustração e gráfico acerca dos massacres ocorridos com integrantes de movimentos sociais como o MST)

Outra vez a vitimização em Piletti e Piletti (2000), onde se faz referência a um texto publicado no jornal *Folha de São Paulo* que se segue abaixo. O que interessa aqui é recorrência da representação de vítima atribuída ao MST ainda em publicações que datam de 1995, como esta matéria jornalística:

<sup>85</sup> CAMPOS, 2002, p. 251.



Fig. 39: *História e Vida*<sup>86</sup>.  
(Texto final do subtítulo *A Luta pela terra*)

E por fim, ainda nesta obra, na seção intitulada “Oficina da História”, espaço dedicado à análise de diferentes fontes históricas, os autores propõem a análise do quadro *Retirantes* de Candido Portinari (1944). Desta vez, ao contrário de outros livros que também utilizam essa dramática obra inspirada na obra de Graciliano Ramos, o livro apresenta uma contextualização da produção cultural, prescreve um roteiro de pesquisa sobre a vida e obra de Portinari e demais pintores que, segundo os autores, também são “artistas brasileiros que retratam nossa realidade” (p.141).

Ainda na área da arte, temos na seção “A história em debate”, temos a sugestão de trabalho com o poema *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto (1954). O fragmento a ser analisado pelos alunos é um dos trechos mais populares da obra: “Essa cova em que estás, com palmos medida, é a conta menor que tiraste com vida. É de bom tamanho nem largo, nem fundo, é a parte que te cabe deste latifúndio” (p.141).

A sugestão é que se interprete a situação dos trabalhadores rurais brasileiros com base na leitura dos versos de João Cabral. Os dois casos parecem exemplos de um dos mais freqüentes exercícios propostos nos livros didáticos de História: a comparação entre o passado e o presente. O risco está nos anacronismos que surgem dessa compreensão da História.

Outro exemplo desse tipo de enunciado, mas, com marcações mais específicas, que merecem a atenção, vemos em Carmo e Couto (1994) no capítulo intitulado *Um velho Brasil novo* que traz lado a lado sentimentos antagônicos: esperança e desilusão. Esperança “de que finalmente o Brasil encontraria o caminho da democracia, da justiça social e da prosperidade” (p.138) e desilusão com *impeachment* do presidente, escândalos do orçamento, violência miséria e fome.

<sup>86</sup> PILETTI e PILETTI, 2000, p. 136

Nenhuma referência direta ao sem-terra, mas as representações de um tempo marcado pela disputa entre dois modelos de governo nas eleições presidenciais de 1990: de um lado “Lula defendia uma proposta de reformas profundas da sociedade brasileira e era apoiado pelos setores da esquerda” e de outro “Collor apresentava-se como representante dos ‘descamisados’ e dos ‘pés-desclaços’” (p. 138).

No alto da página dedicada à explicação referente à disputa eleitoral que na década de 1990 agitou o país, vemos a seguinte imagem



Fig. 40: *História: Passado e Presente*<sup>87</sup>

(Ilustração referente ao antagonismo que marca a sociedade brasileira: comícios realizados por partidos de direita e de esquerda na disputa eleitoral de 1990)

As autoras concluem sobre o candidato vencedor: “acitava com a promessa de um Brasil novo e moderno, mas, na verdade, era o candidato das elites econômicas e políticas conservadoras para conter o avanço das forças populares, que ameaçavam seus privilégios” (p.138).

Outro episódio eleitoral da história brasileira é a deposição de João Goulart, político mencionado invariavelmente por conta do comício em que se posicionou a favor das Reformas de Base, entre elas a Reforma Agrária. Em Teixeira (2005), lemos no capítulo dedicado ao populismo e a transição para a ditadura militar, o discurso do presidente João Goulart. Merecem atenção as questões propostas como exercícios de interpretação. Elas direcionam o olhar do leitor.

<sup>87</sup> CARMO e COUTO, 1994, p. 139

## Textos & contextos

### Sexta-feira, 13

Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação (isto é, os setores contrários às reformas) ainda fosse dona da democracia, ou proprietária das praças e das ruas. Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações. (...) A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. (...)

Democracia, trabalhadores, é o que o meu Governo vem procurando realizar, como é do meu dever. Não só para interpretar os anseios populares, mas também para conquistá-los, pelo caminho do entendimento e da paz. Não há ameaça mais séria

para a democracia do que a democracia que desconhece os direitos do povo. Não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações. (...)

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária). Assinei-o, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. (...)

Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado.

Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro.

O que se pretende com o decreto que considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais, e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é

tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável.

Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores de terra, que se apoderaram das margens das estradas e dos açudes. A (estrada) Rio-Bahia, por exemplo, que custou setenta bilhões de dinheiro do povo, não deve beneficiar os latifundiários, pela multiplicação do valor de suas propriedades, mas sim o povo. (...)

Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo à vista e em dinheiro não é reforma agrária. Reforma agrária, como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e a dinheiro é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária.

Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária autêntica. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo, poderemos ter leis agrárias honestas e bem-intencionadas, mas nenhuma delas (será) capaz de modificações estruturais profundas. (...)

A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manquinhos, Amazonas e Destilaria Rio-Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional (antes, elas eram empresas privadas). (...)

Na mensagem que enviei à consideração do Congresso Nacional estão igualmente consignadas

duas outras reformas que o povo brasileiro reclamava porque é exigência do nosso desenvolvimento e da nossa democracia. Refiro-me à reforma eleitoral, à reforma ampla que permita a todos os brasileiros maiores de 18 anos ajudar a decidir dos seus destinos (...).

Também está consignada na mensagem ao Congresso a reforma universitária, reclamada pelos estudantes brasileiros, pelos universitários, classe que sempre tem estado corajosamente na vanguarda de todos os movimentos populares e nacionalistas.

(Do discurso do presidente João Goulart pronunciado no comício da Central do Brasil, Rio de Janeiro, 13.3.64. In: Ivan Alves Filho. Brasil, 500 anos em documentos. Rio de Janeiro. Mauad Editora, 1999, p. 577-81.)

### Sobre o texto

- 1 Nesse discurso, João Goulart anuncia a adoção de algumas reformas pelo governo. Que reformas eram essas? Aponte duas características importantes na definição de democracia do discurso presidencial.
- 2 Que setores da sociedade seriam beneficiados por tais medidas? Que grupos sociais teriam seus interesses contrariados por elas? Por que, nas palavras do presidente, a desapropriação de terras improdutivas de mais de 100 hectares ao longo das estradas e às margens dos açudes ainda não era "a carta de alforria do camponês abandonado"?
- 3 Em sua opinião, existe alguma relação entre o discurso e o golpe de 1964? Explique.

Fig. 41: Brasil: História e Sociedade<sup>88</sup>.

(Texto auxiliar utilizado como referência em exercício de leitura e interpretação de documentos históricos)

<sup>88</sup> TEIXEIRA, 2005, p. 333

Ao questionar o aluno sobre quais setores da sociedade seriam beneficiados com tais medidas, e que outros ficariam contrariados com as novidades anunciadas pelo líder da nação, parece que importa ao autor destacar a luta de classes que organiza as relações sociais naquele momento, prevalecendo uma visão marcada pelo binarismo. O “povo brasileiro” é uma categoria que aparece no texto, por diversas vezes, como uma unidade que se forma sempre que se faz necessário, na história, lutar contra aqueles que porventura se coloquem contra seus interesses. A última questão também é bem interessante, pois relaciona diretamente o golpe militar aos discursos reformistas de João Goulart. Essa relação é feita na maioria dos livros analisados. É muito recorrente.

Como se pode perceber em Nadai (1991) a referência à reforma agrária foi feita no capítulo dedicado a análise do período histórico que antecedeu a ditadura militar no Brasil. Ela é entendida pelo autor como medida central do governo de João Goulart e que teria acelerado o seu processo de deposição, na medida em que feria um dos princípios da Modernidade – a propriedade privada. Sobre isso, lemos

A reforma agrária proposta por Jango tinha como princípio que o bem-estar social deve condicionar o uso da propriedade e estabelecia que as terras não exploradas ou parcelas não exploradas das propriedades parcialmente aproveitadas seriam desapropriadas mediante pagamento de títulos públicos de valor reajustável. (...) Com isso, o governo Goulart feriu um dos direitos invioláveis para as classes dominantes: o direito de **propriedade** e, evidentemente, sua atitude defrontou-se contra uma imediata e decisiva reação (p. 249) (grifo do autor)

O último exemplo de que lanço mão para mostrar como está operando o dispositivo de racionalização da pobreza quando propõe enunciados que representam o sem-terra como um fracassado vem da obra de Rodrigue (2000). A questão da Reforma Agrária e o MST aparece de forma mais direta apenas no capítulo dedicado a análise do Brasil atual. Ao apresentar o governo de Fernando Henrique em um texto que ocupa uma página inteira sem ilustrações ou qualquer outro recurso visual, temos na página seguinte dois documentos históricos que, na visão do autor, merecem ser destacados a fim de se compreender melhor a Era FHC.

O primeiro documento, conforme se observe a seguir, é uma fotografia de uma obra de arte, um monumento e construído pelo artista Dan Baron que, junto a outros 500 sem-terra no sul do Pará resolveram homenagear as vítimas do massacre de Eldorado dos Carajás.



Fig.42: *História em documento: imagem e texto*<sup>89</sup>

(Imagem de apoio ao texto e que serve de argumento para as propostas de atividades aos alunos realizadas ao final da seção).

O que mais chama a atenção é a última questão proposta pela autora, que põe os leitores a pensarem sobre o tratamento que as diferentes lideranças políticas têm dado à questão agrária. Na página anterior, a autora havia escrito “No governo FHC, a violência chegou a níveis alarmantes” (p. 308). No entanto, o gráfico apresentado indica que esse mesmo governo foi o que mais realizou assentamentos. Apesar da análise crítica que se pode fazer em relação ao próprio gráfico, fica evidente uma contradição entre a ação política em direção ao assentamento e a violência. Parece fácil concluir-se que, os crimes são cometidos, então, pelos sem-terra. Afinal, o governo fez a sua parte.

Outro fio dessa trama discursiva que atravessa o discurso capitalista neoliberal com a intenção de conferir certa racionalidade à existência dos sem-terra, como uma parcela dos pobres no Brasil, temos o exemplo do livro de Campos (2002). Na abertura do capítulo percebemos que o livro foi produzido no interior de uma cultura pós-moderna e pode-se perceber isso nas novas narrativas sobre os sujeitos sem-terra que o livro apresenta como esta que vemos a seguir

<sup>89</sup> RODRIGUE, 200, p.309.

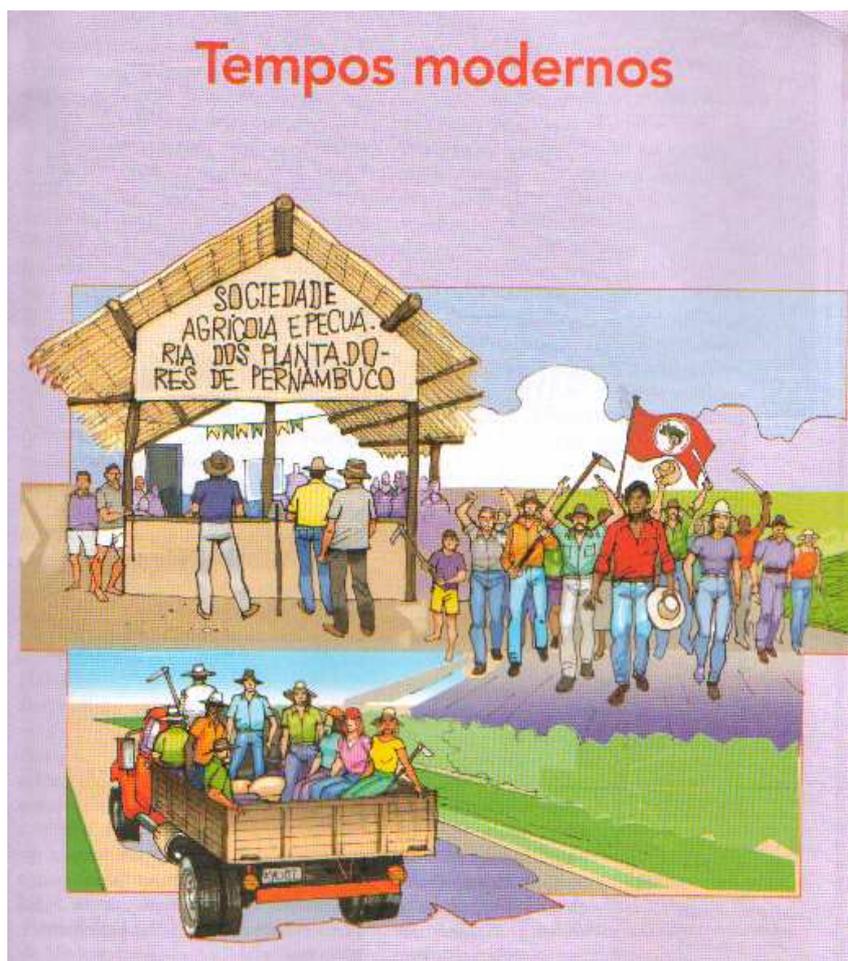


Fig. 43 *O jogo da História*<sup>90</sup>.

(Ilustração de abertura do capítulo no qual os autores discutem a questão dos sem-terra)

De fato são muitas novidades em relação às representações da década anterior que circularam nas produções didáticas daquele período. Não somente pela qualidade gráfica as pela abordagem histórica proposta. Primeiro vamos à questão da identidade sem-terra. O exercício sugerido ao leitor pode sugerir que os três grupos – um envolvido em uma cooperativa, outro na luta pela terra e outro como trabalhador bóia-fria – podem identificar grupos diferentes ligados ao campo ou um mesmo grupo com atividades diferentes no espaço rural. Essa possibilidade de pensar as identidades do campo é muito produtiva no espaço escolar.

Segundo, se o grupo que mais claramente está identificado como o sem-terra é o da direita da página, então podemos perceber algumas mudanças em relação ao passado e outras permanências: continua a idéia de denúncia ou reivindicação ligada ao uso da bandeira; os pés não estão mais descalços e os corpos não parecem mais agonizantes ou fracos demais. Pode-

<sup>90</sup> CAMPOS, 2002, p. 243

se pensar no MST como grupo organizado que tenta se enquadrar atualmente no modelo econômico e social que vivemos, não mais à margem dele.

Aqui faço uma pausa para tornar mais evidente o que acima argumentei sobre a normalização do movimento. No site oficial mantido pelos integrantes do MST na internet, vemos uma série de produtos à venda com a logomarca do movimento, muitos deles inclusive já esgotados para encomenda. Da lista, selecionei alguns que seguem abaixo:



Fig. 44 Produtos como chapéus, camisetas, chaveiros, sacolas, bandanas, etc. tudo da grife MST e disponível para compra no site [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

Nessa mesma direção, o livro de Dora Schimdt (2002) para o quarto ciclo de estudos (8ª série do ensino fundamental) percebemos que se trata de um livro muito ilustrado, repleto de documentos históricos e propostas de atividades que interagem com os novos meios de comunicação, como a internet, por exemplo. Neste volume, a proposta de trabalho está toda

relacionada “aos Direitos Humanos e à cidadania no mundo contemporâneo” (p. 05). São quatro capítulos : *Os expansionismos e o direito ao autodesenvolvimento dos povos; As guerras e o direito a paz; Os excluídos e o direito à vida solidária; Vida cotidiana e o direito à felicidade*. Todos se subdividem em unidades.

A passagem que faz referência direta ao MST aparece no capítulo *Os excluídos e o direito à vida solidária*, na *Unidade 2 O mundo do trabalho e a exclusão*. Outros temas entre as quatro unidades que compõem o capítulo em questão são: a escravidão, a exclusão cultural e os preconceitos.

Em um tópico geralmente utilizado na abertura das unidades chamado *Trabalhando Memórias* a autora faz uma introdução para o leitor que será convidado a realizar atividades acerca das imagens. De forma que lemos assim: “as imagens registram indícios da existência da pobreza em vários momentos históricos e em sociedades diferentes. A luta contra a opressão e a miséria também está presente em vários povos e sociedades” (p. 146).

Temos, então, uma fotografia do MST. Está localizada em meio a outras tantas que contam um pouco da história da pobreza. Sua legenda explica tratar-se do Acampamento Araras em São João do Araguaia no ano de 1997.

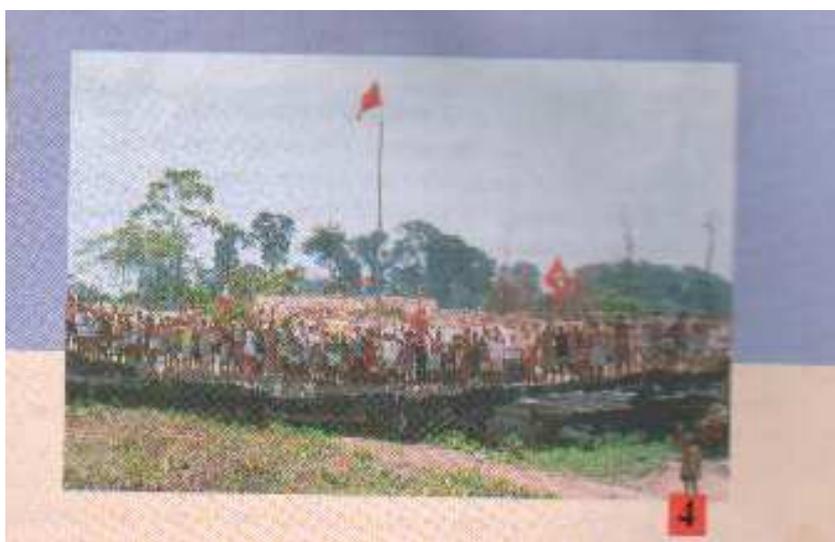


Fig. 45 : *Historiar: fazendo, contando e narrando a História*<sup>91</sup>.  
(Imagem retirada da página de abertura do capítulo 3 do livro)

As imagens a seguir mostram o quadro maior do qual foi retirada a fig. 45. Elas parecem dar conta da permanência da pobreza como condição natural da humanidade. De alguma forma, a idéia é de que a história é acompanhada pela miséria e esta, por sua vez, é explicada pela exploração ocorrida no mundo do trabalho.

<sup>91</sup> SCHIMDT, 2002, p. 147.

## O mundo do trabalho e a exclusão

### Capítulo 3 Unidade 2



As imagens registram indícios da existência da pobreza em vários momentos históricos e em sociedades diferentes. A luta contra a opressão e a miséria também está presente em vários povos e sociedades.

#### 1 – Menino peruano.

*À porta de cabana feita com lâminas de madeira trançadas. Lima, 1979.*

#### 2 – Saint Martin.

*Iluminura em manuscrito. Idade Média.*

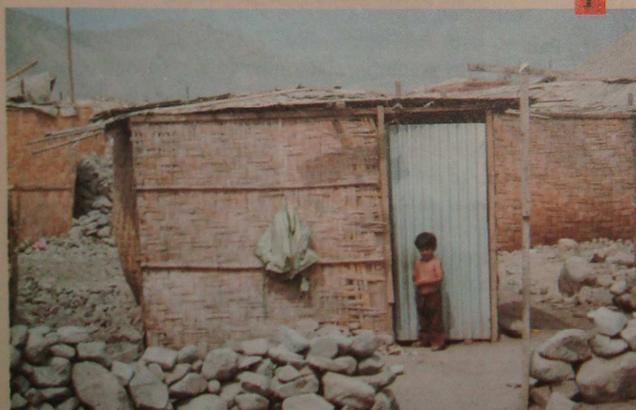


Fig. 46: *Historiar*<sup>92</sup>

(página de abertura do capítulo *O Mundo do trabalho e da exclusão*)

<sup>92</sup> SCHIMDT, 2002, p. 146.

**3 – Mingau de aveia (1872).**  
Tela Adolphe William Bouguereau (França).

**4 – Acampamento Araras.**  
Movimento dos Sem-Terra (MST), São João do Araguaia, Brasil, 1997.

**5 – Os famintos.**  
Tela de Harry Geoffroi (1890).

**6 – Cabanas coloridas.**  
Em bairro pobre do Equador (América do Sul), as cabanas pintadas fazem propaganda do candidato à Presidência (27 ago. 1996).

**ATIVIDADE**

- 1 Descreva os documentos apresentados: tipo de documento, época e sociedade a que se refere, personagens históricos representados, temática principal.
- 2 Redija uma explicação histórica tendo como referência a forma pela qual a temática está representada nos documentos.

Fig. 47: *Historiar*<sup>93</sup>  
(Segunda página de abertura do capítulo *O Mundo do trabalho e da exclusão*)

<sup>93</sup> SCHIMDT, 2002, p. 147.

Algumas representações recorrentes em outros livros aparecem aqui nestas sobre a pobreza no mundo contemporâneo: os pés descalços dos pobres, por exemplo. Tal representação parece vitimizar esses sujeitos. Como explica Souza (2004) “para o ser humano em geral, um dos signos mais representativos da miséria é a ausência ou o mau estado do calçado” (p. 79).

Repare que prevalece esse aspecto no quadro histórico da pobreza proposto pela autora, no entanto, o MST não se destaca por tal representação. Eles aparecem unidos, armados e com bandeiras do movimento nas mãos. Sobre as bandeiras vermelhas, novamente recorro a Souza (2004) para entender os significados que podem estar ligados à sua representação. Parece que elas são expressões de um “(...) caráter reivindicatório, de denúncia e contestação absoluta ao modelo econômico vigente, que tem como um dos símbolos a bandeira vermelha” (p. 74).

Ainda em 1997 – ano da publicação do livro e do governo de Fernando Henrique Cardoso, período de lutas intensas – portanto, esse movimento é ambíguo. Entre os pobres, dignos de pena. Mas, ao mesmo tempo, já organizados em torno da crítica ao modelo econômico em vigor.

## **6. Conclusão**

### **As muitas farpas das cercas que levantamos**

#### *(Considerações finais)*

Diante das cercas que, como eu supunha, estavam presos meu pensamento e ação política na época em que, no exercício da profissão docente, me vi conduzida pela administração da escola a silenciar em minha prática pedagógica qualquer narrativa que não colaborasse com a idéia mais ou menos comum de que os sem-terra são um perigo à nossa sociedade, me pus a projetar e escrever esta dissertação.

Montei uma perspectiva para ver, na qual os enunciados sobre os sem-terra que circulam nos livros didáticos de História, bem como nos demais artefatos culturais a que os próprios manuais escolares me remeteram, como filmes, jornais, revistas e sites da internet, fazem parte de um dispositivo da racionalização da pobreza no qual o discurso capitalista neoliberal parece operar.

Meus achados apontaram para algumas linhas de força desse dispositivo, das quais lanço mão mais uma vez a fim de amarrar alguns nós.

Respondendo à urgência histórica assinalada pelo fim da ditadura militar no Brasil, num cenário onde se podia avistar a movimentação social de grupos mantidos na invisibilidade durante o período em que a democracia estivera sofrendo limitações, observa-se a emergência de enunciados que procuravam demarcar o conjunto de problemas sociais, políticos e econômicos, do qual o nosso País precisaria dar conta se realmente estivéssemos interessados em nos tornarmos um país do futuro.

Nesse contexto, certa legitimidade é atribuída aos livros didáticos de História que passam a apresentar as razões históricas que explicariam o atraso econômico a qual ainda estávamos submetidos. Nesse sentido, minha investigação apontou para a regularidade de enunciados que remetem às causas desse atraso, entre elas, uma enorme concentração de terras e a ausência de um programa político de redistribuição fundiária.

A regularidade dos enunciados em circulação nos artefatos culturais, relacionados a essa questão, permite entender que uma das linhas de força do dispositivo de racionalização da pobreza está pautada no pressuposto da urgência do progresso como razão suficiente para a realização da Reforma Agrária. Os enunciados estão dispostos de tal forma que ninguém

possa se posicionar contrariamente à redistribuição das terras no Brasil. Com isso, o pobre do campo estaria dentro dos limites que lhe corresponde estar, fora do ângulo de visão do espaço urbano.

A partir da segunda metade da década de 1990, no dinâmico funcionamento do dispositivo, pude perceber novas configurações nas linhas de força que vinham conferindo certa racionalidade à pobreza no País. A Reforma Agrária não saiu do papel. A violência nas relações entre os pobres do campo e os demais grupos sociais interessados na posse da terra extrapolou os limites aceitáveis quando invadiu o espaço urbano. Nesse sentido, as marchas organizadas pelo movimento sem-terra, os acampamentos e invasões de terra, podem ser entendidos como uma representação do perigo a que estavam submetidos todos os outros brasileiros com segurança garantida, ou seja, todos que estavam empregados.

As marcas do desemprego, um horror que precisa ser tão somente administrado pelo sistema capitalista – já que não se pode eliminar os pobres, sob pena do sistema deixar de funcionar – são fixadas nos sem-terra que passam a ser identificados pela condição miserável de suas existências quando de pés descalços e famintos movimentam-se pelo campo em direção às cidades. Não que a mobilidade seja negativa nos tempos pós-modernos em que esses sujeitos vivem. É que existe uma diferença significativa entre turistas e vagabundos, como explica Bauman (1999). No topo da pirâmide social estão os turistas, sempre viajando para viver com intensidade as melhores sensações que cada lugar pode oferecer. No pólo oposto, estão os vagabundos, presos ao tempo e à inércia de uma vida sem grandes perspectivas de mudança.

Incriminar esses sujeitos é mais uma linha de força da qual se pode valer o dispositivo de racionalização da pobreza. Assim, normaliza-se a pobreza. Nessa direção, os livros didáticos somam-se à mídia, que parece atravessar com linhas de força de maior intensidade esse discurso capitalista neoliberal, ao atribuir de forma, muitas vezes reducionista, uma identidade criminosa aos sem-terra.

Ao mesmo tempo, novos arranjos de força se mobilizam no interior do dispositivo a que venho fazendo referência. São enunciados que pretendem, em uma linguagem adaptada ao público infanto-juvenil, ensinar um das importantes lições que nós, adultos, parecemos já ter aprendido: trabalhe e consuma para ser considerado um cidadão pleno de direitos e deveres em nossa sociedade.

Puxei alguns fios dessa linha de força ao encontrar, nos manuais escolares e demais artefatos culturais com que vinha trabalhando, e pude ver novas representações dos sem-terra, desta vez identificados como moribundos alimentando-se de promessas de salvação, sendo a

maior destas a expectativa de possuir, finalmente, a “Terra Prometida”. Aqueles que morrem nessa luta, são ensinados na cultura como mártires.

Aqueles que se deixam seduzir pelo discurso da individualização como marca da produtividade e, por conseguinte, do sucesso econômico na medida em que possibilita a entrada no mundo do consumo, parecem ser ensinados aos alunos com indivíduos de sucesso a quem se deve seguir como exemplo de conduta.

De qualquer forma, o que se está reforçando é a idéia de que em uma sociedade capitalista de consumo como a nossa, “o refugio humano da globalização” – para fazer uso novamente de uma expressão de Bauman (1999) – está sob o alvo de racionalidades que lhe conferem uma marca no espaço e no tempo a fim de administrá-lo, pois nada parece pior à Modernidade do que aquilo que lhe escapa à ordem.

Pela liquidez dos tempos que vivemos é possível fazer poucas previsões acertadas para o futuro dos sem-terra. É como tentar levantar uma cerca de arame farpado. Ela, à primeira vista, pode parecer eficiente na tarefa de demarcação dos limites do que se pretende apossar, mas mesmo com algum custo – arranhões e machucados – se pode atravessá-la e inventar novos caminhos em direção a outros territórios para se tomar posse.

Portanto, muitas podem ser as identidades que os sem-terra ainda vão assumir. Elas me escapam. Precisei levantar algumas cercas para tentar, como sujeito constituído na modernidade que sou, colocar um pouco de ordem na desordem que me cercava enquanto refletia sobre os problemas ligados à questão agrária brasileira. Ao fazer isso, pude ver linhas de força de um dispositivo que atravessa a escola, por meio dos enunciados que circulam em livros didáticos de História e demais artefatos culturais a que tais manuais remetem os leitores, como revistas, jornais, documentários e sites da internet, de modo a conferir certa racionalidade à pobreza, normalizando essa identidade através dos diferentes tratamentos conferidos no interior da cultura à uma parcela dos pobres na sociedade brasileira, os sem-terra.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia

- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru: EDUSC, 2007.
- ABUD, Kátia. Currículo de História e Políticas Públicas: Os Programas de História do Brasil na Escola Secundária. In: BITTENCOURT, Circe (org). *O saber histórico na sala de aula*. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- AGÊNCIA CÂMARA. *Governo tem anteprojeto de lei contra o terrorismo*. Brasília, 21 de agosto de 2007.  
Disponível em:  
<http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=841>  
Acesso em 14 de novembro de 2007
- BALDISSERA, José Alberto. *O Livro Didático de História: Uma visão Crítica*. 4ª ed. rev. Porto Alegre: Evangraf, 1994.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- \_\_\_\_\_. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e Ambivalência*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999b.
- \_\_\_\_\_. *Trabajo, Consumismo Y Nuevos Pobres*. Traducción: Victória de los Ángeles Boschiroli. Barcelona: Editorial Gedisa, S. A., 2000.
- \_\_\_\_\_. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- \_\_\_\_\_. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005b.
- \_\_\_\_\_. *Medo Líquido*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- \_\_\_\_\_. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008b.
- BENETTI, Márcia. *A ironia como estratégia discursiva da revista Veja*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Estudos de Jornalismo”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, em junho de 2007.

- BERTOL, Rachel. *Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos de 1990*. Estudos Históricos, Mídia, nº 31, 2003/1. CPDOC/FGV.
- BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: BITTENCOURT, Circe (org). *O saber histórico na sala de aula*. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COSTA, Marisa V. SILEIRA, Rosa H. SOMMER, Luis H. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Jun/Jul/Ago 2003 nº 23.
- \_\_\_\_\_. Poder, discurso e política cultural: contribuições dos Estudos Culturais ao campo do currículo. IN: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (orgs.) *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2002 (p.133-149).
- \_\_\_\_\_. Currículo e Política Cultural. IN: COSTA, Marisa Vorraber (org.) *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: BALIBAR, E., DREYFUS, H., DELEUZE, G. *et. al. Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1999. p.155 a 163.
- FABRIS, Elí Henn. Hollywood e a produção de sentidos sobre o estudante. In: COSTA, Marisa V. *Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...*/ COSTA Marisa Vorraber ; VEIGA NETO Alfredo...[et. al] (orgs) 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FISCHER, Rosa. Maria Bueno. “Técnicas de si” na TV: a mídia se faz pedagógica. *Educação UNISINOS*, v.4, n7, 200.p.111-139.
- \_\_\_\_\_. A paixão de trabalhar com Foucault. In: COSTA Marisa Vorraber (org). *Caminhos Investigativos I: Novos Olhares em Educação*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.
- FORTES, Leandro. *Stedile não é Bin Laden*. São Paulo, 14 de novembro de 2007.  
Disponível em:  
<http://www.cartacapital.com.br/edicoes/470/stedile-nao-e-bin-laden>  
Acesso em 14 de novembro de 2007.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A Arqueologia do Saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- GERZSON, Vera Regina Serezer. *A mídia como dispositivo de governamentalidade neoliberal* - os discursos sobre educação nas revistas *Veja*, *Época* e *Isto É*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Proposta de Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. O futuro da política radical. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Editora Da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- GUARESCHI, P. A . [et al.] “Essa gentinha infeliz”: a representação social dos sem terra segundo Mendeski. In: GUARESSCHI, P. A .[et. al.] *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. p. 199-231. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HARDT, Michael. *A sociedade mundial de controle*. In: ALLIEZ, Eric. Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- KANT, Immanuel (1724-1804). *Sobre Pedagogia*. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora Unimep, 1996.
- KUSCHICK, Christa Liselote Berger. *Campos em Confronto: Jornalismo e Movimentos Sociais. Relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora*. Tese de Doutorado na ECA, USP- Maio de 1996.  
Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-3.html>  
Acesso e 14 de novembro de 2008.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e a Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *O Sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- LIMA, Alexandre B. *Era uma vez... algumas histórias: as versões sobre o MST do Pontal do Paranapanema em dois jornais diários*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. Os sentidos na mídia: o MST em dois jornais diários. *Psicologia & Sociedade*; 18 (3): 97-103 set/dez. 2006.
- MARCELLO, Fabiana de Amorim. Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Jun/Jul/Ago 2005 nº 29. P.139-152
- MARTINS, Jacqueline. *Tudo, menos ser gorda: a literatura infanto-juvenil e o dispositivo da magreza*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2006.
- MENDONÇA, Kleber. Assentamentos da memória: (re)construções de memória discursiva na revista *Veja*. Sem data de publicação.  
Disponível em <http://unicamp.br/gtpsmid/pdf/CD-KleberMendona.pdf>

Acesso em 14 de novembro de 2008.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Movimentos rurais nos oitocentos: uma história em (re) construção. Duplicado na *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA, abril de 2001.

\_\_\_\_\_. A Grilagem Como Legado. In: MOTTA, Márcia & PINEIRO, Theo Lobarinhas. *Voluntariado e Universo Rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001b.

\_\_\_\_\_. Feliciano e a botica: transmissão de patrimônio e legitimidade do direito à terra na região de Maricá (segunda metade do século XIX). In: *Direitos e Justiça no Brasil: ensaio de história social*. LARA, Silvia H., MENDONÇA, Joseli M. N. (orgs). Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. Sesmarias e o Mito da Primeira Ocupação. *Revista Ler História*. nº 45, 2003. Portugal.

NARODOWSKI, Mariano. *Comenius e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Ó, Jorge Ramos do. O governo dos escolares: uma aproximação teórica às perspectivas de Michel Foucault. *Cadernos Prestige 4*. Lisboa: Educa, 2001.

\_\_\_\_\_. *O governo de si mesmo*. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX). Lisboa: Educa, 2003.

PEREIRA, Nilton Mullet. *Representações da Idade Média no Livro Didático*. Associação Nacional de História- ANPUH. XXIV Simpósio Nacional de História: São Leopoldo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Possíveis Passados*. Representações da Idade Média no Ensino de História. PEREIRA, Nilton M. ; GIACOMONI, Marcello P. Porto Alegre: ZOUK, 2008.

SCOLESE, Eduardo. *A reforma agrária*. São Paulo: Publifolha, 2005.

Secretaria de Educação Básica. *Ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio; volume 3)

SEQUEIRA, Cláudio Dantas. *Lula contra o terror*. Correio Braziliense. Brasília, 8 de março de 2007. Disponível em <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOT Cod=341301>  
Acesso em 14 de novembro de 2007.

SCOLESE, Eduardo. *A Reforma Agrária*. São Paulo: Publifolha, 2005. (Folha explica)

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Stuart Hall, Kathryn Woodward. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. P. 73-102.

\_\_\_\_\_. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

\_\_\_\_\_. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In: SILVA, Tomaz T. *Identidades Terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SOUZA, Eduardo Ferreira. *Do Silêncio à Satanização: O discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.

THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: A Origem da Lei Negra*. 2ª ed. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

TONINI, Ivaine Maria. *Identidades capturadas: povos e culturas no livro didático*. Porto Alegre: UFRGS, 2000. Proposta de Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2000.

VARELA, Julia. ALVAREZ-URÍA, Fernando. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n.º 6, p.68-96, 1992.

VEIGA-NETO, Alfredo. *A Ordem das Disciplinas*. Porto Alegre: UFRGS, 1996. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio do Rio Grande Sul: Porto Alegre, 1996.

\_\_\_\_\_. Incluir para excluir. In: LAROSSA J. e SKLIAR, Carlos (orgs). *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Trad. Semíramis Gorini da Veiga. Rev. Alfredo Veiga Neto e Carlos Skliar. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa V. *Estudos culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema.../ COSTA Marisa Vorraber ; VEIGA NETO Alfredo...[et. al] (orgs) 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.*

\_\_\_\_\_. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth. ORLANDI, Luiz B. Lacerda. VEIGA NETO, Alfredo. *Imagens de Foucault e Deleuze*. Ressonâncias Nietzscheanas. Margareth Rago, Luiz B. Lacerda Orlandi, Alfredo Veiga Neto (orgs). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. De geometrias, currículo e diferenças. Campinas: CEDES, *Educação e Sociedade*, a. XXIII, n. 79, 2002, p.163-186.

WOODWARD, Kathryn. Identificação e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. P. 7-72

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. O uso do termo representação na Educação em Ciências e nos Estudos Culturais. *Proposições*. Revista Quadrienal. Faculdade de Educação - Unicamp. Vol. 12, n1(34) - março/2001.

### **Livros didáticos**

AQUINO, Rubim Santos Leão de. *História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*/Rubim Santos Leão de Aquino [et. al.] 2ª ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

ALENCAR, Francisco. *História da sociedade brasileira: 2ª grau*/Francisco Alencar, Lucia Carpi Ramalho, Marcus Venício Toledo Ribeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

ARRUDA, José Jobson de A. PILETTI, Nelson. *Toda a História: História Geral e História do Brasil*. 6ª Ed. São Paulo: Ática, 1996. Com Atlas Histórico em cores.

AZEVEDO, L. de. *A história de um povo, 2: sociedade brasileira: Império e República*/Azevedo & Darós. São Paulo: FTD, 1988.

CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. *História do Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 1983.

CAMPOS, Flavio de. *Oficina de história: história integrada*/ Flavio de Campos, Renan Garcia Miranda. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

CAMPOS, Flavio de. *O Jogo da História*/ Flavio de Campos [et. al.]. São Paulo: Moderna, 2002. 7ª série Planeta Terra

CARMO, Sonia Irene do. COUTO, Eliane. *História: Passado e Presente – Brasil Império e República* v. 2. 2º ed. rev. e atual. São Paulo: Atual, 1994.

COSTA, Luís César Amad. *História do Brasil*/ Luís César Amad Costa, Leonel Itaussu A. de Mello. São Paulo: Scipione, 1999.

KOSHIBA, Luiz. *História do Brasil*/ Luiz Koshiba, Denise Manzi Frayse Pereira. 7. ed. revista e atualizada. São Paulo: Atual, 1996.

MACEDO, José Rivair. *Brasil: uma história em construção*/ José Rivair Macedo, Mariley W. Oliveira. São Paulo: Editora do Brasil, 1996.

MONTELLATO, Andréa Rodrigues Dias. *História Temática: terra e propriedade*, 7ª série/ Montellato, Cabrini, Catelli. São Paulo: Scipione, 2000. (Coleção História Temática)

NADAI, Elza. *História do Brasil: da Colônia à República*/ Elza Nadai, Joana Neves. 13. ed. reformada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 1991.

- PAZZINATO, Alceu L. e SENISE, Maria Helena V. *História Moderna e Contemporânea*. 14ª Ed. São Paulo: Ática, 2002.
- PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. *História e Vida*. Textos de Apoio e Exercícios. Brasil: da Independência aos dias atuais. vol. 2. São Paulo: Ática, 1989.
- PILETTI, Nelson. *História do Brasil: da pré-história aos dias atuais*. 11ª ed. reformulada e atualizada. São Paulo: Ática, 1990.
- PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. *História e Vida*. vol. 2 Brasil: do Primeiro Reinado aos dias de hoje. 16ª ed. São Paulo: Ática, 2000.
- RODRIGUE, Joelza Ester. *História em documento: imagem e texto*. São Paulo: FTD, 2000. (Coleção História em documento: imagem e texto). 7 Ensino Fundamental
- SCHMIDT, Dora. *Historiar: fazendo, contando e narrando a História*, 8ª série. São Paulo: Scipione, 2002. (Coleção Historiar)
- SCHMIDT, Mario Furley. *Nova História Crítica*. 5ª Série. São Paulo: Nova Geração, 1999. a
- SCHMIDT, Mario Furley. *Nova História Crítica*. 6ª Série. São Paulo: Nova Geração, 1999. b
- SCHMIDT, Mario Furley. *Nova História Crítica do Brasil: 500 de História mal contada*. Ensino Médio. São Paulo: Nova geração, 1999.
- TEIXEIRA, Francisco M. P. *Brasil: História e Sociedade*. 1ª ed. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2005.

### **Filmes**

- Moraes, Tetê. *Terra para Rose*. São Paulo: Vem Brasil, 1987.
- Moraes, Tetê. *O Sonho de Rose*. São Paulo: Vem Brasil, 2000.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)